



RELATÓRIO DE GESTÃO

IFCE 2021



Instituto Federal do Ceará

Rua Jorge Dumar, 1703, Jardim América
Fortaleza, Ceará, CEP 60410-426

[http:// www.ifce.edu.br](http://www.ifce.edu.br)

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2021

Relatório de Gestão do exercício de 2021 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ está obrigado nos termos do art. 70 da Constituição Federal. Relatório elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 84/2020, da DN TCU nº 187/2020 e da DN TCU nº 188/2020.

Equipe técnica

Coordenação de
elaboração e
sistematização

Glauter dos Santos Guimarães
Coordenador de Controle e Normas

Supervisão de
elaboração

Érica de Lima Gallindo
Professora EBTT

Reuber Saraiva de Santiago
Pró-reitor de Administração e Planejamento

Responsáveis
pelos conteúdos

Setor	Titular
Reitoria	José Wally Mendonça Menezes
Auditoria	Milena Mendes da Costa
Departamento de Comunicação Social	Rebeca Casemiro
Departamento de Correição	Sirlane Furtado Leite Siqueira
Pró-Reitoria de Ensino	Cristiane Borges Braga
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação	Joélia Marques de Carvalho
Pró-Reitoria de Extensão	Ana Claudia Uchoa Araújo
Pró-Reitoria de Administração e Planejamento	Reuber Saraiva de Santiago
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas	Marcel Ribeiro Mendonça
Diretoria de Assuntos Estudantis	Ana Caroline Cabral Cristino
Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação	Danilo Reis de Vasconcelos
Coordenadoria de Governança	Vlândia de Sousa Ferreira

LISTA DE SIGLAS

CCA - Coordenação de Controle Acadêmico
CGU - Controladoria-Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COLDIR - Colégio de Dirigentes
CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CONSUP - Conselho Superior
CPGF - Cartão de Crédito Corporativo
DGTI - Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação
DN - Decisão Normativa
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
E-TEC - Escola Técnica Aberta do Brasil
FIC - Formação Inicial e Continuada
FORPLAN - Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
FORPOG - Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
IFCE - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IFET - Instituição Federal de Educação Tecnológica
IN - Instrução Normativa
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
OCI - Órgão de Controle Interno
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA - Plano Plurianual
PROAP - Pró-Reitoria de Administração e Planejamento
PROEJA - Educação de Jovens e Adultos
PROEN - Pró-Reitoria de Ensino
PROEXT - Pró-Reitoria de Extensão
PROGEP - Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PRPI - Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
SETEC - Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica
SF - Suprimento de Fundos
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIMEC - Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAC - Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões
SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SPO - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento
TCU - Tribunal de Contas da União
TI - Tecnologia da Informação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UGO - Unidade Gestora Orçamentária
UJ - Unidade Jurisdicionada
UO - Unidade Orçamentária
UPC - Unidade Prestadora de Contas

SUMÁRIO

SUMÁRIO	6
Mensagem do dirigente máximo	8
1 Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	9
1.1 Sobre a instituição	9
1.2 Estrutura organizacional	13
1.3 Estrutura de governança	14
1.3.1 Instâncias internas de governança	15
1.3.2 Outras instâncias internas de apoio à governança	17
1.3.3 Estruturas de governança externas	19
1.4 Modelo de negócios	19
1.5 Principais objetivos estratégicos	19
1.6 Cadeia de valor	20
1.7 Ambiente externo	21
1.8 Determinação da materialidade dos temas	22
2 Gestão de Riscos e Controles Internos	25
2.1 Acompanhamento sistemático das metas traçadas	26
2.2 Plano de Integridade	26
2.3 Plano de Providências Permanente	26
2.4 Comitê de Governança, Riscos e Controle	27
2.5 Avaliação Institucional	27
3 Governança, Estratégia e Desempenho	28
3.1 Estratégia	28
3.2 Apoio da estrutura de governança	28
4 Resultados da Gestão	31
4.1 Resultados alcançados	31
4.1.1 Área: ensino	31
4.1.2 Área: pesquisa, inovação e pós-graduação	36
4.1.3 Área: extensão	39
4.2 Resultados das principais áreas de atuação	46
4.2.1 Gestão orçamentária e financeira	46
4.2.2 Gestão de custos	54
4.2.3 Gestão de pessoas	55
4.2.4 Gestão de licitações e contratos	69
4.2.5 Gestão patrimonial e infraestrutura	78
4.2.6 Gestão da tecnologia da informação	80
4.2.7 Sustentabilidade ambiental	83

5	Demonstrações Contábeis	84
5.1	Balanço Patrimonial	84
5.1.1	Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes	87
5.1.2	Quadro de compensações	87
5.2	Demonstração das variações patrimoniais	88
5.3	Balanço orçamentário	90
5.4	Balanço financeiro	93
5.5	Demonstração do fluxo de caixa	94
5.5.1	Notas explicativas	97

Mensagem do dirigente máximo



Senhores e senhoras,

O convívio com a pandemia, nos anos de 2020 e 2021, foi difícil e desafiador. A instituição teve que adaptar seus processos institucionais presenciais para a forma remota, no entanto, foi estimulante, pois daí uma nova forma do fazer institucional nascia. E o fizemos! Segundo Albert Einstein: “Sem crises não há méritos. É na crise que aflora o melhor de cada um, porque sem crise todo vento é uma carícia.”

Em 16 de março de 2020, foi instituído pela Portaria Nº 318/GABR/REITORIA o Comitê de Enfrentamento ao Novo Coronavírus, causador da COVID-19, e suspendemos nossas atividades presenciais no dia 18 de março de 2020 (Portaria Nº 337/GABR/REITORIA). Nesse período nos protegemos, reinventamos e preparamos estratégias seguras para um retorno gradual das atividades presenciais. Em 13 de outubro de 2021, o IFCE decidiu, durante a 64ª reunião do Conselho Superior do IFCE (Consup), transmitida ao vivo para toda a comunidade pela primeira vez na história da instituição, pelo retorno gradual das atividades presenciais.

Durante a reunião, que pôde ser acompanhada pela TV IFCE, no YouTube, foram apresentados os resultados da consulta pública feita à comunidade acadêmica da instituição - alunos, responsáveis e servidores -, mediante a qual foram colhidas opiniões sobre a retomada e foi detalhado o Plano de Retorno Gradual das Atividades Presenciais.

Retornamos e demos continuidade ao terceiro ano do nosso Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), observando metas traçadas e fortalecendo pontos frágeis. Como forma de promover a transparência dos seus resultados, o IFCE disponibiliza à sociedade a plataforma www.emnumeros.ifce.edu.br. Por meio dessa plataforma, qualquer cidadão interessado no desempenho desta instituição poderá visualizar o histórico dos resultados alcançados em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento institucional.

De acordo com a referida plataforma, é possível verificar, por exemplo, que, durante o ano de 2021, o IFCE entregou à sociedade, no âmbito da pesquisa e inovação, 1200 pesquisas científicas em periódicos e eventos, 1231 projetos de pesquisa e inovação e 63 ativos de propriedade intelectual. Em relação à extensão, foram realizadas 1169 ações, sendo 518 eventos, 106 programas e 545 projetos, que juntos atenderam mais de 49 mil pessoas nos diversos municípios em que o IFCE está presente.

Outro instrumento de transparência acerca dos resultados do IFCE disponível à sociedade é a Plataforma Nilo Peçanha, desenvolvida pelo Ministério da Educação. Por meio dessa plataforma é possível verificar, por exemplo, que, durante o ano de 2021, o IFCE entregou à sociedade uma oferta de 619 cursos, sendo 228 cursos técnicos, 194 cursos de graduação, 29 cursos de pós-graduação e 168 cursos de qualificação profissional de curta duração.

No âmbito da administração das unidades que compõem o IFCE, foram realizados investimentos, prioritariamente, nas seguintes ações: reforma do auditório e refeitório, construção dos laboratórios de energias renováveis, asfalto, química e física, aquisição de equipamentos e acervos bibliográficos, construção de blocos didáticos e estacionamentos.

Na área de gestão de pessoas, em 2021, o quadro de servidores passou de 3568 para 3662, sendo 53% docentes e 47% técnicos administrativos distribuídos por nossas unidades.

As páginas deste documento de prestação de contas apresentam o resultado positivo de nossa instituição, e, embora seja possível não termos alcançado 100% de nossas metas no momento atípico da humanidade, parafraseando Albert Einstein: na crise por que passamos aflorou o melhor de cada um de nós.

Vale salientar que este é o resultado de um trabalho executado por várias mãos, em torno da construção coletiva de uma instituição cada vez melhor.

Senhores e senhoras, convidamo-los à leitura!

1 Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo

1.1 Sobre a instituição

O IFCE é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a prática pedagógica. A principal finalidade da instituição é a de ofertar cursos técnicos de nível médio, cursos de graduação (tecnológicos, licenciaturas e bacharelados) e cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorados).

MISSÃO

Produzir, disseminar e aplicar os

conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando a sua total inserção social, política, cultural e ética.



VISÃO

Ser referência no ensino, pesquisa, extensão e inovação, visando à transformação social e ao desenvolvimento regional.



VALORES

Valorizar o compromisso ético com responsabilidade social, respeito, transparência, excelência e determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo, com liberdade de expressão, com os sentimentos de solidariedade, com a cultura da inovação e com ideias fixas na sustentabilidade ambiental.



Atualmente, o IFCE é organizado em unidades físicas, sendo uma unidade administrativa e um Polo de Inovação, sediados em Fortaleza, e 33 unidades acadêmicas, que são os locais de oferta dos cursos presenciais da instituição. A reitoria, órgão administrativo central do IFCE, está sediada na cidade de Fortaleza e as unidades acadêmicas, denominadas individualmente de *campus*, estão distribuídas em 33 municípios de todas as macrorregiões do estado do Ceará, conforme pode ser observado na imagem ao lado.



As unidades acadêmicas do IFCE oferecem um ensino público, gratuito e de qualidade a todos os cidadãos residentes no município-sede das nossas instalações, bem como aos residentes dos municípios circunvizinhos. Além do mais, o IFCE amplia sua atuação alcançando outros municípios nos quais não há *campus* instalado, por meio da oferta de seus cursos ofertados na modalidade de ensino a distância.



ACARAÚ

AV. DES. ARMANDO DE SALES LOUZADA, S/N. 62580-000 ACARAÚ - CE



ACOPIARA

ROD. CE 060, KM 332, S/N - VILA MARTINS. 63560-000 ACOPIARA - CE



ARACATI

CE 040, KM 137.1, S/N AEROPORTO. 62800-000 ARACATI - CE



BATURITÉ

RUA OUVIDOR MOR VITORIANO SOARES BARBOSA, 01 SANHARAO. 62760-000 BATURITÉ - CE



BOA VIAGEM

BR 020 KM 209, SN ANAFUE. 63870-000 BOA VIAGEM - CE.



CAMOCIM

R. DOUTOR RAIMUNDO CALS, 2041 CIDADE COM DEUS. 62400-000 CAMOCIM - CE



CANINDÉ

RODOVIA BR 020, KM 303, S/N JUBAIA. 62700-000 CANINDÉ - CE



CAUCAIA

R. FRANCISCO DA ROCHA MARTINS, SN PABUSSU. 61600-050 CAUCAIA - CE



CEDRO

ALAMEDA JOSE QUINTINO, S/N PRADO. 63400-000 CEDRO - CE



CRATEÚS

AV. DOUTOR GERALDO BARBOSA MARQUES, 567 VENANCIOS. 63708-260 CRATEÚS - CE



CRATO

RODOVIA CE - 292, GISELIA PINHEIRO. 63115-500 CRATO - CE



FORTALEZA

AV. TREZE DE MAIO, 2081 BENFICA. 60040-215 FORTALEZA - CE



GUARAMIRANGA

SITIO GUARAMIRANGA, S/N CENTRO. 62766-000 GUARAMIRANGA - CE



HORIZONTE

R. FRANCISCA CECILIA SOUSA, S/N PLANALTO HORIZONTE 62884-105 HORIZONTE - CE



IGUATU

RODOVIA CE-060 KM 05, S/N CAJAZEIRAS. 63503-790 IGUATU - CE.



ITAIPOCA

AV. DA UNIVERSIDADE, 102 MADALENAS. 62505-090 ITAIPOCA - CE



JAGUARIBE

R. PEDRO BEZERRA DE MENEZES, 387 MANOEL COSTA MORAIS. 63475-000 JAGUARIBE - CE



JAGUARUANA

AV. ANTONIO DA ROCHA FREITAS, 1566 CENTRO. 62823-970 JAGUARUANA - CE



JUAZEIRO DO NORTE

AV. GOVERNADOR PLACIDO ADERALDO CASTELO, 1646 LAGOA SECA. 63040-540 JUAZEIRO DO NORTE - CE



LIMOEIRO DO NORTE

R. ESTEVAM REMIGIO, 1145 CENTRO. 62930-000 LIMOEIRO DO NORTE - CE



MARACANAÚ
AVENIDA PARQUE
CENTRAL, DISTRITO
INDUSTRIAL I. 61939-
140 MARACANAÚ - CE



MARANGUAPE
AVENIDA JOAQUIM
LOPES DE ABREU,
RODOVIA CE - 065.
NOVO PARQUE
IRACEMA. 61949-210
MARANGUAPE - CE



MORADA NOVA
AV. PREFEITO
RAIMUNDO JOSE
RABELO, 2717 JULIA
SANTIAGO. 62940-000
MORADA NOVA - CE



MOMBAÇA
CE-363, 63610-000
MOMBAÇA - CE



PARACURU
RODOVIA CE 341, KM
02 PARQUE NOVO
PARACURU. 62680-000
PARACURU - CE.



PECÉM
RODOVIA CE 422, S/N
KM 4. 62674-000 SÃO
GONÇALO DO
AMARANTE - CE



QUIXADÁ
AV. JOSE DE FREITAS
QUEIROZ, 5000
CEDRO. 63902-580
QUIXADÁ - CE



SOBRAL
AV. DR. GUARANY, 317
BETANIA. 62042-030
SOBRAL - CE



**TABULEIRO DO
NORTE**
RODOVIA CE 377 KM
2, S/N SITIO
TAPERINHA. 62960-
000 TABULEIRO DO
NORTE - CE



TAUÁ
AV. ANTONIO TEIXEIRA
BENEVIDES, 01
COLIBRIS. 63660-000
TAUÁ - CE



TIANGUÁ
RODOVIA CE 187, 0
SAIDA P VICOSA.
AEROPORTO. 62320-
000 TIANGUÁ - CE



UBAJARA
RUA LUIZ CUNHA, 178
MONTE CASTELO.
62350-000 UBAJARA -
CE



UMIRIM
FAZENDA FLORESTA,
S/N FLORESTA. 62660-
000 UMIRIM - CE

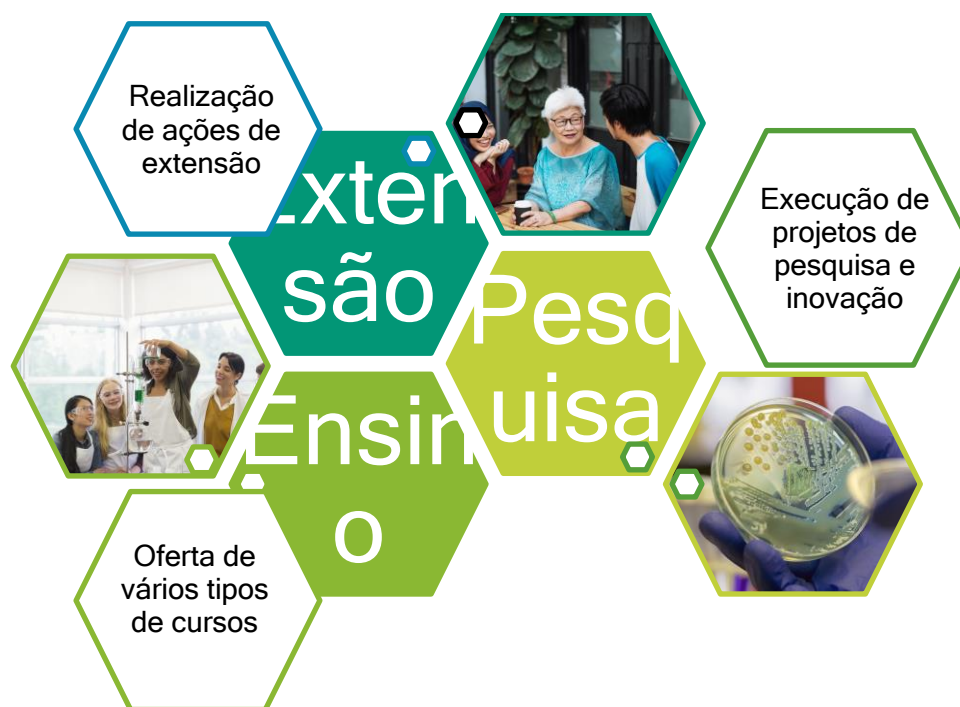


POLO DE INOVAÇÃO
R. NOGUEIRA ACIOLI,
621 - ALDEOTA, 60110-
140, FORTALEZA - CE



REITORIA
R. JORGE DUMMAR,
1703, JARDIM
AMÉRICA, FORTALEZA
- CE

O IFCE oferece uma ampla variedade de cursos voltados para a qualificação dos cidadãos e desenvolve uma gama de projetos de pesquisa, inovação e extensão de grande relevância para a potencialização daquilo que cada região oferece de melhor, seja em relação aos arranjos produtivos, cultura e lazer, seja ao mundo do trabalho.



Um dos instrumentos de transparência acerca dos resultados do IFCE disponível à sociedade é a Plataforma Nilo Peçanha, desenvolvida pelo Ministério da Educação. Por meio dessa plataforma é possível verificar, por exemplo, que, durante o ano de 2021, o IFCE entregou à sociedade uma oferta de 619 cursos, sendo 228 cursos técnicos, 194 cursos de graduação, 29 cursos de pós-graduação e 168 cursos de qualificação profissional de curta duração.

O IFCE disponibiliza ainda à sociedade a plataforma emnumeros (www.emnumeros.ifce.edu.br), onde qualquer cidadão interessado pode visualizar o histórico dos resultados alcançados em todas as áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento institucional.

Na área da pesquisa e extensão, podemos destacar como resultados alcançados em 2021:

- No âmbito da pesquisa e inovação, foram publicadas 1200 pesquisas científicas em periódicos e eventos, desenvolvidos 1231 projetos de pesquisa e inovação e registrados 63 ativos de propriedade intelectual;
- Em relação à extensão, foram realizadas 1169 ações, sendo 518 eventos, 106 programas e 545 projetos, que juntos atenderam mais de 49 mil pessoas nos diversos municípios em que o IFCE está presente.

Esses e outros resultados mostram a grandeza do IFCE e a sua importância para o desenvolvimento local e regional do estado do Ceará.

1.2 Estrutura organizacional

O IFCE foi criado por meio da Lei N° 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que estabeleceu a obrigatoriedade de um estatuto para atuação de qualquer Instituto Federal, no qual estariam dispostas as competências e as normas de funcionamento da instituição como um todo.

O estatuto do IFCE, publicado por meio Resolução Consup/IFCE N° 22, de 20 de agosto de 2009, define as competências de seus órgãos colegiados e prevê a existência de um regimento geral que detalha a estrutura organizacional e as competências das unidades administrativas do IFCE. O Regimento Geral do IFCE, por sua vez, foi publicado por meio da Resolução Consup/IFCE N° 22, de 20 de agosto de 2009, definindo o modelo de gestão da instituição cuja estrutura está ilustrada na imagem a seguir.

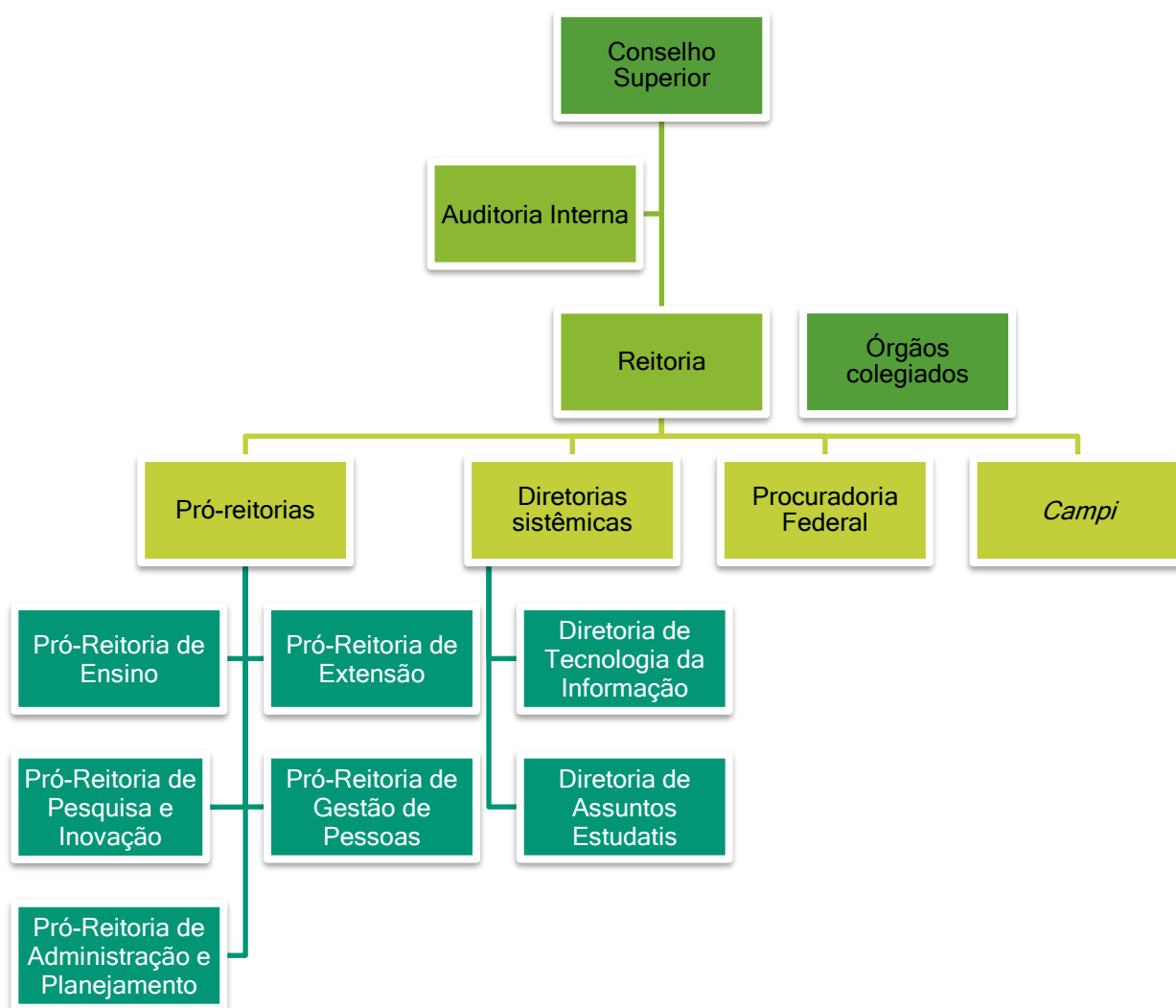


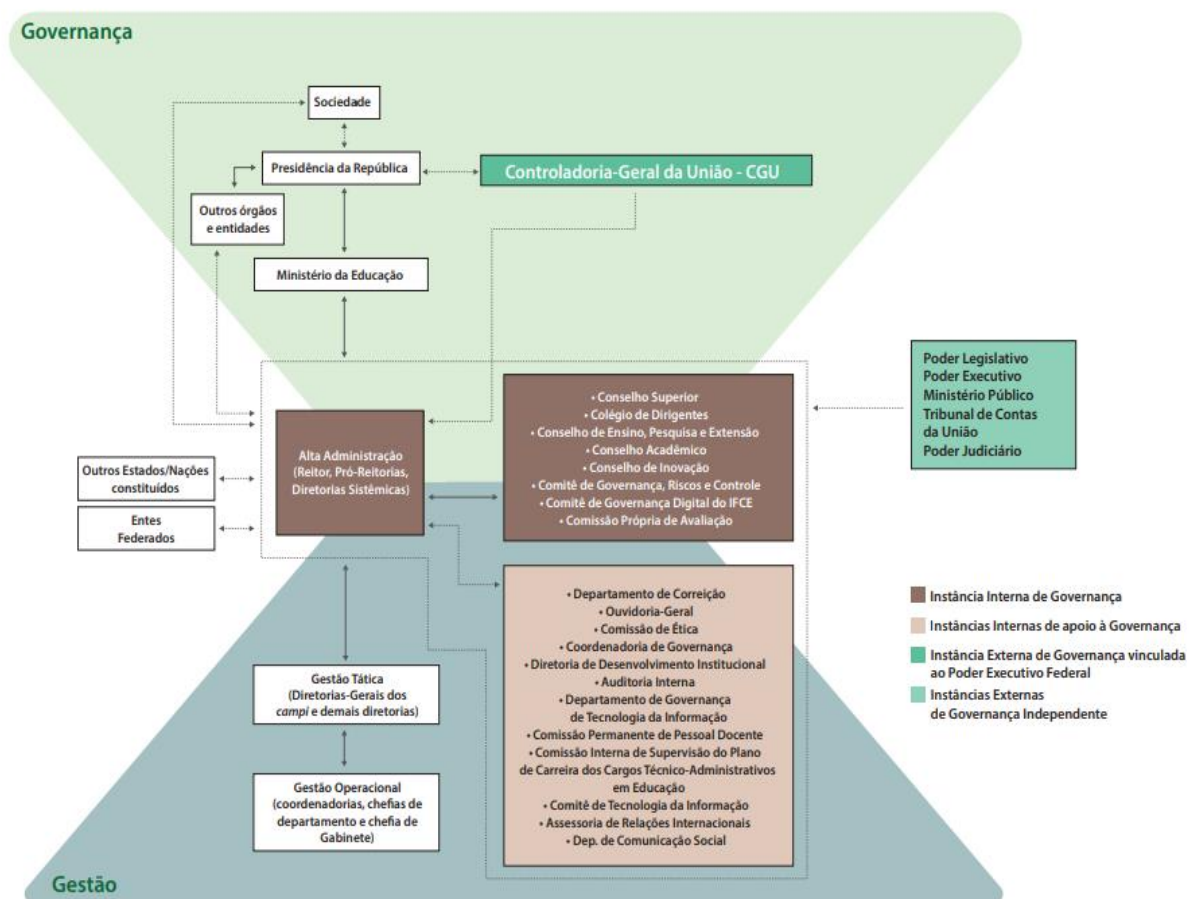
Figura 1 - Estrutura organizacional do Instituto Federal do Ceará, 2021.

O IFCE funciona com uma reitoria que atua como órgão administrativo central de 1 polo de inovação e de 33 unidades acadêmicas que desempenham as atividades-fins da instituição.

A reitoria é a responsável pela coordenação e supervisão das atividades das demais unidades e suas atividades estão distribuídas nas áreas estratégicas do ensino, da pesquisa, da inovação e pós-graduação, da extensão, da administração e planejamento, da gestão de pessoas, da tecnologia da informação, dos assuntos estudantis, das relações internacionais e da comunicação social.

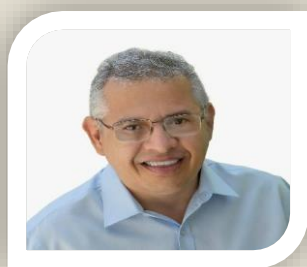
1.3 Estrutura de governança

A governança corresponde a um conjunto de boas práticas de liderança, estratégia e controle, aplicado para avaliar, direcionar e monitorar a gestão. Nesse sentido, as estruturas de governança visam à transparência da gestão, eficiência e redução dos riscos associados aos objetivos e metas institucionais. No IFCE, o modelo de governança está organizado conforme imagem a seguir.

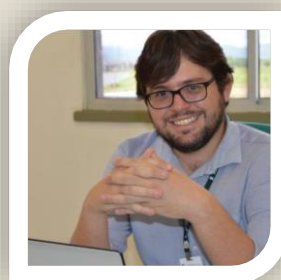


1.3.1 Instâncias internas de governança

1.3.1.1 ALTA ADMINISTRAÇÃO 2021



**José Wally
Mendonça
Menezes**
REITOR



**Marcel Ribeiro
Mendonça**
PRÓ-REITOR DE
GESTÃO DE PESSOAS



**Cristiane
Borges Braga**
PRÓ-REITORA
DE ENSINO



**Reuber Saraiva de
Santiago**
PRÓ-REITOR DE
ADMINISTRAÇÃO



**Joélia Marques
de Carvalho**
PRÓ-REITORA
DE PESQUISA



**Ana Cláudia Uchôa
Araújo**
PRÓ-REITORA DE
EXTENSÃO



**Danilo Reis de
Vasconcelos**
DIRETOR DE
TECNOLOGIA
DA
INFORMAÇÃO



**Ana Caroline Cabral
Cristino**
DIRETORA DE
ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL

1.3.1.2 CONSELHO SUPERIOR (CONSUP)

O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFCE, que se reúne bimestralmente e, em caráter extraordinário, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros.

1.3.1.3 COLÉGIO DE DIRIGENTES (COLDIR)

O Colégio de Dirigentes é uma instância de caráter consultivo, sendo o órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria. Reúne-se uma vez por mês e, extraordinariamente, quando convocado por seu presidente ou por dois terços de seus membros.

1.3.1.4 CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPE)

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão é órgão de caráter normativo e consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão, mas assume caráter deliberativo no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação e da Pró-Reitoria de Extensão.

1.3.1.5 CONSELHO ACADÊMICO

O Conselho Acadêmico, órgão de caráter consultivo dos diversos *campi*, objetiva subsidiar-se com informações da comunidade e com outras relativas a assuntos administrativos, ao ensino, à pesquisa e à extensão e avaliar as metas de atuação de sua política.

1.3.1.6 CONSELHO DE INOVAÇÃO

O Conselho de Inovação é órgão consultivo e deliberativo da área de inovação subordinado à Reitoria e tem por finalidade subsidiar a diretoria do Polo de Inovação Fortaleza quanto ao atendimento aos critérios de elegibilidade dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação e serviços tecnológicos a ser desenvolvidos.

1.3.1.7 COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLE

O Comitê de Governança, Riscos e Controle é responsável por orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes aos objetivos estratégicos, macroprocessos ou projetos, sempre incorporando a visão de riscos à tomada de decisão. O Comitê, cujos trabalhos iniciaram em 30 de outubro de 2018, reúne-se trimestralmente e está em processo de elaboração de seus normativos.

1.3.1.8 COMITÊ DE GOVERNANÇA DIGITAL DO IFCE

O Comitê de Governança Digital do IFCE, instituído pela Portaria Nº 293, de 18 de abril de 2018, é responsável pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento de medidas de Tecnologia da

Informação e Comunicação no âmbito do IFCE, em observância ao que dispõe a Portaria N° 19, de 29 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPOG.

1.3.1.9 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

A Comissão Própria de Avaliação, prevista no art. 11 da Lei N° 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentada pela Portaria N° 2.051, de 19 de julho de 2004, do Ministério da Educação, é órgão colegiado de natureza deliberativa e normativa em aspectos avaliativos, acadêmicos e administrativos.

1.3.2 Outras instâncias internas de apoio à governança

1.3.2.1 AUDITORIA INTERNA (AUDIN)

A unidade de Auditoria Interna é o órgão técnico de controle vinculado à Reitoria do IFCE, sujeito à orientação normativa e à supervisão técnica do órgão central e dos órgãos setoriais do sistema de controle interno do poder executivo federal em suas respectivas áreas de jurisdição. Desenvolve uma atividade de assessoramento à administração de caráter essencialmente preventivo, destinado a agregar valor e melhorar as operações da entidade, fortalecendo a gestão e racionalizando as ações de controle interno. Deve cumprir suas atribuições sem elidir a competência ministerial e do Tribunal de Contas da União.

1.3.2.2 DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O Departamento de Governança de Tecnologia da Informação é responsável pelo planejamento, coordenação e aquisição dos materiais, equipamentos e serviços no âmbito da Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação e da Reitoria. Entre suas atribuições, está a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IFCE, bem como a sugestão de projetos para a melhoria de processos internos, utilizando tecnologia disponível no mercado.

1.3.2.3 DEPARTAMENTO DE CORREIÇÃO (DCOR)

O Departamento de Correição do IFCE é um órgão de apoio e assessoramento integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal como unidade seccional, cujo objetivo é apurar desvios de conduta de agente público vinculado ao IFCE.

1.3.2.4 DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (DDI)

A Diretoria de Desenvolvimento Institucional tem por finalidade promover as políticas e o planejamento e estruturar os marcos legais, a base organizacional e o desenvolvimento institucional.

1.3.2.5 COORDENADORIA DE GOVERNANÇA (CGOV)

Atualmente, o IFCE possui a Coordenadoria de Governança, criada pela Portaria N° 999/GABR/REITORIA, de 22 de novembro de 2018, e é composta por uma servidora designada como responsável pela Unidade de Gestão de Integridade. Além disso, a referida portaria apresenta as competências e atribuições da unidade responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito do IFCE.

1.3.2.6 OUVIDORIA-GERAL

A Ouvidoria-Geral é órgão de assessoramento da Reitoria, integrante do sistema de ouvidorias públicas do Poder Executivo Federal, constituindo-se em instância de controle e participação social responsável pelo tratamento de manifestações relativas aos serviços públicos prestados pelo IFCE, com vista ao aprimoramento da gestão pública.

1.3.2.7 COMISSÃO DE ÉTICA

A Comissão de Ética tem por objetivo estabelecer os princípios norteadores da conduta ética e profissional dos servidores do IFCE, devidamente amparados pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, regimento próprio e Código de Conduta Profissional do IFCE.

1.3.2.8 COMISSÃO PERMANENTE DE PESSOAL DOCENTE

A Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD presta assessoramento ao reitor do IFCE para a formulação e o acompanhamento da execução da política de pessoal docente.

1.3.2.9 COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO DO PCCTAE

A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) é órgão consultivo e deliberativo que acompanha, orienta, fiscaliza, avalia e supervisiona o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, além de auxiliar a Alta Administração nas políticas relacionadas.

1.3.2.10 DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

O Departamento de Comunicação Social articula, em parceria com a comunicação dos *campi*, a divulgação das atividades institucionais para os públicos interno e externo, bem como define as diretrizes de comunicação institucional e implanta políticas de comunicação.

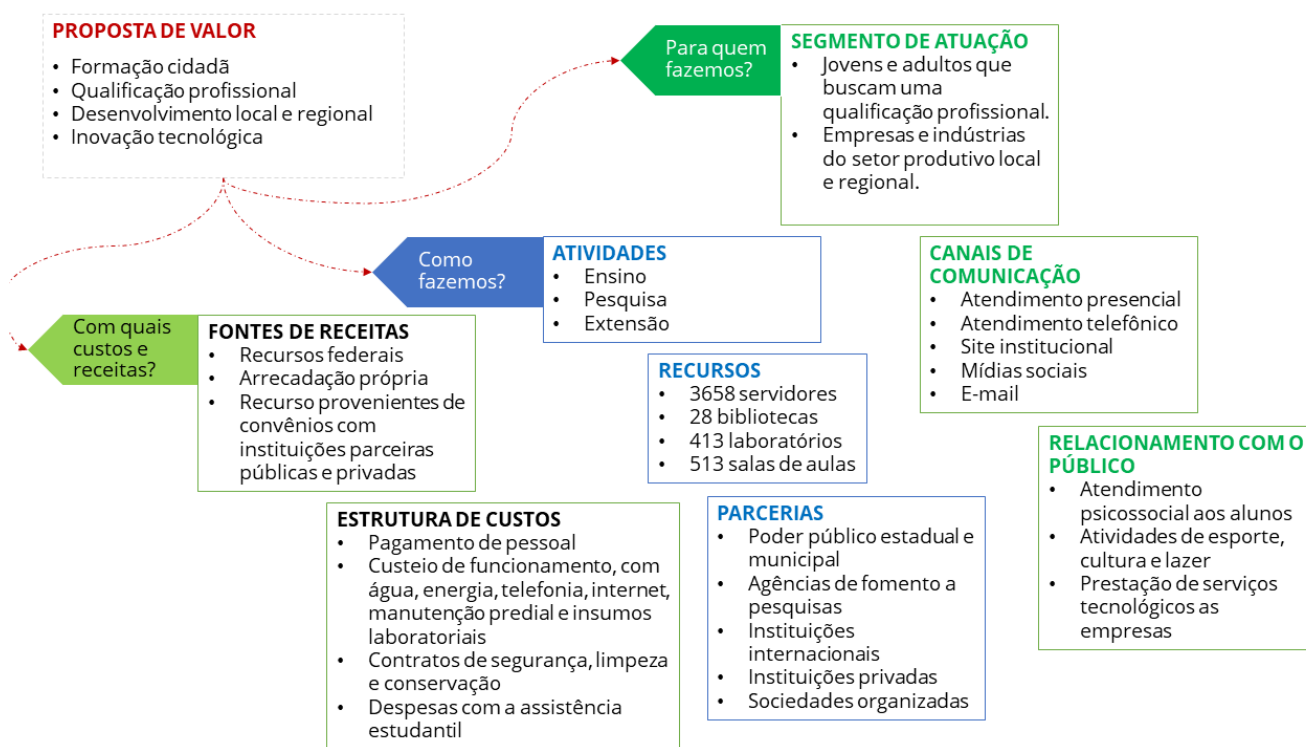
1.3.2.11 ASSESSORIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Assessoria de Relações Internacionais (Arinter) elabora, propõe e coordena a execução das políticas de cooperação institucional e internacional do IFCE. Além de promover o intercâmbio científico, tecnológico, cultural, artístico e filosófico entre a entidade educacional e outros órgãos nacionais e internacionais, também assessora o IFCE quanto à política e tomada de decisão.

1.3.3 Estruturas de governança externas

O IFCE não possui estruturas de governança externas, tais como: auditoria independente, conselhos externos, entre outros.

1.4 Modelo de negócios



1.5 Principais objetivos estratégicos

A seguir, apresentam-se os principais objetivos estratégicos da instituição para o período de 2019 a 2023 que constam no seu Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), publicado por meio da Resolução Consup Nº 111, de 26 de novembro de 2018.

PERSPECTIVA DO ESTUDANTE

- Reduzir o número de estudantes retidos
- Reduzir a evasão discente
- Expandir e consolidar a pesquisa científica institucional
- Expandir e fortalecer os programas de pós-graduação
- Fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico-racial
- Fortalecer a articulação entre a Política de Assistência Estudantil e o Plano de Permanência e Êxito
- Aprimorar os serviços de alimentação e nutrição do IFCE
- Melhor aplicabilidade dos recursos da assistência estudantil
- Implantar ações para a educação em direitos humanos.

PERSPECTIVA DOS PROCESSOS

- Atender aos percentuais previstos na Lei 11.892/2008
- Preencher as vagas ofertadas
- Melhorar os indicadores de qualidade de ensino
- Fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora no âmbito institucional
- Expandir e consolidar a inovação
- Fortalecer as relações socioproductivas e culturais nos contextos locais e regionais
- Aperfeiçoar os procedimentos visando à efetividade e à excelência dos processos internos
- Ampliar e modernizar a infraestrutura física do IFCE
- Promover e consolidar a cultura da inovação e da sustentabilidade
- Melhorar comunicação interna e externa.

PERSPECTIVA DA APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

- Apoiar a capacitação de servidores do IFCE em cursos de pós-graduação
- Promover a capacitação e o desenvolvimento dos servidores
- Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.

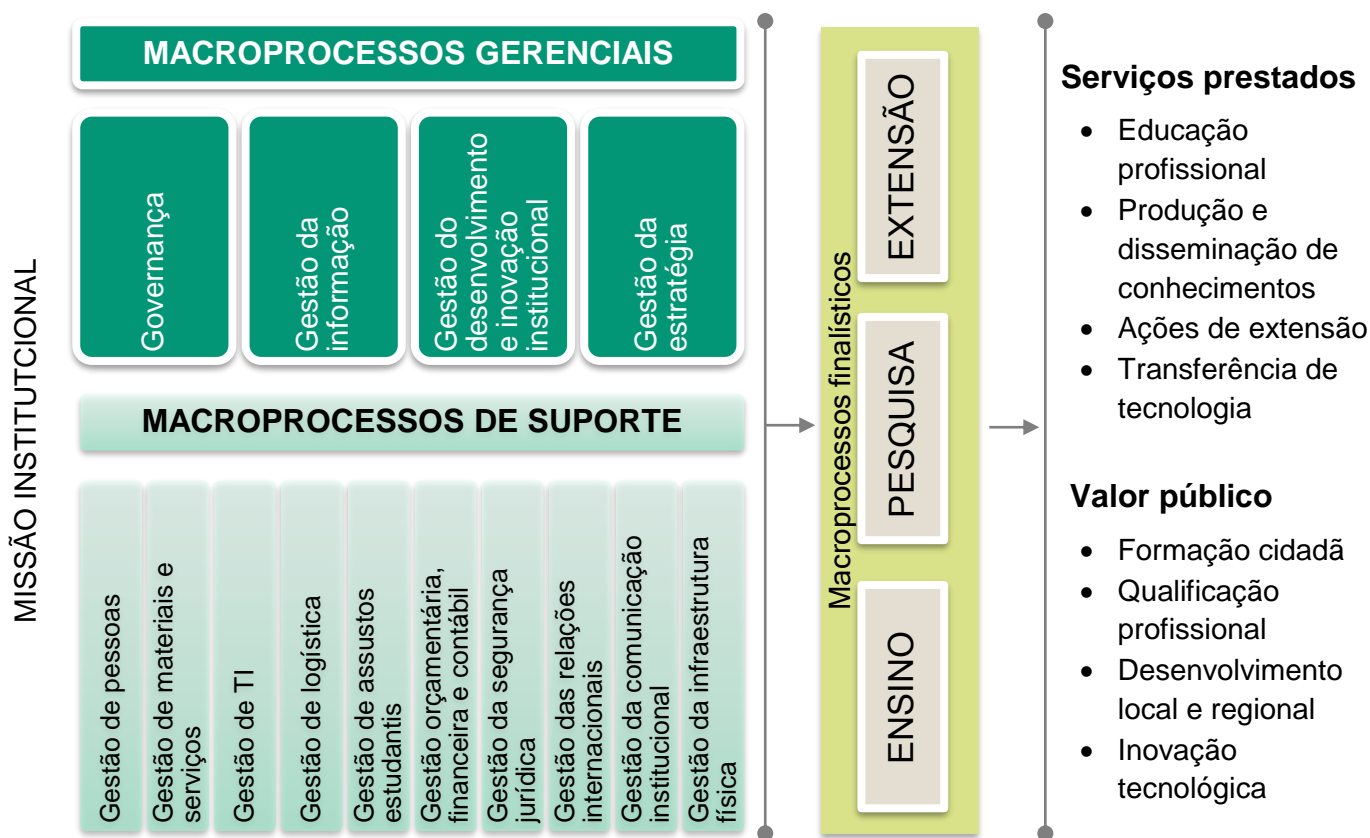
PERSPECTIVA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

- Aprimorar a gestão orçamentária e financeira com foco na otimização dos recursos e na transparência.

1.6 Cadeia de valor

Uma maneira de expressarmos como os nossos processos interagem entre si e geram valor para a sociedade é por meio da cadeia de valor.

Dessa forma, a cadeia de valor do IFCE é composta de 4 macroprocessos gerenciais, 3 macroprocessos finalísticos e 10 macroprocessos de apoio, todos eles voltados para o alcance da visão institucional e, conseqüentemente, para a entrega de valor a sociedade.



1.7 Ambiente externo

O ambiente externo pode ser entendido como o conjunto de fatores sobre os quais a instituição não tem controle e que podem gerar impacto na capacidade da instituição de alcançar os seus resultados. Esses fatores externos podem ter as suas origens no âmbito nacional ou internacional.

Uma análise do ambiente externo se caracteriza pela identificação de dois tipos de fatores: oportunidades e ameaças. As oportunidades são situações que podem ser aproveitadas pela instituição para impulsionar os seus resultados, enquanto as ameaças são aquelas que podem obstaculizar os resultados esperados. As origens de ambos os fatores podem ser políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, ambientais e legais.

A seguir, apresentamos um conjunto de fatores (não exaustivo) que exerce influência nas atividades do IFCE.



Ameaças

- Incerteza em relação as políticas públicas voltadas para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;
- Descompasso entre o orçamento e o crescimento das matrículas;
- Ausência de transporte público nas cidades do interior do estado;
- Desvalorização da carreira do servidor público da educação;
- Impossibilidade de novas contratações de servidores;
- Leis que causam morosidade nos processos internos; e
- Pandemia da Covid-19.



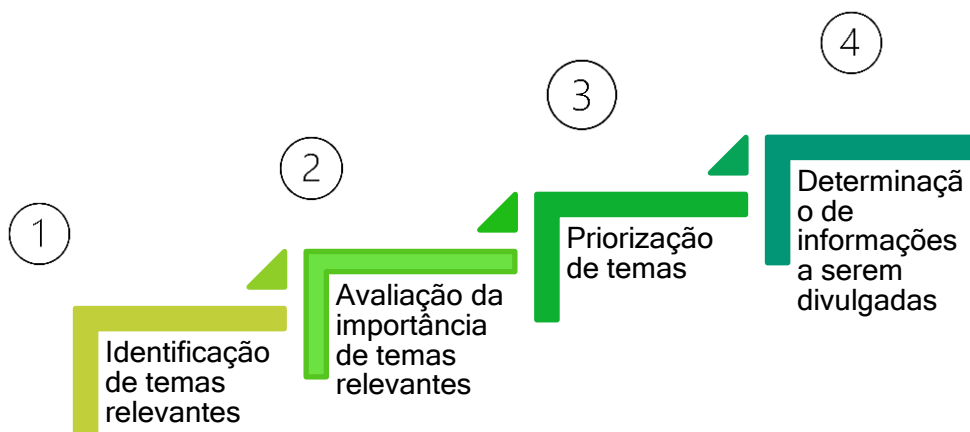
Oportunidades

- Possibilidades de parcerias com órgãos governamentais, bem como instituições públicas e privadas;
- Publicação de editais de fomento externo;
- Surgimento de novos arranjos produtivos no estado;
- Demanda da sociedade por qualificação técnica e tecnológica;
- Demanda da sociedade por cursos de graduação e pós-graduação; e
- Expansão do ensino a distância;
- Pós-pandemia (“novo normal”).

1.8 Determinação da materialidade dos temas

O Tribunal de Contas da União adota para o relatório de gestão a estrutura internacional de Relato Integrado, uma nova forma de preparação e apresentação de relatórios corporativos que requer que a organização pense de forma integrada, desenvolvida pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC).

Um relatório integrado deve divulgar informações sobre assuntos que afetam, de maneira significativa, a capacidade de uma organização de gerar valor (benefício percebido pelo cliente, sociedade e demais partes interessadas, por meio dos produtos e serviços organizacionais ofertados) em curto, médio e longo prazo. Desta forma, o processo para determinar a materialidade dos conteúdos seguiu os passos demonstrados no diagrama a seguir.



Quanto à identificação de temas relevantes e avaliação da importância de temas relevantes, o IFCE já possui uma lista de 22 temas relevantes identificados e avaliados dentro do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), enumerados a seguir.

Relacionados ao ensino

1. Ampliação do número de estudantes egressos com êxito
2. Ampliação das matrículas em cursos técnicos e licenciaturas
3. Melhoria da qualidade do ensino

Relacionados à extensão

1. Diversidade e Acessibilidade
2. Empreendedorismo
3. Desenvolvimento local e regional

Relacionados à pesquisa

1. Fortalecimento da pesquisa institucional
2. Consolidação da inovação
3. Expansão e excelência da pós-graduação

Relacionados às demais áreas estratégicas

1. Internacionalização
2. Ensino de idiomas
3. Estruturação das relações internacionais
4. Promoção dos direitos humanos no âmbito educacional.
5. Inovação e sustentabilidade
6. Efetividade e excelência na gestão
7. Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento
8. Padronização e normalização das rotinas
9. Qualidade de vida no trabalho
10. Gestão da segurança da informação
11. Planejamento das aquisições de TI

12. Gestão de continuidade do negócio

13. Imagem e identidade institucional.

O passo seguinte foi priorizar, dentre os 22 temas, os mais relevantes. A alta administração definiu que, dentre os mais relevantes, constariam necessariamente os 3 temas da área de ensino por conterem os indicadores obrigatórios do TCU, e, considerando o conceito de geração de valor, definiu-se ainda a priorização dos 3 temas da pesquisa e dos 3 temas da extensão, pela relação direta que possuem com o cumprimento da missão institucional.

Para a determinação das informações por divulgar, foram escolhidos os indicadores de desempenho já considerados consolidados na instituição, ou seja, que possuem um método de cálculo e fontes consistentes.

2 Gestão de riscos e controles internos

Entende-se risco a probabilidade de ocorrências de fatos com implicações positivas ou negativas sobre os resultados esperados. Assim, a gestão de riscos compreende o processo de identificar, mensurar e controlar a ocorrência desses fatos, com consciência de que ela é fator fundamental para os avanços institucionais e favorece a boa gestão da coisa pública, com probidade e respeito aos princípios constitucionais da administração pública consagrados.

Como forma de melhorar a comunicação e auxiliar o controle interno e a gestão de riscos, instituiu-se o modelo das linhas de defesa, com definição de responsabilidades de todos os envolvidos no processo, conforme ilustra a imagem a seguir.



Cada uma dessas barreiras possui suas funções específicas, de maneira que cada área possa compreender todo o processo e possa atuar de forma tempestiva, oferecendo a resposta esperada de cada linha de defesa.

Na primeira linha de defesa, os gestores das áreas gerenciam os riscos e têm propriedade sobre eles, sendo também responsáveis por implementar as ações corretivas para buscar resolver deficiências em processos e controles. A segunda linha de defesa monitora o gerenciamento de riscos da instituição, verifica as conformidades, desenvolve o controle interno e aprimora a primeira linha de defesa. Já a terceira linha, de forma independente, avalia a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e dos controles internos, inclusive como a primeira e a segunda linha alcançam os objetivos estratégicos, além de propor melhorias.

Além disso, fomentou-se a capacitação dos servidores, mediante eventos, projetos e conteúdos disponíveis *on-line (lives)* da Controladoria-Geral da União, em assuntos vinculados a governança, como prestação de contas e plano de integridade, gestão de riscos, controladoria no setor público, ética pública e valores do serviço público.

Almeja-se que o gerenciamento de riscos se fortaleça no âmbito do IFCE, contribuindo para o bom desempenho na realização dos objetivos estratégicos, e para isso a instituição vem se empenhando no fortalecimento dos controles internos, na tentativa de reduzir a probabilidade de ocorrência de riscos às suas atividades, destacando-se as iniciativas detalhadas a seguir.

2.1 Acompanhamento sistemático das metas traçadas

Realiza-se, trimestralmente, um acompanhamento do andamento das metas definidas no plano estratégico da instituição, bem como das ações planejadas no início de cada exercício.

Os períodos de monitoramento ocorrem no final dos meses de março, junho, setembro e dezembro, quando a reitoria solicita aos diretores de *campus* um relatório sobre a execução de suas ações nas áreas do ensino, pesquisa, extensão, assistência estudantil, tecnologia da informação, relações internacionais, gestão de pessoas e administração geral, com o intuito de assegurar que os resultados das ações e metas traçadas para o exercício sejam alcançados satisfatoriamente.

Esse controle sistemático permite identificar os fatos que estão impactando negativamente nos resultados e, a partir de então, a instituição adota medidas capazes de minimizar os efeitos desses fatos.

2.2 Plano de Integridade

Atendendo às orientações da CGU, foi criado o Plano de Integridade do IFCE, que demonstra o comprometimento da alta administração da instituição em manter os elevados padrões éticos, de transparência e de condutas ilibadas. A elaboração do Plano de Integridade foi realizada pelo Comitê de Governança, Riscos e Controle com a Coordenadoria de Governança, que é a unidade de gestão de integridade incumbida de acompanhar sua execução.

O Plano apresenta o mapa de gestão de riscos, que, vinculado ao assunto “integridade”, indica os riscos e os tratamentos por executar no âmbito da Comissão de Ética, da Correição, da Auditoria, da Ouvidoria, do Conflito de Interesse e Nepotismo, da Gestão da Integridade, Transparência e outras áreas que possam contribuir para realização dos tratamentos aos riscos.

2.3 Plano de providências permanente

As pró-reitorias, as diretorias sistêmicas, os *campi* e demais setores do IFCE são fiscalizados pela Auditoria Interna, em conformidade com o PAINT, em seus processos. A partir dos resultados,

são implementadas ações pelas diversas unidades para o respectivo ajuste, caso apontado no relatório de auditoria.

Os compromissos de ajuste dos procedimentos da administração são postos no Plano de Providências Interno e no Plano de Providências Permanente, que são as referências para a elaboração de manuais, sistemas e normas internas que direcionem os processos do IFCE à eficiência e, conseqüentemente, à mitigação dos riscos. Além dessas iniciativas, a elaboração de manuais técnicos que regulamentam e padronizam a execução de atividades comuns à Reitoria e aos *campi* contribui para a minimização dos riscos inerentes aos processos internos da instituição.

2.4 Comitê de Governança, Riscos e Controle

O Comitê de Governança, Riscos e Controle é composto pela alta administração do IFCE. Iniciou seus trabalhos em 30 de outubro de 2018 e, logo após, realizou o mapeamento dos riscos relacionados à integridade. Em sua última reunião, o Comitê elaborou Metodologia de Gerenciamento de Riscos do IFCE, a qual será submetida para apreciação e homologação do Conselho Superior - CONSUP. Ressalta-se que a Metodologia de Gerenciamento de Riscos fortalecerá o controle interno de áreas estratégicas para uma boa gestão da instituição.

As principais informações do Comitê estão disponíveis no endereço eletrônico: <https://ifce.edu.br/instituto/conselhos-e-orgaos-colegiados/comite-de-governanca-riscos-e-controle>

2.5 Avaliação institucional

Além de ser um instrumento de autoavaliação interna exigido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) que subsidia os processos de planejamento e desenvolvimento institucional, ainda proporciona uma reflexão contínua sobre o desempenho do IFCE, permitindo a revisão sistemática de sua atuação, considerando o cumprimento de sua missão, o alcance de seus objetivos e o aprimoramento da qualidade dos serviços ofertados.

3 Governança, estratégia e desempenho

3.1 Estratégia

A nossa estratégia para alcançar a visão institucional é composta de 30 objetivos estratégicos que são acompanhados periodicamente por 71 indicadores de desempenho. Para atingir os resultados esperados nos objetivos foram listados 161 projetos estratégicos, conforme detalhado no quadro a seguir.

Unidade estratégica	Objetivos estratégicos	Indicadores de desempenho	Projetos estratégicos
Ensino	5	11	25
Extensão	3	8	20
Pesquisa, pós-graduação e inovação	4	7	17
Assuntos estudantis	4	6	4
Relações internacionais	3	7	29
Administração e planejamento	4	13	28
Gestão de pessoas	2	9	14
Tecnologia da informação	4	6	11
Comunicação social	1	3	13
Total	30	70	161

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023.

Todo esse planejamento está organizado em 10 áreas consideradas estratégicas, são elas: ensino, extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação, assuntos estudantis, relações internacionais, administração e planejamento, gestão de pessoas, tecnologia da informação e comunicação social.

3.2 Apoio da estrutura de governança

A governança do IFCE planeja, de forma sistêmica, suas ações para o alcance dos objetivos estratégicos traçados no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que é uma ferramenta de gestão definidora de estratégias para um período de cinco anos.

Nesse sentido, a alta administração reúne-se periodicamente revendo ações já realizadas e pensando melhorias, para garantir a eficiência administrativa e encontrar meios de atingir os objetivos estratégicos, o que reflete em eventos, como as reuniões de planejamento, encontro de gestores, o IFCE Capacita, fóruns, seminários e palestras, com intuito de aprimorar a governança pública e conscientizar os servidores do seu papel no processo de governança, bem como acompanhar e reportar o progresso de ações, assegurar a conformidade com a legislação, avaliar o desempenho da instituição e elevar a qualidade dos serviços oferecidos à sociedade.

O IFCE também conta com uma ferramenta de monitoramento no ambiente virtual: o ForPDI, que possibilita verificar as ações, estratégias, promover ajustes e solicitar providências quanto aos procedimentos adotados para atingir as metas. A plataforma oferece agilidade, economicidade e promove soluções para lidar, tempestivamente, com os desafios geográficos enfrentados pelas 35 unidades administrativas desta autarquia em todo o território cearense.

Ademais, um trabalho que eleve o grau de comprometimento com os atendimentos às recomendações dos órgãos de controle, iniciado em 2019, continua avançando e produzindo excelentes resultados em 2021. Uma mudança no perfil de atendimento às recomendações, havendo esforço adicional para implementá-las integralmente, vem refletindo, conseqüentemente, no número de recomendações da Audin atendidas.

O número de recomendações implementadas saltou de 45, em 2019, para 109, em 2020, enquanto as recomendações parcialmente implementadas diminuíram de 140, em 2019, para 45 recomendações em 2020. Durante o exercício de 2021, foram 116 recomendações implementadas e 30 baixadas, representando uma redução de 25,65% das recomendações da Audin, restando, no final de 2021, 423 das 569 recomendações existentes no final de 2020.

Essa melhora é observável também nas recomendações feitas pela CGU, uma vez que, no início de 2019, havia 169 recomendações em fase de atendimento, das quais atendeu a 84, e, em agosto de 2019, existiam 85 recomendações para atendimento, das quais atendeu 53 até dezembro de 2020, restando, portanto, apenas 32 para atendimento. Em 2021, das 32 restaram apenas 16 recomendações pendentes no E-AUD, totalizando 153 recomendações atendidas num período de dois anos, ou seja, mais de 90% das recomendações.

Em outro viés, apesar de 2021 ter sido um ano desafiador em razão da pandemia de Covid-19, o IFCE não deixou de apresentar ações e resultados notáveis, dentre as quais se destacam:

- planejamento para a retomada das atividades presenciais nas áreas administrativas, de ensino, pesquisa e extensão, com a participação de servidores e alunos nos diversos *campi*;
- fomento à transparência ativa, mediante uma gestão mais participativa e aberta à comunidade, com a transmissão ao vivo, pelo canal no Youtube, das reuniões do Conselho Superior e de outros eventos institucionais;
- aprovação do Plano de Dados Abertos da instituição;
- evolução, durante o período de dois anos, do 49º para o 6º lugar no *ranking* nacional de depósito de registros de programas de computador, dados do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI);
- fomento à utilização de energias renováveis, notadamente da energia fotovoltaica;
- premiação de alunos do IFCE em Olimpíadas Nacionais, na Feira Brasileira de Ciência e Engenharia - Febrace, na Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia - Mostratec, e destaque nacional de uma discente do curso de licenciatura em Física

- no programa Caça Asteroides, projeto do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), em parceria com a Agência Espacial Norte-Americana - Nasa;
- incentivo às pesquisas com hidrogênio verde e à implantação do Laboratório de Energias Renováveis no *campus* Pecém;
 - cursos virtuais de extensão oferecidos gratuitamente para a comunidade;
 - ações voltadas para cuidados com a saúde mental dos servidores, terceirizados e estudantes, com destaque para o projeto Trampolim, com vídeos voltados para a educação socioemocional dos discentes;
 - resultados expressivos dos alunos do IFCE participantes do desenvolvimento de soluções para empresas canadenses, em intercâmbio internacional do programa de Mobilidade Virtual;
 - ações pontuais de mapeamento e atualização do perfil de todos os gestores vinculados à extensão, a fim de planejar as ações dessa área; e
 - implantação e aperfeiçoamento de um modelo de gestão das contratações, por meio das Centrais de Compras e outras ações.

Ante o exposto, percebe-se que, não obstante todos os desafios enfrentados por uma instituição de grande porte, o IFCE vem obtendo êxito na entrega de uma educação de qualidade à sociedade ao passo que fornece ao mercado de trabalho mão de obra mais qualificada, projetos inovadores e avanços tecnológicos, além de promover uma relação transformadora para a sociedade mediante a integração do conhecimento acadêmico e cultural.

4 Resultados da Gestão

4.1 Resultados alcançados

4.1.1 Área: ensino

4.1.1.1 TEMA 1: AMPLIAÇÃO DAS MATRÍCULAS EM CURSOS TÉCNICOS E LICENCIATURAS

Objetivo estratégico: atender aos percentuais previstos na Lei N° 11.892/2008		
Indicador	Meta para 2023	Valor aferido em 2021
Matrículas equivalentes em cursos de formação de professores	20% das matrículas totais	20% das matrículas totais
Matrículas equivalentes em cursos técnicos	50% das matrículas totais	46,8% das matrículas totais
Matrículas Equivalentes em Educação de Jovens e Adultos (Cursos de EJA)	10% das matrículas totais	0,3% das matrículas totais

No indicador referente às matrículas em cursos de formação de professores, o Instituto Federal do Ceará manteve-se com resultado ajustado à meta legal estabelecida: 20% do total de matrículas. Esse resultado evidencia que o planejamento para a criação de novos cursos e o redimensionamento da oferta, medidas adotadas nos últimos anos, tem sido eficaz para o cumprimento da legislação.

A meta legal referente a 50% das matrículas em cursos técnicos até 2023 ainda não foi alcançada. Nos últimos dois anos, em virtude da pandemia de COVID-19, houve um significativo aumento na oferta de vagas para cursos de formação inicial e continuada (FIC). Essa ação impacta os percentuais relativos aos outros tipos de cursos, impedindo um resultado melhor já em 2021. Além disso, em março de 2021, foi aprovada a Resolução CONSUP/IFCE N° 17, que estabelece as diretrizes necessárias para abertura de novos cursos como maneira de incentivar e melhorar o índice de matrículas nos cursos técnicos de nível médio. Ainda assim, o resultado alcançado pela instituição pode ser analisado como regular, pois manteve-se próximo à meta e com perspectiva de melhora nos próximos anos.

O indicador referente às matrículas em cursos de Educação de Jovens e Adultos retrata a necessidade de ações para implementar cursos deste tipo na instituição. A meta para 2023 é de 10% das matrículas, e o IFCE tem-se mantido com resultados inferiores a 1% das matrículas. Vale ressaltar que esse é um problema de, praticamente, toda a rede federal..

4.1.1.2 TEMA 2: AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE ESTUDANTES EGRESSOS COM ÊXITO

Objetivo estratégico: reduzir o número de estudantes retidos

Indicador	Meta para 2023	Valor aferido em 2021
Retenção/Ciclo - RCiclo [%]	Até 7% de retenção	56,8% de retenção

O indicador “retenção/ciclo” foi impactado por medidas adotadas pela instituição, definidas com a finalidade de viabilizar o acesso e a permanência dos estudantes ao ensino remoto devido ao período de pandemia causado pela COVID-19, que possivelmente trouxe maiores dificuldades socioemocionais e econômicas dos estudantes e de suas famílias.

Nesse período (2020-2021), foram divulgadas resoluções do Conselho Superior do IFCE, assim como documentos orientadores e instruções normativas emitidas pela Pró-Reitoria de Ensino sobre o funcionamento do ensino na forma remota. Dentre outros, destacam-se aqueles que flexibilizam prazos e procedimentos estabelecidos no Regulamento de Organização Didática do IFCE (ROD), como a possibilidade de matrícula de estudantes em menos de 12 (doze) créditos, de trancamento de matrícula e de disciplina em maior tempo ao estabelecido no referido regulamento e de avaliação dos *campi* para decidirem se aulas práticas seriam ou não ministradas de forma remota (Res. CNE CP Nº 2 de 10 de dezembro de 2020/ Portaria MEC nº 544 de 16 de junho de 2020).

Destaca-se, ainda, a Resolução Nº 11, de 31 de maio de 2020, que aprovou os procedimentos para o retorno às aulas dos *campi* do IFCE de forma remota e gradativa, fato que contribuiu para que os *campi* tivessem datas de início das aulas em períodos diferentes:

Art. 1º Aprovar as diretrizes de retorno às aulas, de forma remota, para retomada do calendário letivo de forma gradativa a partir de 1º de junho de 2020, pelos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), não sendo permitido qualquer encontro de natureza presencial, até quando durar a situação do isolamento social.

Parágrafo único. Fica vedada a realização das práticas profissionais de estágios e de laboratório, mesmo que de forma remota, nos termos constantes no § 3º, art. 1º da Portaria nº 343, de 17 de março de 2020 e § 3º, art. 3º da Portaria nº 376, de 3 de abril de 2020.

Art. 2º Compete aos diretores-gerais, gestores de Ensino e a sua equipe gestora, analisar as possibilidades de retomar as atividades das disciplinas curriculares junto à comunidade acadêmica (docentes, técnicos administrativos, funcionários terceirizados, discentes e pais e/ou responsáveis pelos discentes).

Parágrafo único. Para fins de análise devem ser observados:

I - a Medida Provisória 934/2020, de 1º de abril de 2020, que "Estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas de enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020";

II - o tempo em que os/às cursos/turmas estiveram com os calendários suspensos;

III - as condições de conectividade dos estudantes, assim como estratégias pedagógicas e administrativas para minimizar prejuízos aos discentes; IV - a garantia a ser dada ao estudante que não puder participar das aulas remotas de que ele retomará suas atividades em tempo posterior [...]

Ressalta-se o período em que os calendários letivos de todos os *campi* ficaram suspensos (Resolução Consup Nº 7 de 20 de março de 2020, Resolução Consup Nº 8 de 3 de abril de 2020, Resolução Consup Nº 9 de 1º de maio de 2020).

Embora seja reconhecida a relevância da adoção dessas iniciativas, observa-se que houve aumento significativo no número de trancamentos de matrículas nos cursos técnicos e de graduação, assim como a carga horária reprimida de aulas práticas ou teóricas não ministradas durante os anos de 2020 e 2021, aumentando as variáveis dificultadoras para o alcance da meta estabelecida para o indicador “retenção/ciclo”. Sendo assim, o resultado atual (apresentado na tabela acima), como ocorrido no ano de 2020, está distante daquele observado na Plataforma Nilo Peçanha em 2019, a qual registrou 7,89% .

Diante do exposto, a partir do processo de retomada das atividades acadêmicas na forma presencial, os *campi* vêm sendo orientados (reuniões, Ofício Conjunto Circular nº 8/2021 PROEN/PRPI/PROEXT/REITORIA, de 26 de outubro de 2021, Ofício Conjunto Circular nº 1/2022 PROEN/REITORIA, de 22 de janeiro de 2022) a realizar um trabalho de “busca ativa” dos estudantes com situação de matrícula “trancada” e “em aberto” visando à reversão dessas situações de matrículas para situação “matriculado cursando”.

Acredita-se que a regularização dos valores desta meta deva acontecer nos próximos anos, de acordo com a normalização das atividades de ensino no período pós-pandemia.

Objetivo estratégico: reduzir a evasão discente.		
Indicador	Meta para 2023	Valor aferido em 2021
Evasão/Ciclo - EvCiclo [%]	Até 10% de evasão	31,2% de evasão

A evasão discente, nos cursos técnicos e de graduação, tem sido uma preocupação constante na instituição. Sabe-se ainda que a retenção acadêmica (citada no item anterior), é um fator que possui relação direta com a evasão.

Ao longo dos últimos anos, os *campi* vêm desenvolvendo atividades acadêmicas e administrativas visando ao incentivo e à permanência dos estudantes na instituição e, por conseguinte, à ampliação do índice de conclusão de curso. Ocorre que as dificuldades para o alcance dessa meta foram ampliadas devido às consequências ocasionadas pela pandemia de COVID-19.

No período de 2021, o indicador “evasão/ciclo” variou negativamente em relação ao ano anterior, quando chegou a 22% (ferramenta ForPDI 2020).

Em prol da redução da evasão discente no IFCE, faz-se necessário o fortalecimento dessa ação. Os *campi* foram orientados a realizar a acolhida e adaptação dos estudantes ao ensino presencial até 30/06/2022, com algumas flexibilizações de procedimentos e prazos estabelecidos no ROD, iniciando a “busca ativa” de estudantes que deixaram de frequentar as aulas durante o período de pandemia.

Acredita-se que a redução da evasão estudantil será processual, com resultados positivos em médio e longo prazo, a partir do fortalecimento pelos *campi* da qualidade do desenvolvimento das ações pedagógicas e administrativas estabelecidas no Plano de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE, do resgate dos estudantes que deixaram de frequentar o curso, estão com matrículas trancadas ou com matrículas em aberto e do trabalho de atualização do cumprimento (por docentes e alunos) da carga horária de disciplinas que não foram ministradas em 2020 e 2021 em decorrência dos efeitos da pandemia, pois essa carga horária reprimida pode causar impacto na retenção e, conseqüentemente, na evasão.

Objetivo estratégico: preencher as vagas ofertadas.		
Indicador	Meta para 2023	Valor aferido em 2021
Ocupação das vagas	Ocupação de 100% das vagas ofertadas	79,2% de ocupação

Em 2021, conforme dados aqui apresentados, 79,2% das vagas ofertadas foram ocupadas. Um resultado inferior ao de 2020, quando o indicador ocupação-vaga atingiu o quantitativo de 92%, conforme dados da ferramenta PDI/IFCE - Indicadores de Ensino. Esse resultado de 2020 representou uma melhoria no indicador, que foi aferido pela primeira vez em 2019, por meio da Plataforma Nilo Peçanha, e ficou em 87,09%, ou seja, é o pior resultado na série histórica. A grande oferta de cursos de formação inicial e continuada em 2020 pode ter impactado o resultado deste indicador naquele ano, e agora começamos a ter resultados mais adequados à situação de normalização que o ensino do IFCE perpassa.

4.1.1.3 TEMA 3: MELHORIA DA QUALIDADE DE ENSINO

Objetivo estratégico: melhorar os indicadores de qualidade de ensino.		
Indicador	Meta para 2023	Valor aferido em 2021
Índice geral de cursos (IGC)	Alcançar IGC 5	3
Conceito Preliminar de Curso (CPC)	Alcançar CPC 5 para toda a instituição	3,2
Desempenho ENADE	Nota 5 em todos os cursos avaliados	3,4

Relação Aluno-Professor (RAP)	20 alunos por docente	27,5 alunos por docente
Taxa de Conclusão ciclo - CCiclo [%]	83% de conclusão	12% de conclusão

4.1.1.3.1 ENADE / CPC / IGC

No ano de 2020, por conta da pandemia de COVID-19, não houve aplicação do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - Enade. Apenas em 2021 o exame voltou a ser aplicado. Porém, a publicação dos resultados do Enade ocorre no segundo semestre do ano posterior à sua aplicação; assim, os resultados oficiais atuais são referentes a 2019.

Por outro lado, o Enade é a base do cálculo do Conceito Preliminar de Curso - CPC e do Índice Geral de Cursos - IGC, portanto os resultados oficiais do CPC e IGC também ainda são referentes a 2019, não havendo parâmetro atual para comparação, pois não houve alteração em relação ao ano anterior.

Em 2021, o Enade foi aplicado, e o IFCE teve uma quantidade expressiva de cursos avaliados. Nos próximos anos, esses indicadores serão calculados e publicados, assim será possível realizar uma análise da evolução dos resultados.

4.1.1.3.2 Relação Aluno-Professor

O indicador referente à relação aluno-professor, assim como nos anos anteriores, continua acima do mínimo estabelecido na meta legal. Portanto, a meta foi alcançada com antecedência e vem sendo mantida dentro de um padrão que indica a continuidade do resultado positivo até 2023.

4.1.1.3.3 Conclusão/Ciclo

Esse indicador, em 2019, antes da pandemia, teve como resultado o percentual de 46,06%. Já em 2020, conforme dados da ferramenta PDI/IFCE - Indicadores de Ensino, o percentual atingido foi de apenas 19%, e, conforme os dados aqui apresentados o percentual foi de 12% em 2021, uma grande variação negativa nos últimos dois anos, demonstrando que, assim como outros indicadores, a conclusão/ciclo foi bastante impactada pela situação atípica trazida pela pandemia de COVID-19. O período pós-pandemia, depois de uma normalização do ensino no IFCE, deverá apresentar uma melhoria nesses resultados, e, a partir desses dados, será possível diagnosticar o impacto real e as perspectivas de metas para os próximos anos.

4.1.2 Área: pesquisa, inovação e pós-graduação

4.1.2.1 TEMA 1: FORTALECIMENTO DA PESQUISA INSTITUCIONAL

Objetivo estratégico: expandir e consolidar a pesquisa científica institucional.		
Indicador	Meta para 2023	Valor aferido em 2021
Taxa de produção científica	Média de 2 produções anuais por pesquisador cadastrado na plataforma NL da PRPI	Média de 0,52 produções anuais por pesquisador cadastrado na plataforma NL da PRPI

O resultado referente ao ano de 2021 no objetivo estratégico de expansão e consolidação da pesquisa institucional é um reflexo da pandemia de COVID19 no desenvolvimento das pesquisas científicas e tecnológicas realizadas no IFCE. Nesse período, as medidas de combate à COVID-19 adotadas pela instituição, considerando as nossas especificidades *multicampi* e os decretos dos órgãos governamentais, impossibilitaram o acesso de pesquisadores aos laboratórios de pesquisa do IFCE ou de outras instituições parceiras. Deste modo, alguns pesquisadores optaram por adaptar suas pesquisas na tentativa de minimizar os impactos negativos e podem não ter alcançado resultados previstos nos planos de trabalho dos projetos de pesquisa iniciais. Conforme dados da plataforma NL, foram submetidos 849 projetos em 2020 e 483 projetos em 2021, correspondendo a uma redução de aproximadamente 43%, podendo ser interpretado como um indicativo de que parte dos pesquisadores optou por não submeter novos projetos e aguardar uma definição da situação pandêmica.

A expectativa para o ano de 2022 é que a normalização das atividades presenciais na instituição impulse novamente a produção científica, aumentando assim a meta prevista para o ano de 2023. No entanto, como a pandemia não teve seu fim oficialmente decretado, a eventual e inesperada adoção de medidas restritivas de combate à COVID-19 pode voltar a frustrar o desenvolvimento da pesquisa no IFCE.

4.1.2.2 TEMA 2: CONSOLIDAÇÃO DA INOVAÇÃO

Objetivo estratégico: expandir e consolidar a inovação.		
Indicador	Meta para 2023	Valor aferido em 2021
Depósitos de propriedade intelectual	144 registros	136 registros
Volume de recursos captados em projetos de P&D	R\$ 17,5 milhões	R\$ 44,8 milhões

Considerando o estabelecido no Catálogo dos Objetivos, Indicadores e Metas do Quinquênio 2019-2023, a meta definida no DPI 2019-2013 em relação ao indicador analisado foi de R\$ 44,8

milhões. Assim como no indicador anteriormente evidenciado, apura-se que, ao final do ano de 2021, a meta estipulada não só foi cumprida, mas também ultrapassada.

Saliente-se que o valor captado foi fruto da ação conjunta da PRPI e dos pesquisadores do IFCE. Diante do apresentado, é relevante destacar o comprometimento e empenho do IFCE com o objetivo estratégico de expandir e consolidar a inovação, uma vez que, ao final de 2021, já foi possível ultrapassar as metas estipuladas para 2023. Ademais, ressalte-se que o atingimento das metas não gera sentimento de acomodação, mas de motivação para impulsionar as ações de inovação do IFCE.

Considerando o estabelecido no Catálogo dos Objetivos, Indicadores e Metas do Quinquênio 2019-2023, a meta definida no DPI 2019-2013 em relação ao indicador analisado, considerando o período de 2019 a 2021, foi de 136 registros.

Destaque-se que esses resultados são reconhecidos por toda a comunidade, uma vez que desde 2017 o IFCE aparece no *ranking* nacional do INPI entre as 50 instituições de maior produção intelectual, estando em 33º lugar em depósitos de patente em 2017, 49º em registros de *software* em 2018, 44º em depósitos de patente e 18º em registros de *software* em 2019 e 6º em registros de *software* em 2020.

4.1.2.3 TEMA 3: EXPANSÃO E EXCELÊNCIA DA PÓS-GRADUAÇÃO.

Objetivo estratégico: apoiar a capacitação de servidores do IFCE em cursos de pós-graduação		
Indicador	Meta para 2023	Valor aferido em 2021
Índice de titulação do corpo docente	Acréscimo de 3,5% sobre o índice de 2018.	4,2%
Índice de titulação TAEs	Acréscimo de 5% em relação ao índice de 2018	2,8%

Os resultados apresentados nos gráficos do índice de titulação de corpo docente e técnico administrativo educacional do IFCE, no ano 2021, demonstram que as ações de parceria entre a PROGEP, departamento responsável pelas políticas de desenvolvimento humano, e o DPOS, departamento que administra a pós-graduação e tem como princípio o incentivo à construção de saberes, têm resultado em crescimento da capacitação de servidores em nível de pós-graduação, que poderá se refletir no exercício de uma prática administrativa efetiva, com aumento da produtividade e excelência na governança pública.

Merecem destaque três turmas de pós-graduação em nível de doutorado em andamento realizado em parcerias com instituições de ensino superior de excelência, na modalidade DINTER: Doutorado em Ciências Marinhas Tropicais e Doutorado em Geografia, com a UFC, e Doutorado em Engenharia de Alimentos, com a UFSC.

Além disso, foram emitidos 135 pareceres sobre a qualidade e idoneidade das instituições de ensino superior que estão oferecendo cursos de pós-graduação aos docentes e TAEs do IFCE, tanto nacionais quanto internacionais, nas diversas áreas do saber, e, complementando a política de desenvolvimento humano dos servidores da reitoria, 4 TAEs e 1 docente estão sendo contemplados com ressarcimento financeiro para cursar mestrado e doutorado.

4.1.2.4 TEMA 3: EXPANSÃO E EXCELÊNCIA DA PÓS-GRADUAÇÃO.

Objetivo estratégico: expandir e fortalecer os programas de pós-graduação.		
Indicador	Meta para 2023	Valor aferido em 2021
Taxa de conclusão <i>lato sensu</i>	70% de concludentes por curso	40,1%
Taxa de conclusão <i>stricto sensu</i>	70% de concludentes por curso	27,7%

O IFCE, cumprindo a sua finalidade de dialogar simultaneamente e de forma articulada, da educação básica à pós-graduação, até esta data, alcançou um percentual de 40,01% da meta para os cursos na modalidade *lato sensu*, apesar das dificuldades que afetaram alunos e docentes por causa da emergência sanitária que acometeu o país desde 2020.

Quanto aos programas *stricto sensu* do IFCE, cumprindo a sua missão de atuação, fortalecimento e crescimento da tríade ensino, pesquisa e extensão, além de se lançar como locus de formação na pós-graduação, não apenas na especialização, mas, sobretudo, nos cursos de mestrado e doutorado tanto profissional como acadêmico, incorporando a pesquisa aplicada como método viável para desenvolver soluções práticas e factíveis para as empresas e a sociedade.

Nesse sentido, os 11 programas de mestrado do IFCE contribuíram, no ano de 2021, para a formação de excelência, colocando à disposição da sociedade 123 profissionais com título de mestre. Entretanto, quando são comparados os dados da quantidade de alunos que entraram nos programas *stricto sensu* entre 2019 e 2021, ingressaram 174 novos alunos, apesar dos desafios e dificuldades enfrentadas pelos coordenadores, como:

“atrasos na pesquisa e desistências do curso por problemas familiares (principalmente perda de parentes próximos e dificuldades financeiras), problemas psicológicos (principalmente depressão), além de uma combinação de ambos os fatores.”

“A principal causa foi a pandemia, uma vez que em nosso programa exige a necessidade de aplicação de um produto educacional nas salas de aulas, com os alunos presentes”.

“Durante a pandemia em 2020, os alunos ficaram sem acesso aos laboratórios do campus, o que gerou um atraso do cronograma de atividades dos seus respectivos projetos de pesquisa. No entanto, em 2021, com o retorno das atividades, os 12 alunos em atraso 8 realizaram sua defesa de dissertação e 4 ainda estão em

andamento com previsão de conclusão em 2022. Além disso, a coordenação juntamente com o corpo docente/discente tem se esforçado para manter a qualidade nas pesquisas e ao mesmo tempo restabelecer o cronograma normal do curso”

Portanto, os programas conseguiram atingir um percentual de 70,7% de trabalhos concluídos dentre aqueles que deveriam terminar seus cursos entre 2019 e 2021, que eram 174 estudantes, e os que efetivamente terminaram.

4.1.3 Área: extensão

4.1.3.1 TEMA 1: DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

Objetivo estratégico: fortalecer as relações socioprodutivas e culturais nos contextos locais e regionais.		
Indicador	Meta para 2023	Valor aferido em 2021
Total de parcerias firmadas	5 parcerias por <i>campus</i>	6 parcerias
Índice de participação de servidores na Extensão	20% de servidores envolvidos	32,7%
Índice de participação de discentes na Extensão	7% de discentes envolvidos	6,1%
Taxa de alcance das ações de extensão	Mínimo de 30 pessoas atendidas em média por ação	347,1
Taxa de discentes matriculados em estágio curricular obrigatório	Coefficiente de progressão acima de 50%	39,7%

4.1.3.1.1 Indicador: Total de parcerias firmadas

Foram consideradas as parcerias firmadas por instrumento jurídico durante o exercício de 2021. O registro dessas parcerias deu-se com abertura de processo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI/IFCE) e cadastro de informações no Sistema de Gerenciamento da Pró-Reitoria de Extensão (Sigproext). Atualmente, conta-se o registro de 6 parcerias com os *campi* Acaraú, Limoeiro do Norte, Guaramiranga e Sobral. O indicador de parcerias firmadas na área da extensão busca alcançar a formalização de 5 parcerias por *campus* até o final de 2023, sinalizando o compromisso do IFCE em estabelecer as mais variadas aproximações com a sociedade para a difusão do conhecimento.

A Pró-Reitoria de Extensão (Proext) tem ciência de que outras parcerias foram firmadas por outros *campi* do IFCE, considerando que a aba de cadastro/acompanhamento no Sigproext somente foi disponibilizada em 2020 e carece de preenchimento por parte dos responsáveis nos *campi*, o que nem sempre tem ocorrido. Porém, desde 2021, durante as reuniões mensais entre a Proext e os Gestores de Extensão, tem sido enfatizada a necessidade do registro e do

preenchimento destas informações. Destaca-se que 11 dos 33 *campi* apresentaram acordos de cooperação, convênios e ou parcerias no SEI, no ano de 2021, mas nem todos ainda registrados no Sigproext.

Ressaltam-se ainda as ações da chamada pública IFES SETEC-MEC nº 01/2021, para receber propostas de Projetos de Iniciação Tecnológica, celebradas pelos *campi* Aracati e Limoeiro do Norte com o IFES e a FACTO. O objetivo alcançado foi ensinar programação aos estudantes do ensino básico das escolas dos municípios, no entorno dos *campi* contemplados.

O fluxo processual para a realização das parcerias e cooperações foi estabelecido e tem sido divulgado. Tem-se percebido que se encontra em processo de aprendizagem por parte dos extensionistas e gestores. Resultou em desafio a sua internalização, dadas a rotatividade dos gestores e a dificuldade de repasse das informações.

Os desafios remanescentes e os próximos passos serão: 1) difundir a definição de quais parcerias podem ser firmadas, em nível de *campus* ou reitoria, garantindo mais segurança jurídica aos processos; 2) manter a realização dos diálogos formativos com extensionistas para a compreensão dos fluxos; 3) dispor de vídeos informativos sobre como proceder para formalizar uma parceria e sobre o cadastro no Sigproext; 4) orientar continuamente os *campi* a cadastrarem ações, discriminando os que fazem parte dos acordos, parcerias e convênios celebrados no âmbito da reitoria e dos *campi*.

4.1.3.1.2 Indicador: Índice de participação de servidores na extensão

Em 2021, de acordo com o “Em números - IFCE”, foi registrada a participação de 1149 servidores - coordenadores e integrantes das ações de extensão - atingindo 32,7% do total de 3521 servidores, resultado que extrapolou a meta de 20% estabelecida para 2021 no PDI (2019-2023).

Diante disto, a Proext tem discutido a revisão e a elevação dessa meta, devido à internalização de uma cultura extensionista resultante do trabalho desenvolvido. Essa alavancada deu-se, principalmente, no período da pandemia de Covid-19, por ocasião da adoção do formato *on-line* para as mais variadas ações de extensão.

Como desafios remanescentes tem-se: 1) fortalecer as estratégias para a realização de extensão, por meio de formações e diálogos sobre a sua importância; 2) rediscutir e redefinir caminhos jurídicos com a Procuradoria do IFCE, para que servidores técnico-administrativos possam desenvolver e coordenar ações de extensão plenamente inseridas em suas cargas horárias de trabalho; 3) consolidar vínculos extensionistas com as comunidades do entorno dos *campi* ou reitoria e com a sociedade; 4) implementar a Curricularização da Extensão, conforme a meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (PNE): 10% do currículo dos cursos de graduação com ações extensionistas.

4.1.3.1.3 Indicador: Índice de participação de discentes na extensão

Para este indicador de participação de discentes na extensão espera-se, como meta, atingir o percentual de 7% até o ano de 2023. Conforme dados acima, em 2021, tivemos 6,1% de estudantes dos cursos regulares - 1772, de um total de 28.384, atuando em equipe executora das atividades extensionistas. Isso resultou em mais de 50% da meta estabelecida, evidenciando êxito, de forma progressiva, mesmo em tempos pandêmicos.

A Proext, atenta a essa demanda, continua incentivando a participação discente na execução das atividades extensionistas. Ações ocorridas via edital com fomentos internos e externos, como aqueles lançados no ano de 2021, quais sejam: 1) Edital Nº 01/2021 - Adesão Interna Ao Programa IF Mais Empreendedor; 2) Chamada Pública IFES No. 01/2021 de Apoio à Iniciação Tecnológica com Foco no Ensino de Programação Aplicada; 3) Edital Nº 02/2021 Proext-IFCE: Seleção de Bolsistas do Programa Residência Profissional Agrícola para o Projeto Agroifnordeste; 4) Edital Programa Português como Língua Adicional (PLA); 5) Edital 04/2021: Seleção de bolsistas Programas/Núcleos e Projetos Institucionais; 6) Edital 11/2021 - PRPA - Programa de Residência Profissional Agrícola; 7) Edital ENERGIF-IFCE-2022 - Curso de qualificação profissional de Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis; 8) incentivo permanente via parecer no Sigproext, diálogos com extensionistas e encontros com gestores de extensão para a inserção de estudantes nas atividades, de modo a cumprir princípios da Política de Extensão do IFCE (Resolução 100 de dezembro de 2019).

Como desafios remanescentes e próximos passos para o cumprimento dessa meta, tem-se: 1) implementar a Curricularização da Extensão; 2) apoiar e fortalecer o protagonismo estudantil nas atividades de extensão; 3) criar, prospectar e manter outros editais de fomento à participação discente na extensão; 4) propor novas formas de fazer extensão nesse contexto de pandemia e no pós-pandemia de Covid-19; 5) ampliar ações conjuntas com o ensino, a inovação, a pesquisa e a assistência estudantil (por meio do auxílio-formação) para apoiar a participação discente na extensão.

4.1.3.1.4 Indicador: Taxa de alcance das ações de extensão

Em 2021, a Proext ultrapassou a meta do atendimento a pessoas, por meio de ações de extensão. Foram atendidas 347,1 pessoas, em média, considerando a oferta de 106 programas, 545 projetos, 33 eventos e 224 cursos de qualificação profissional. Sabe-se que a consolidação dessa meta deu-se devido ao aumento do alcance das ações de extensão realizadas através do uso das tecnologias de informação e comunicação no contexto pandêmico.

Os cursos de formação inicial e continuada ofertados via Plataforma FicemCasa, na modalidade remota, foram e são destaque das ações de extensão desenvolvidas pelos docentes do IFCE no âmbito da ação finalística. Em 2021, foram ofertados 224 cursos FICs (presenciais e

remotos). As metas foram alcançadas com êxito, devido ao engajamento da comunidade docente, da aceitação da sociedade e das adaptações tecnológicas e metodológicas realizadas.

No decorrer do segundo semestre de 2021, com ênfase nas flexibilizações para o retorno presencial, a Proext começou a orientar o desenvolvimento de programas, projetos, eventos e cursos no modelo remoto, a distância, presencial e híbrido (consoante as medidas estaduais de distanciamento social).

Diante disso, temos os seguintes desafios remanescentes e próximos passos para elevar essa meta: 1) manter diálogos com gestores de extensão e extensionistas para a formulação de novas estratégias e metodologias para ações de extensão; 2) aprimorar a plataforma FICemCasa para descentralizar proposição e seleção de alunos para os *campi* e dinamizar a sua oferta; 3) aprimorar o sistema Sigproext, para melhor registro e acompanhamento dos projetos, programas e eventos; 4) desenvolver um canal oficial para atender às demandas referentes aos dois sistemas da Pró-Reitoria de Extensão: Sigproext e Sistema FICemCasa; 5) dar continuidade aos inventários das demandas para novas ações extensionistas advindas das necessidades formativas dos *campi* e das populações do entorno das unidades do IFCE; 6) construção e implantação de um sistema para receber o cadastro, validação, inscrição, seleção e certificação de cursos de formação inicial e continuada.

4.1.3.1.5 Indicador: Taxa de discentes matriculados em estágio curricular obrigatório

Este indicador foi criado, no ano de 2020, para manter índice de discentes vinculados em estágio supervisionado obrigatório acima de 50%, sem comprometer a conclusão do curso e evitar possíveis retenção e evasão. Em 2021, o IFCE contava com 243 discentes em *status* matriculado ou concluído em estágio obrigatório de um total de 628 com coeficiente de progressão de curso acima de 75%, ou seja, aptos a cursar tal componente. Tal fato resultou em uma taxa de 38,7% de discentes matriculados em estágio curricular obrigatório. Além disso, por meio do EDITAL Nº 005/2018 - Pró-reitoria de Extensão, foram celebrados dois convênios com empresas concedentes de vagas de estágio, e assinados seis contratos com agentes de integração de vagas de estágio.

Os resultados evidenciam a necessidade de maior aproximação entre os *campi* e as empresas ofertantes de estágio, o que se constitui como um desafio.

Para tanto, os próximos passos são: 1) manter e atualizar a oferta do edital de chamamento de empresas parceiras e sua ampla divulgação nos *campi* e comunidade de seus entornos; 2) criar, implementar e gerenciar um portal web com as regulamentações e orientações para assistir técnicos, docentes, discentes e comunidade externa no tocante ao estágio; 3) revisar a regulamentação interna do estágio no IFCE; 4) realizar reuniões regulares com o setor responsável pela virtualização da gestão documental para a plena utilização do Sistema Eletrônico de Informações; 5) ampliar as ofertas de estágio por parte das empresas no entorno dos *campi*; 6) ampliar os setores de estágio dos *campi* que estão com aumento da demanda; 7) manter a

continuidade de eventos que propiciem a aproximação entre o IFCE e as empresas; 8. implementar e consolidar o Programa Jovem Aprendiz como forma de garantir o aumento da oferta de vagas de estágio; 9) dar continuidade à promoção de eventos sobre estágio.

4.1.3.2 TEMA 2: DIVERSIDADE E ACESSIBILIDADE

Objetivo estratégico: fortalecer as ações no âmbito da acessibilidade e da diversidade étnico-racial.		
Indicador	Meta para 2023	Valor aferido em 2021
Índice de ações de extensão realizadas na área de acessibilidade e diversidade étnica e racial	15% das ações de extensão sejam voltadas para a acessibilidade e diversidade étnica e racial	5%

A meta estabelecida no PDI para este índice, até 2023, é de 15%. Em 2021, foi confirmada a meta de 5% na área de acessibilidade e diversidade étnico-racial (172 de 1148 ações de extensão), de acordo com o SigProext. Foram ofertados cursos de formação inicial e continuada, no âmbito da acessibilidade e diversidade, que resultaram em um total de 15 cursos ofertados com 225 cadastros realizados via Plataforma FICemcasa.

O percentual de 5% alcançado foi satisfatório, diante da meta do PDI de 15% para 2023, mesmo com os desafios políticos, sociais e de saúde acirrados pela pandemia de Covid-19. Entretanto, registrou-se a necessidade de ampliar o domínio, conhecimento e a formação continuada para extensionistas e assim consolidar maior alcance da meta.

Outrossim, houve o cancelamento ou redimensionamento de ações em virtude da pandemia de Covid-19. Ressalta-se que, em 2021, foram implantados novos núcleos: com 27 Napnes e 27 Neabis, e a meta para 2023 será consolidada com 6 núcleos.

Os núcleos, de maneira autônoma e organizada, realizaram ações no contexto de pandemia: criaram canais virtuais, firmaram novas parcerias, buscaram estratégias de aproximação com estudantes, conseguiram desenvolver momentos de formação, ampliando as discussões em torno da educação inclusiva e no enfrentamento e combate ao racismo, desempenhando importante papel educacional.

Além disso, houve articulações entre os *campi* e a Coordenadoria de Acessibilidade e Diversidade Étnico-racial (CAD), para a contribuição dos tradutores ou intérpretes de Libras nos eventos de extensão, ensino e pesquisa. Nessa mesma conjuntura, foi solicitada a participação dos tradutores ou intérpretes de Libras para a atuação conjunta com o Departamento de Ingressos e o Departamento de Comunicação Social da reitoria para tradução de editais de seleção.

Dentre as ações dos Napnes e Neabis, destaca-se o conjunto: 1) reuniões entre os Napnes e a central de compras Cariri, para atender à demanda de aquisição de acessibilidade dos estudantes com deficiência; 2) lançamento do Edital Nº 04/2021, com fomento às questões de acessibilidade e diversidade étnico-racial; 3) apoio logístico e comunicacional nos eventos virtuais

sobre acessibilidade das PcDs; 4) entrega dos materiais de Tecnologias Assistivas (TAs) e materiais pedagógicos adaptados aos *campi*; 5) apoio técnico aos Neabis e *campi*; 6) visibilidade à pauta do racismo e às ações de enfrentamento; 7) realização do VII Encontro dos Napnes (Maracanaú) e VII Encontro dos Neabis (Umirim).

Para alcançar a meta e enfrentar os desafios, tem-se como ações: 1) fomentar projetos de extensão com edital específico para Napnes e Neabis com maior tempo para executar e ampliar bolsas para estudantes; 2) tecer diálogos com os núcleos para planejar e executar novas ações para uma educação inclusiva e antirracista; 3) estimular a Política de Inclusão do IFCE; 4) contribuir com a formação de servidores sobre as temáticas de acessibilidade e diversidade ético-racial; 5) criar observatório da diversidade étnico-racial; 6) promover a produção de materiais comunicativos e educativos sobre as agendas étnico-racial e de acessibilidade; 7) ampliar os recursos humanos nos *campi* para as ações de acessibilidade com docentes da educação especial e com recursos financeiros específicos.

4.1.3.3 TEMA 3: EMPREENDEDORISMO

Objetivo estratégico: fortalecer as ações de fomento à cultura empreendedora no âmbito institucional.		
Indicador	Meta para 2023	Valor aferido em 2021
Taxa de ações de extensão na temática de empreendedorismo	10% das ações de extensão na área de empreendedorismo	3,3%
Taxa de alunos envolvidos nas ações de empreendedorismo	20% de discentes envolvidos nos programas de empreendedorismo	4,4%

4.1.3.3.1 Indicador: Taxa de ações de extensão na temática de empreendedorismo

As ações dotadas de fomento foram evidenciadas nos registros do Sigproext e registradas pelos sistemas do Programa de Mentoria Acreditar. As atividades compreenderam ações internas para a melhoria da educação empreendedora e as propostas de abordagem da temática com o envolvimento da comunidade interna (servidores e discentes) em programas institucionais.

Do total de 1169 atividades de extensão, foram identificadas 39 que compõem a temática “empreendedorismo”, com percentual de 3,3% de atividades de extensão na área. Constatou-se que o indicador está presente nas ações desenvolvidas pela extensão, denotando crescimento gradativo que resultará no cumprimento da meta em 2023.

O isolamento na pandemia de Covid-19 foi o maior desafio para atingir os objetivos fixados ao empreendedorismo. Entretanto, foi reduzido através de atividades com gestores de extensão e de incubadoras, com reuniões, envolvimento dos parceiros para fortalecer as ações da rede, lançamento do edital e o acompanhamento do Programa de Mentoria Acreditar.

Para dar continuidade à meta estabelecida e enfrentar os desafios, faz-se necessário: 1) disponibilizar mais recursos humanos e materiais para apoiar as ações das incubadoras e as empresas incubadas; 2) ampliar ações em temáticas relacionadas ao empreendedorismo de acordo com o perfil de cada *campus*; 3) promover a criação de incubadoras de empresas nos *campi*; 4) apoiar e promover empresas juniores vinculadas aos cursos do IFCE; 5) acompanhar as oportunidades para difundir o empreendedorismo com atuação e articulação em redes institucionais e na Rede de Incubadoras do IFCE; 6) desenvolver planos de trabalho para capacitações com parceiros institucionais; 7) estreitar relações regularmente com o Sebrae, FIEC, RIC, BNB, SEDET-CE e Secitece; 8) continuar com o IFCE Business Week (IBW) sobre a temática; 9) dar continuidade ao Edital Programa de Mentoria Acreditar; 10) lançar edital para apoiar e promover eventos com empresas incubadas e *startups*; 11) lançar novo edital de credenciamento de mentores do IFCE e ampliar o alcance dos programas de incentivo ao empreendedorismo.

4.1.3.3.2 Indicador: Taxa de alunos envolvidos nas ações de empreendedorismo

O acompanhamento da taxa de alunos nas ações de empreendedorismo foi registrado no sistema Sigproext (busca na linha de extensão Empreendedorismo e Emprego e Renda), com 39 ações que ocorreram sobre a temática. Foram identificados 78 discentes nas ações de empreendedorismo. As ações foram relacionadas a programas e projetos de empreendedorismo, de incubação de empresas e de empresas juniores. Foi detectado, ainda, o envolvimento de 90 alunos matriculados em 3 cursos ofertados via FICemCasa, sobre a ação empreendedora.

Atualmente, tem-se 8 incubadoras de empresas, com 6 projetos de alunos incubados e integrados com a Rede de Incubadoras do IFCE, que foram implantadas nos seguintes *campi*: Acaraú, Cedro, Fortaleza, Iguatu, Maracanaú, Tianguá, Limoeiro do Norte e Ubajara. O programa de Empresa Júnior conta com 3 empresas juniores, localizadas nos *campi* de Fortaleza e Maracanaú.

Para enfrentar as dificuldades relacionadas ao baixo envolvimento dos alunos nas ações, vistos o cenário pandêmico e o ensino remoto, foram desenvolvidas atividades estratégicas para atingir a meta: reuniões com servidores e gestores de incubadoras e contato com alunos das empresas juniores, para assessoria técnica e pedagógica continuada.

Por fim, os resultados demonstraram que os desafios superados nos prepararam para avançar nas estratégias de modo a ampliar a participação de discentes, técnicos e professores nas diversas ações e, assim, coletivamente alcançar as metas estabelecidas pelo PDI.

4.2 Resultados das principais áreas de atuação

4.2.1 Gestão orçamentária e financeira

4.2.1.1 EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

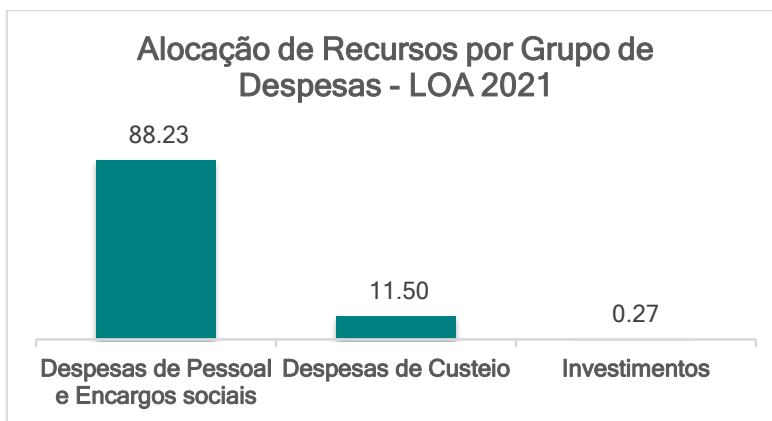
A execução orçamentário-financeira de 2021 foi regida pelo Decreto Nº 10.682 de 20 de abril de 2021, que alterou às disposições do Decreto Nº 10.625, de 11 de fevereiro de 2021, permanecendo a excepcionalidade do controle da cota de limite de empenho e movimentação previsto no Decreto de Calamidade Pública. A programação orçamentária deu continuidade às ações de enfrentamento à pandemia da COVID-19 iniciada no ano anterior, mediante as quais o IFCE promoveu as condições pedagógicas, tecnológicas e sanitárias, dando continuidade às atividades do ensino remoto no âmbito dos *campi* do IFCE.

Os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA/2021) somaram R\$ 793.851.053,00 e totalizaram, ao final do exercício, dotações autorizadas no valor de R\$ 815.909.355,00, incluindo-se as Emendas Parlamentares alocadas no orçamento. No decorrer do exercício, foram descentralizados recursos no montante de R\$ 8.766.152,00. O quadro a seguir apresenta a composição do orçamento por fontes de recursos e grupo de despesas:

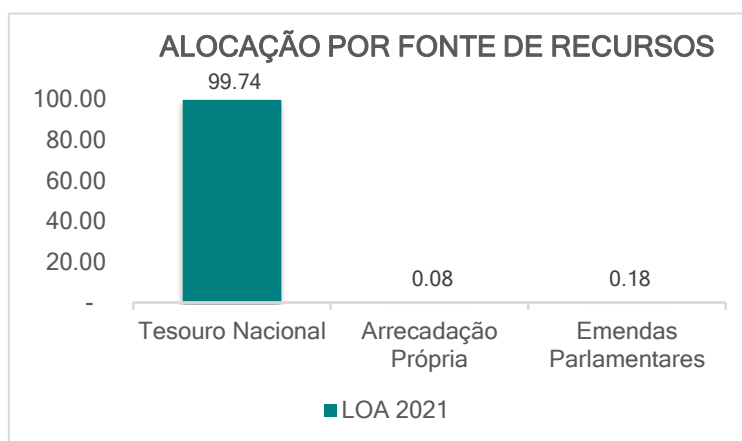
Fonte de Recursos	Despesas de Pessoal e encargos	Despesas de Custeio	Investimento	Dotação Inicial (LOA)	Dotação Atualizada
Tesouro Nacional	700.392.406	89.238.534	2.191.517	791.822.457	813.978.852
Arrecadação Própria	-	638.596	-	638.596	587.730
Emendas Parlamentares		1.390.000	-	1.390.000	1.342.773
Total	700.392.406	91.267.130	2.191.517	793.851.053	815.909.355
Descentralizações (extraorçamentárias)	-	6.939.508	1.826.644	8.766.152	7.949.134

Fonte: Tesouro Gerencial (31/01/2022)

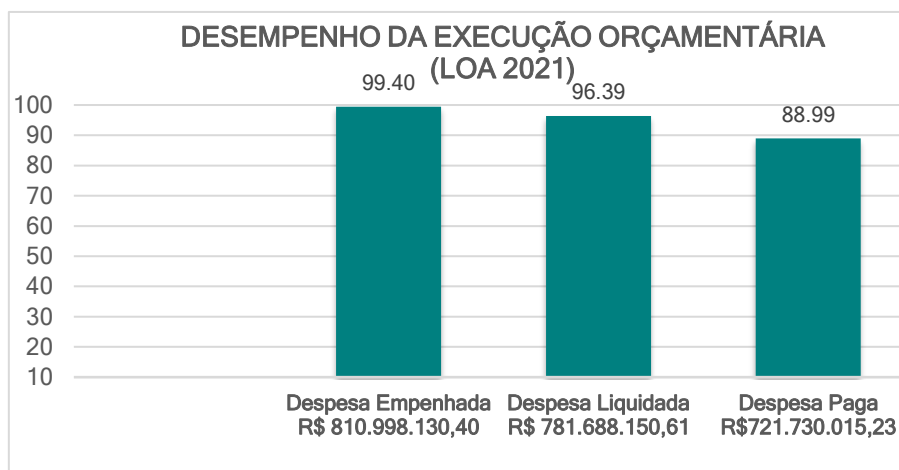
O gráfico da alocação de recursos por grupo de despesa abaixo demonstra que 88,23% das dotações da LOA/2021 foram alocados em despesas de pessoal e encargos sociais, 11,50%, em outros custeios e 0,27%, em investimentos.



A LOA 2021 teve cobertura orçamentária de 99,74% oriundos dos recursos do Tesouro, 0,08 % com recursos da arrecadação própria e 0,18% de emendas parlamentares, conforme gráfico a seguir.

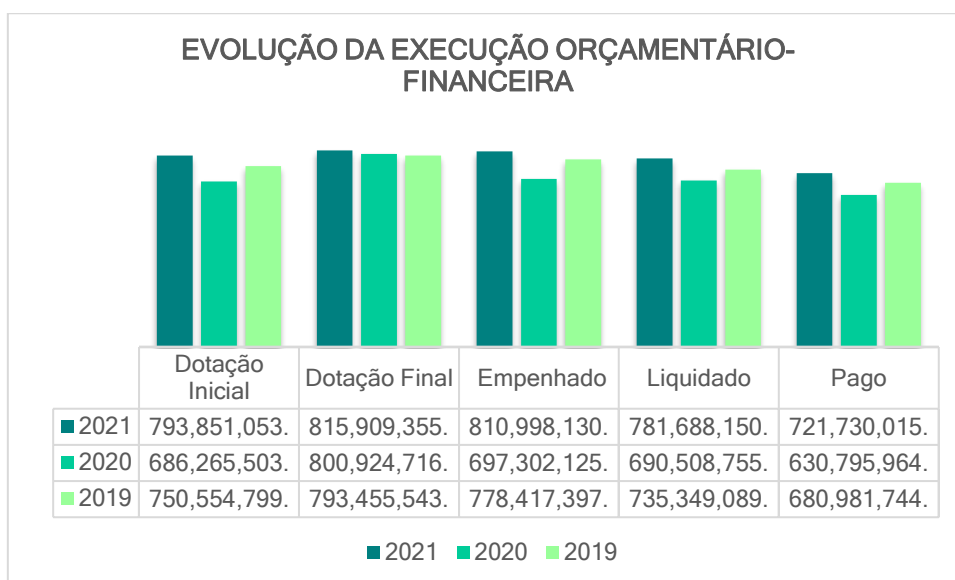


Do montante de dotações autorizadas, no valor de R\$ 815.909.355,00, 99,40% foram empenhadas, e 88,99%, pagas, conforme gráfico:



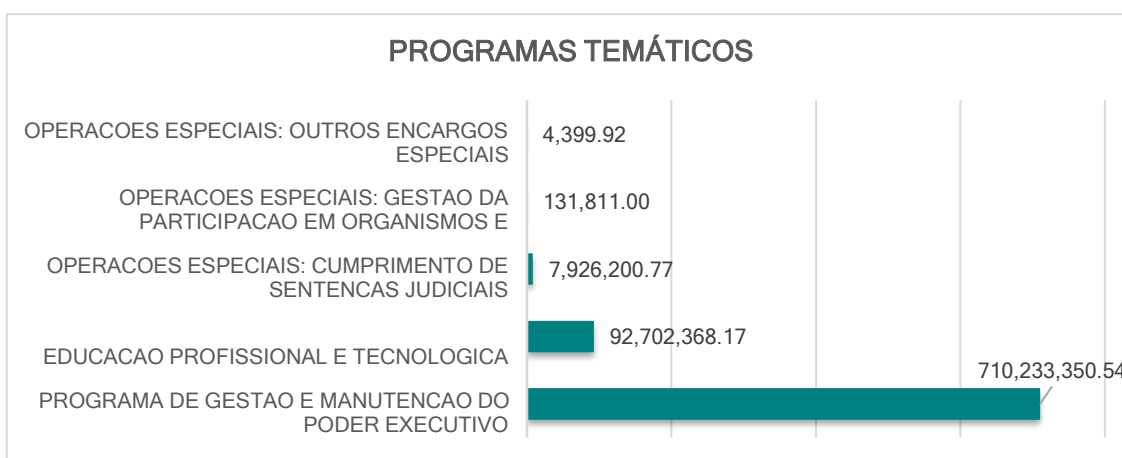
Fonte: Tesouro Gerencial (31/01/2022)

A evolução do desempenho orçamentário do exercício 2021, conforme gráfico acima, alcançou 99,40%, sendo considerado satisfatório a despeito dos efeitos causados pela pandemia e em relação à performance dos anos de 2020 e 2019, demonstrado no gráfico a seguir:



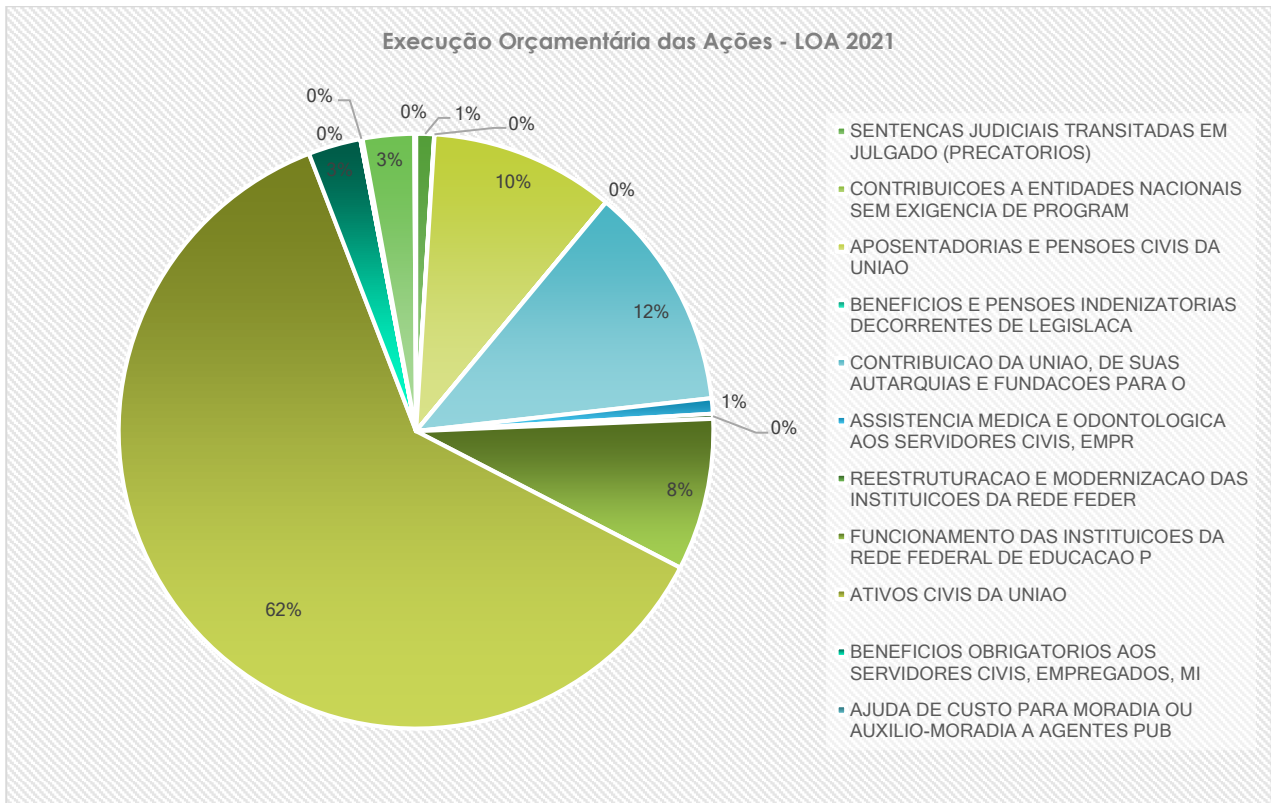
Fonte: Tesouro Gerencial (31/01/2022)

Do ponto de vista dos principais programas temáticos, o gráfico a seguir apresenta a execução obtida no final do exercício. Destaque-se os programas de maior relevância: o Programa de Gestão e Manutenção garantiu o funcionamento dos cursos, da gestão administrativa, financeira e técnica da instituição, que absorveu 87,58% do orçamento, e o programa da Educação Profissional Tecnológica destinado ao desenvolvimento das atividades do ensino, executado em 11,43% das dotações autorizadas.



Fonte: Tesouro Gerencial (31/01/2022)

Já a execução das despesas autorizadas ao final do exercício por ação orçamentária mostra que o maior nível de gastos se encontra nas despesas com pessoal ativo (61,54%) e encargos sociais (12,20%), entre os outros gastos, conforme gráfico:

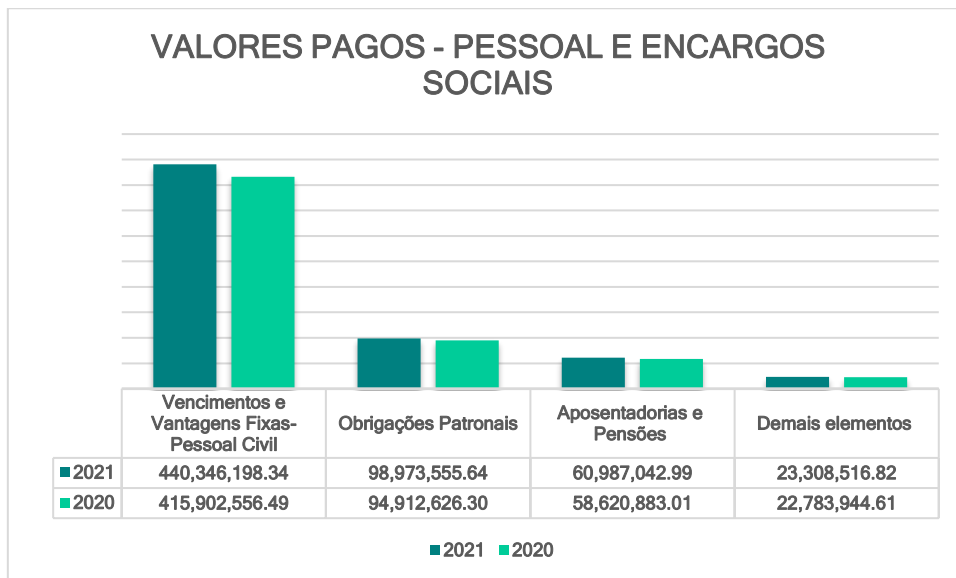


Fonte: Tesouro Gerencial (31/01/2022)

4.2.1.2 VALORES PAGOS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

4.2.1.2.1 Despesas de pessoal e encargos sociais

Em 2021, o montante pago com pessoal e encargos sociais somaram R\$ 623.615.313,79, em que houve o aumento de 5,03% em relação ao total das despesas pagas em 2020, no valor de R\$ 592.220.010,41. O gráfico abaixo apresenta os gastos mais relevantes dentre as despesas de pessoal e encargos pagos, onde 66,69% representam as despesas com vencimentos e vantagens fixas, seguidas das despesas com obrigações patronais da ordem de 15,22% e 9,40% das despesas com aposentadorias e pensões.

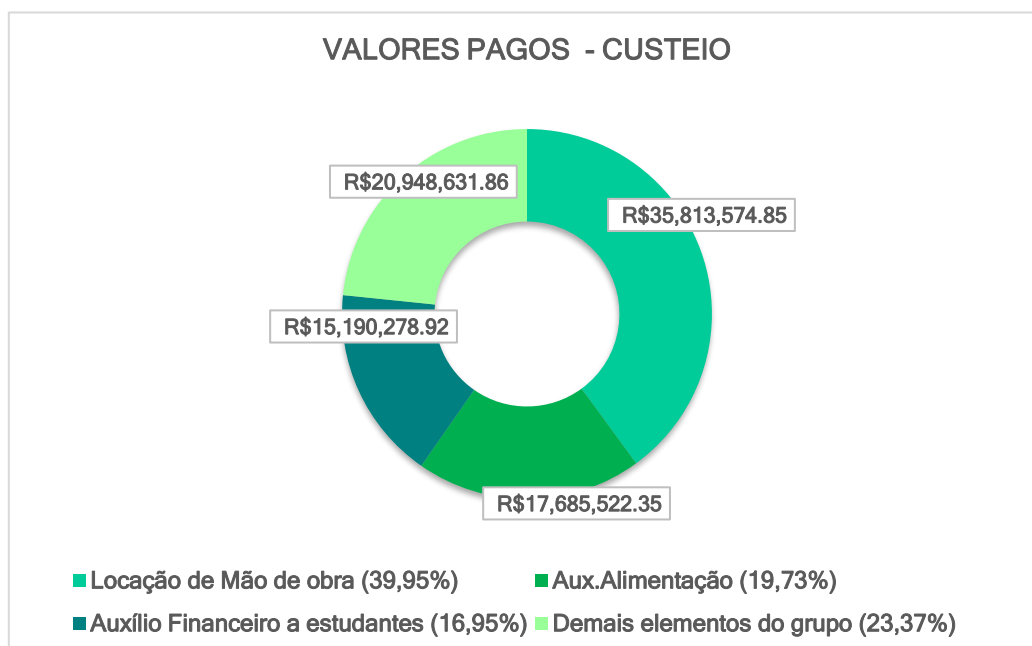


Fonte: Tesouro Gerencial (31/01/2022)

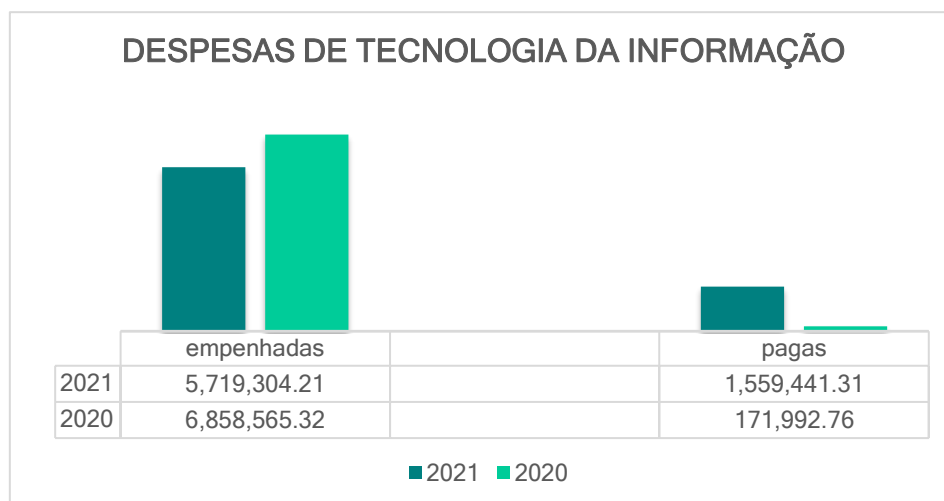
4.2.1.2.2 Despesas de Custeio

O total de gastos de custeio pagos em 2021 totalizou R\$ 89.638.007,98, apresentando mais de 10% de redução em relação ao ano anterior, cujo montante foi R\$ 99.066.360,79. Do montante pago 39,95% referem-se às despesas com locação de mão de obra (contratação de serviços terceirizados de vigilância, limpeza e conservação, recepcionistas, copeira), 19,73%, às despesas com auxílio-alimentação dos servidores e 16,95%, às despesas com auxílio financeiro a estudantes, conforme gráfico abaixo:

Destaque para as despesas pagas no montante de R\$ 9.872.422,93, destinados aos discentes em condição de vulnerabilidade no âmbito do IFCE, que garantiu a permanência escolar durante as atividades do ensino remoto, além da aquisição de equipamentos de proteção individual pagos no valor de R\$ 171.255,66.



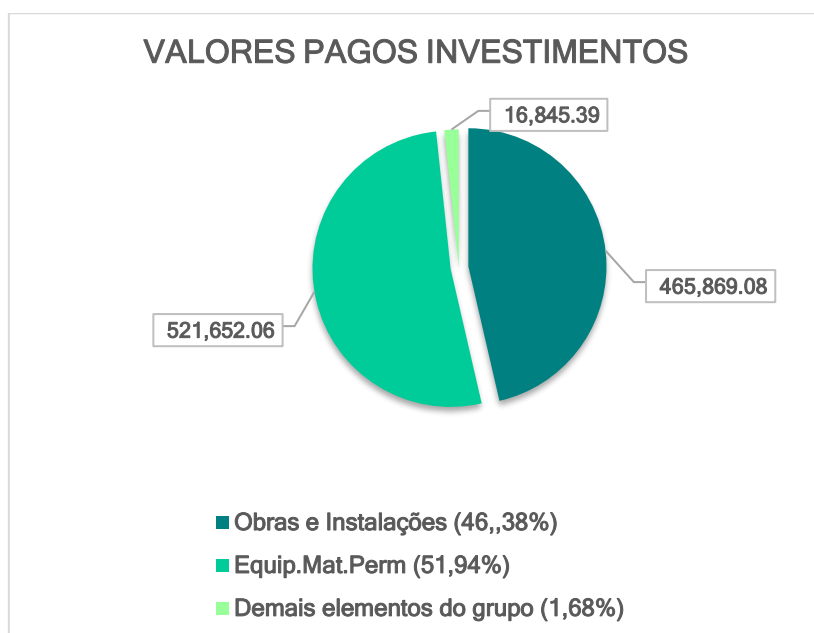
Dentre outros custeios, destacam-se os gastos destinados a tecnologia da informação, que servem de apoio na automação da informação e comunicação das áreas-fim e áreas-meio no âmbito da Rede/IFCE. O gráfico abaixo mostra que os gastos com TIC tiveram redução de despesas empenhadas, em 2021, em torno de 19,92%, comparados com o ano de 2020, ocorrendo inversamente aos das despesas pagas.



Fonte: Tesouro Gerencial (31/01/2022)

4.2.1.2.3 Investimentos pagos

Na LOA/2021, foram alocadas dotações no valor de R\$ 2.191.517 destinadas à realização de investimentos, contudo foi proposta suplementação deste valor, considerado insuficiente para o atendimento às demandas de capital das unidades do IFCE, cuja execução orçamentária, no final do exercício, resultou no montante de RS 11.824.926,50, dos quais R\$ 10.469.632,47 foram inscritos em restos a pagar, sendo as despesas pagas no exercício demonstradas no gráfico a seguir:



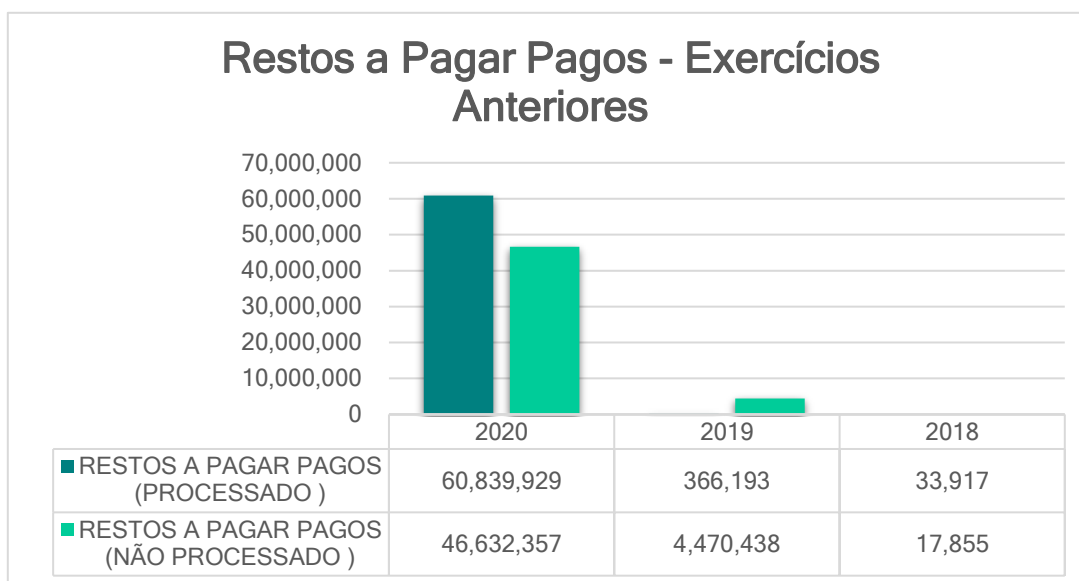
Fonte: Tesouro Gerencial (31/01/2022)

No âmbito das unidades que compõem o IFCE, foram realizados investimentos, prioritariamente, nas seguintes ações:

- Obra de reforma do auditório e refeitório do *campus* Umirim;
- Obra de construção de muros nos *campi* Quixadá, Tianguá, Tabuleiro do Norte, Paracuru, Camocim e Ubajara;
- Obra de construção dos laboratórios de energias renováveis e de asfalto do *campus* Fortaleza;
- Obra de construção dos laboratórios de química do *campus* Ubajara;
- Obra de construção do laboratório de física do *campus* Maranguape;
- Obra de construção do estacionamento do *campus* Tabuleiro do Norte;
- Obra de construção do estacionamento do *campus* Tianguá;
- Obra de construção de salas de aulas do *campus* Tianguá;
- Reajustes dos contratos de obras de construção do bloco didático dos *campi* de Caucaia, Jaguaribe, Tianguá e Baturité;
- Reajustes dos contratos de obras de construção de quadras poliesportivas (Morada Nova, Jaguaruana, Aracati, Maranguape, Acopiara, Tabuleiro do Norte, Boa Viagem, Ubajara, Umirim, Camocim e Horizonte);
- Reajustes dos contratos de obras de construção de salas de aula nos *campi* Acaraú, Aracati, Camocim, Crateús, Tabuleiro do Norte, Tauá, Umirim, Ubajara e Juazeiro do Norte;
- Aquisição de equipamentos para laboratórios dos *campi*;
- Aquisição de acervos bibliográficos.

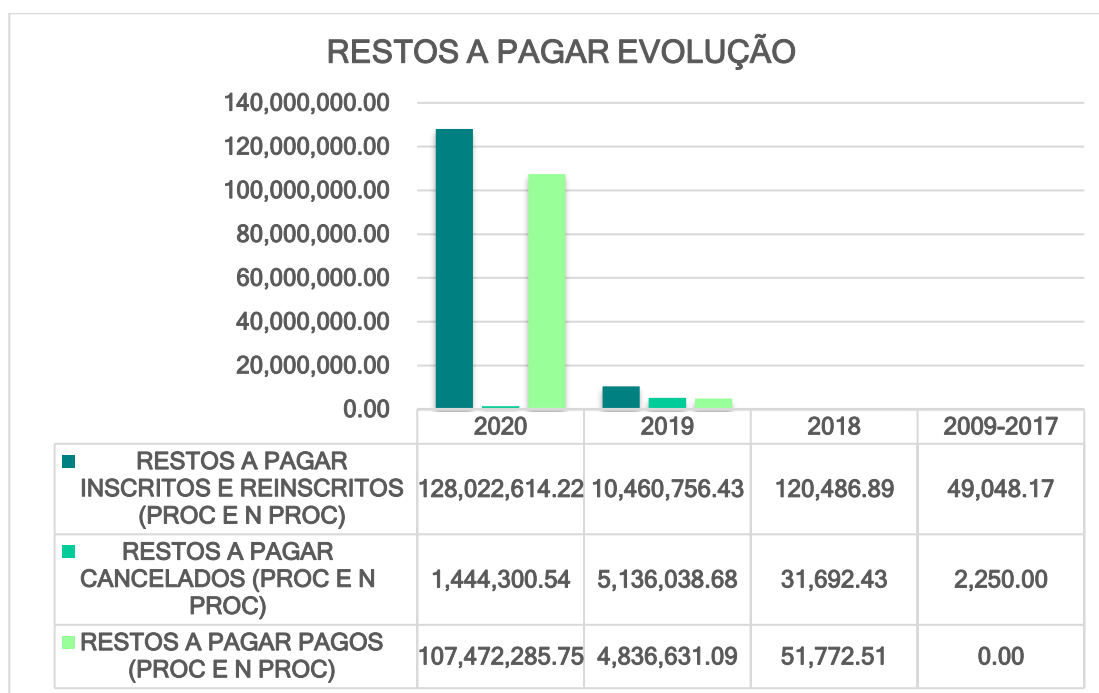
4.2.1.2.4 Valores pagos 2020 - restos a pagar de exercícios anteriores

O montante em valores pagos referentes a restos a pagar, no exercício de 2021, reflete, em boa parte, o volume de recursos empenhados ao final do ano de 2020. Este cenário de alta demanda de execução orçamentária, no final de cada exercício, tem exigido que o IFCE implemente em seu planejamento medidas que evitem um grande índice de cancelamento dos restos a pagar inscritos, garantindo, assim, a entrega dos bens e serviços adquiridos. Entre as medidas adotadas para otimizar a gestão dos restos a pagar, está a criação do Índice de Execução dos Restos a Pagar Não Processados, que auxilia na mensuração da eficiência da execução desta categoria de recursos e estimula o acompanhamento semestral dos saldos remanescentes.



Fonte: Tesouro Gerencial (31/01/2022)

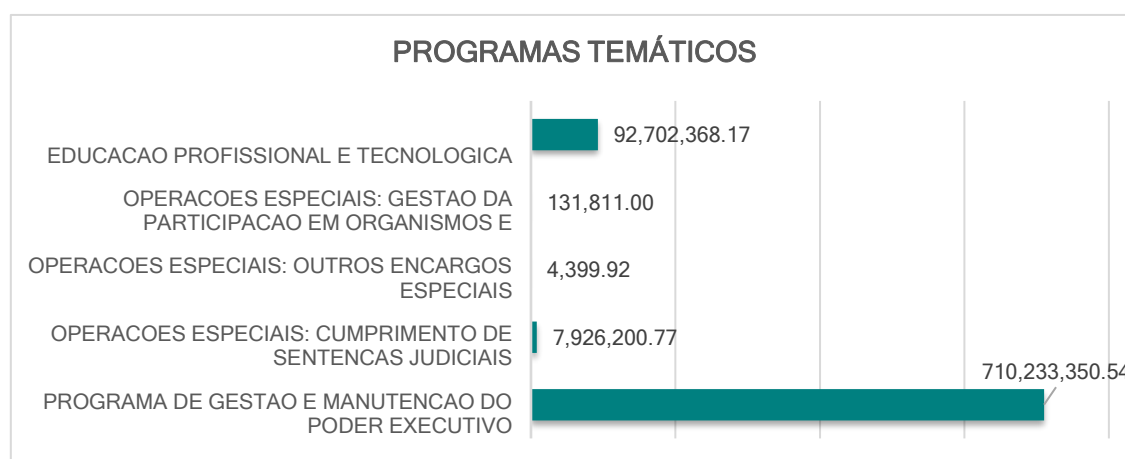
Os restos a pagar não processados são aqueles que ainda não foram liquidados, e os restos a pagar processados se referem às despesas que já passaram pela etapa de liquidação. Os restos a pagar processados do IFCE totalizavam aproximadamente 61 milhões no início do exercício de 2021. Esses valores são, basicamente, referentes à folha de pagamento de pessoal de dezembro/2020, que foi liquidada no final do exercício de 2020 e paga no primeiro dia útil de 2021.



Fonte: Tesouro Gerencial (31/01/2022)

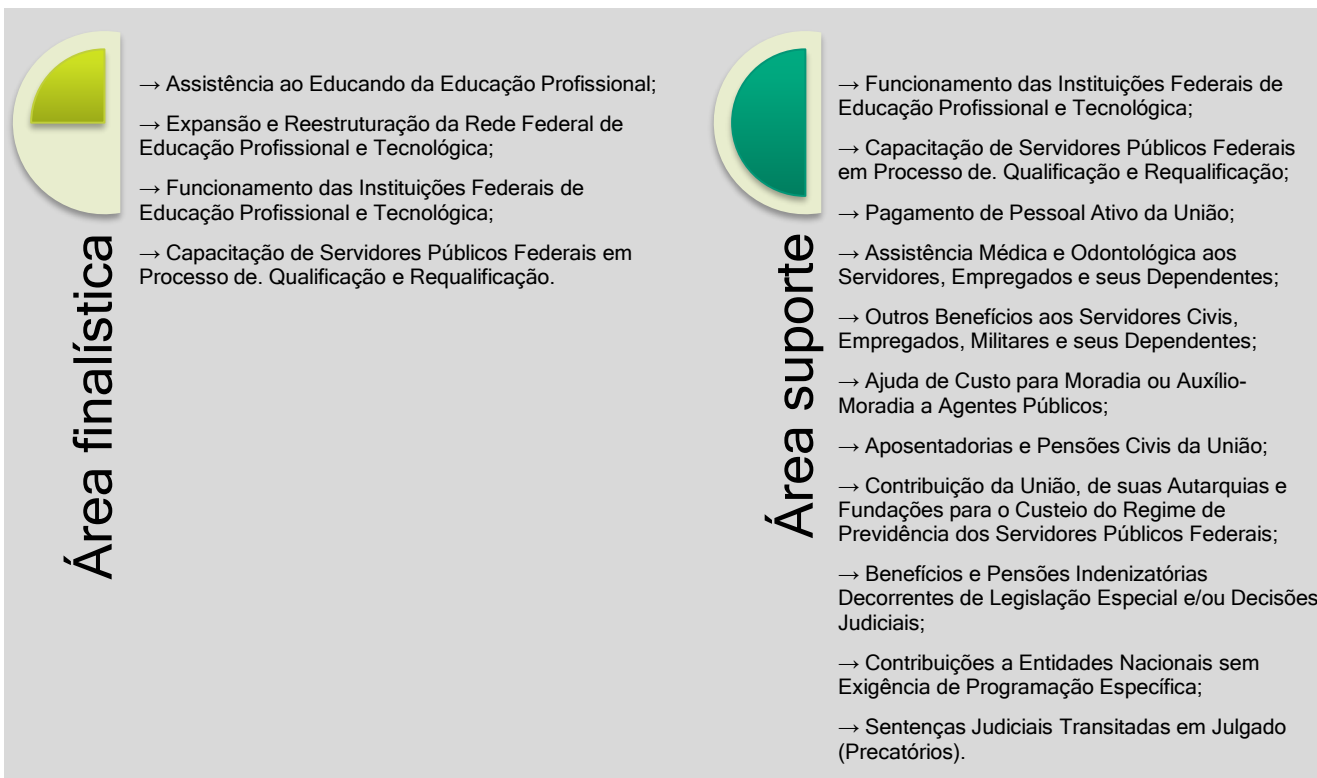
4.2.2 Gestão de Custos

No tocante aos programas temáticos, o gráfico a seguir demonstra que 87,58% das dotações autorizadas ao final do exercício corresponderam ao Programa de Gestão e Manutenção, que garantiu despesas com pessoal, gestão administrativa, financeira e técnica da instituição. As atividades finalísticas somaram 11,43% das dotações e foram empregadas diretamente na assistência estudantil e na modernização e atualização da estrutura física e tecnológica da instituição como um todo.



Fonte: Tesouro Gerencial (31/01/2022)

As composições das ações pertencentes às áreas finalística e de suporte, podem ser observadas na imagem a seguir.



Já a performance das dotações por ação orçamentária revela que as despesas com pessoal ativo (20TP) representaram o maior nível de gastos, alcançando 61% das dotações autorizadas ao final do exercício, entre os outros gastos.

Os gastos realizados com as ações finalísticas foram baseados no PDI 2019-2023, alinhados aos objetivos estratégicos.

4.2.3 Gestão de pessoas

4.2.3.1 CONFORMIDADE LEGAL

Os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) são regidos pela Lei Nº 8.112/90. Assim, para assegurar a conformidade com a referida lei e demais normas aplicáveis à gestão de pessoas, o IFCE observa o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas pelo governo federal e pelos órgãos de controle. Para isso, o IFCE verifica, diariamente, as normas publicadas pela Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério da Economia, Órgão Central do SIPEC, de modo que os processos inerentes à gestão de pessoas sejam instruídos de acordo com a legislação vigente.

A gestão de pessoas do IFCE é coordenada pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), responsável por planejar, coordenar, supervisionar e implementar as políticas de gestão de pessoas, inclusive pela proposição de normativos e orientações referentes às atividades de assistência, administração de pessoal e desenvolvimento dos servidores do Instituto Federal do Ceará.

As ações da Progep são sistêmicas e objetivam integrar as atividades na área de gestão de pessoas, entre os órgãos de recursos humanos e os subsistemas do Instituto, visando à obtenção da eficácia dos processos de trabalho para a consecução dos objetivos organizacionais.

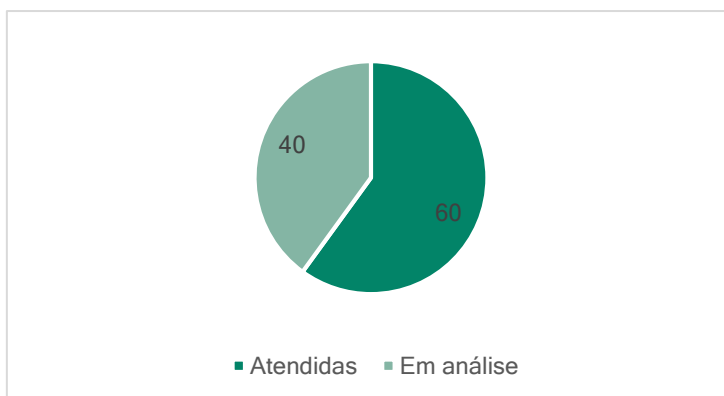
Assim, além das normas e diretrizes publicadas pelo Órgão Central do Sipec, o Instituto Federal do Ceará possui regulamentos próprios de gestão de pessoas, cuja finalidade é alinhar os procedimentos administrativos de modo que todos recebam tratamento isonômico.

Por fim, acompanhamos as diligências e apontamentos dos órgãos de controle (TCU e CGU) e cuidamos para que sejam dados os devidos atendimentos.

4.2.3.2 APONTAMENTOS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

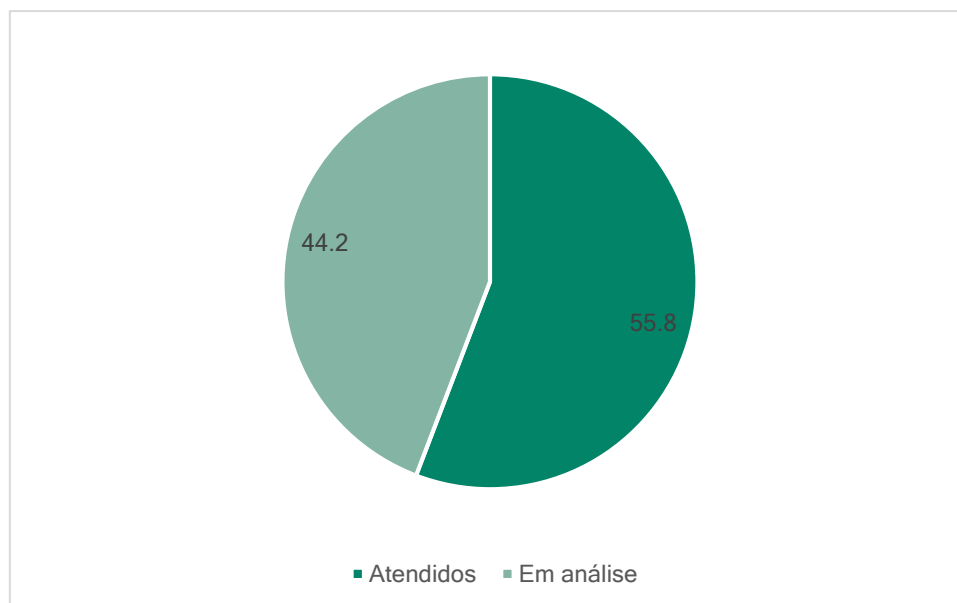
As diligências dos órgãos de controle (CGU e TCU) são acompanhadas e os devidos encaminhamentos promovidos.

Diligências Recebidas (TCU e CGU) --- 30



Fonte: COAP/ PROGEP

Atos de Pessoal - TCU indícios ---43



Fonte: DGP/PROGEP

A avaliação da conformidade nos processos de gestão de pessoas é realizada por meio de indicadores. Os responsáveis pelos órgãos e pelas unidades pagadoras declaram anualmente a observância às normas e o cumprimento dos tópicos indicados:

- Controle e acompanhamento dos registros de informação no Sistema e-Pessoal;
- Atendimento às determinações e recomendações dos órgãos de controle.

Os atos de admissão, concessão de pensão civil e aposentadoria foram registrados no Sistema e-Pessoal, conforme determinações.

Acrescenta-se que, em virtude da Portaria SGP/SEDGG/ME Nº 12.421, de 20 de outubro de 2021, o controle e o envio das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física (DIRPF) serão realizados de forma centralizada pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, órgão central do SIPEC.



Fonte: DCP/PROGEP - DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

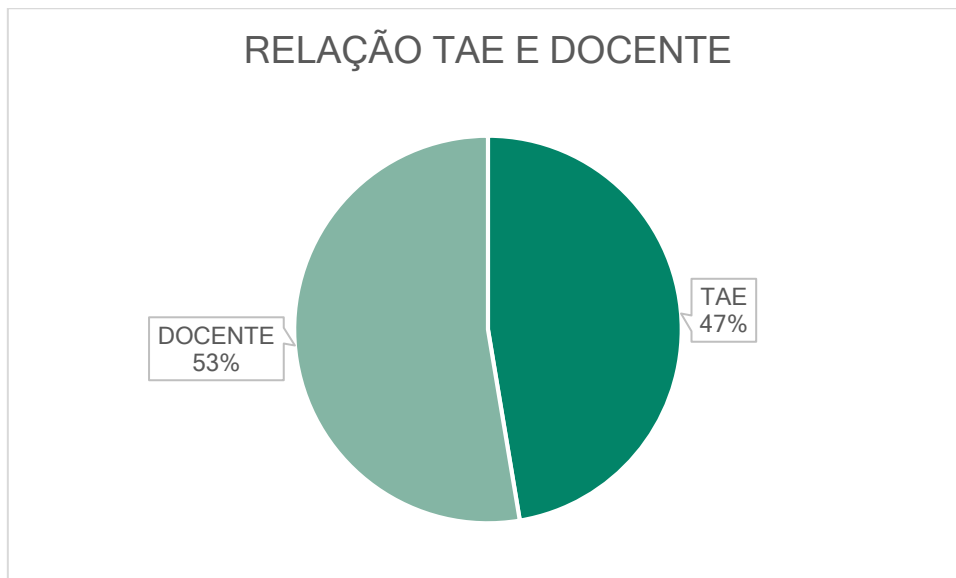
Total de Servidores: **3662**

 2167

 1495

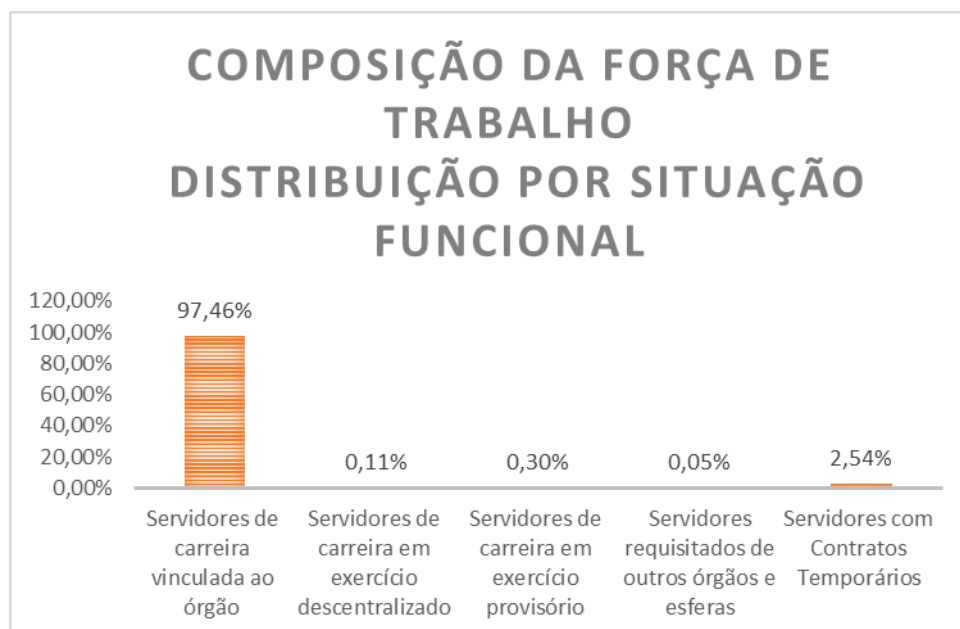
 52

O quadro de pessoal do IFCE é composto predominantemente de servidores de carreira, distribuídos em duas categorias: Técnicos Administrativos em Educação (TAE) e Professor de Ensino Básico Técnico e Tecnológico (Docente), conforme pode ser observado no quadro anterior. As referidas carreiras são regidas pela Lei Nº 11.091/2005 e Lei Nº 12.772/2012.



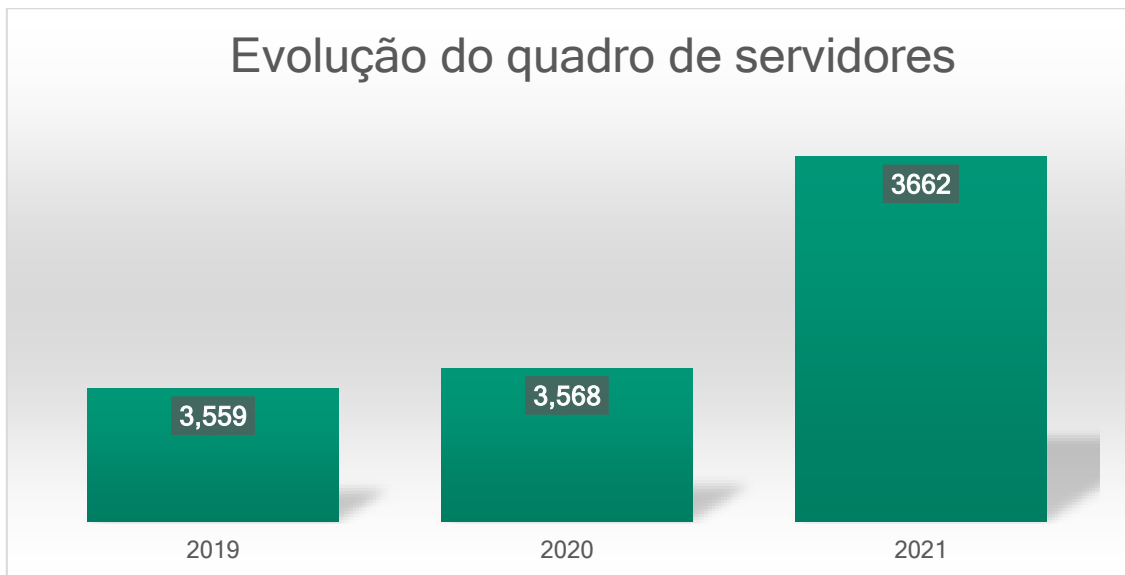
Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

Ainda na tipologia de cargos efetivos, além dos servidores de carreira vinculados ao órgão, o quadro de pessoal atualmente é composto também por servidores de carreira em exercício descentralizado, servidores de carreira em exercício provisório, servidores de carreira requisitados de outros órgão e esferas. Ademais, contamos com servidores com contratos temporários, conforme proporcionalidade demonstrada a seguir:



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

Evolução do quadro de servidores



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA POR ÁREAS



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

Ser
 vido
 Áre
 a
 Me
 o
 1.6
 00
 62
 206
 2

4.2.3.4 ESTRATÉGIA DE RECRUTAMENTO E ALOCAÇÃO DE PESSOAS

4.2.3.4.1 Necessidades de recursos humanos

A seleção para provimento de cargos efetivos ocorre por concurso público, nos moldes previstos na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.112/1990 e no Decreto nº 6.944/2009. A partir do modelo de pactuação de cargos estabelecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), este Instituto Federal identifica as necessidades de pessoal, considerando as especificidades de cada *campus* e o Plano de Desenvolvimento Institucional.

Dessa forma, em observância às atividades finalísticas do IFCE e, ainda, ao modelo pactuado entre o MEC/CONIF, promove-se a distribuição dos cargos seguindo a estrutura mínima de funcionamento de cada *campus*.

É oportuno observar que, para o ingresso nas carreiras docente e técnico-administrativa, é exigida a qualificação mínima para o exercício de cada cargo, aspectos estabelecidos em edital. Após a posse, os novos servidores participam do seminário de iniciação ao serviço público, cujo objetivo é apresentar a estrutura organizacional da instituição e os direitos e deveres do servidor público.

Destaque-se, ainda, que os cargos cujas atribuições são específicas, as vagas são preenchidas por candidatos habilitados na área. Ex: psicólogo, assistente social, contador, administrador, técnico de laboratório/área, entre outros.

Todavia, os servidores cujos cargos exigem apenas ensino médio para ingresso são lotados nos diversos departamentos da instituição, causando, algumas vezes, dificuldades entre a habilidade do servidor e as atividades inerentes ao setor no qual está lotado.

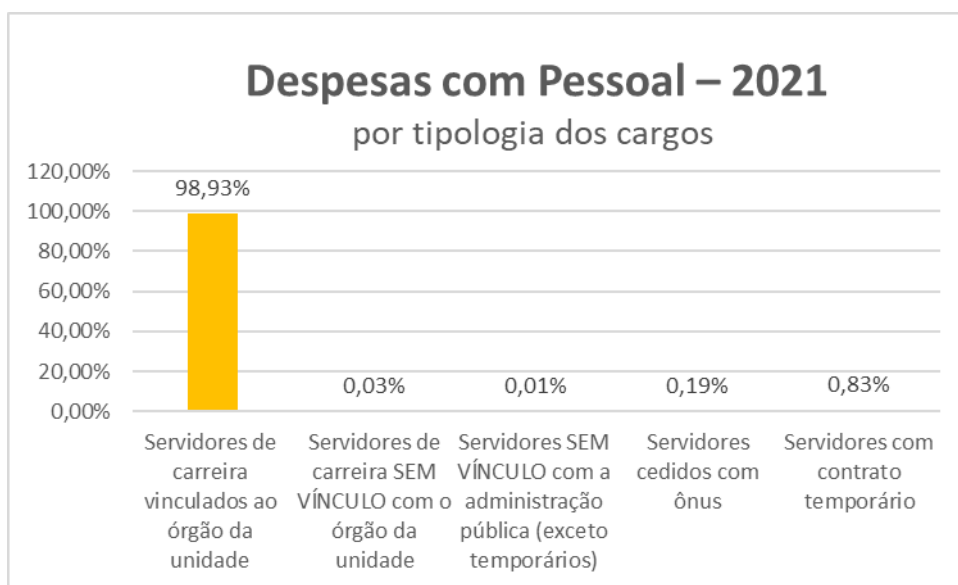
4.2.3.4.2 Remoção e alocação de servidores

Antes do provimento de cargos, o IFCE realiza processo seletivo de remoção interna de modo a contemplar os servidores que desejem mudar de *campus* da atual lotação. O processo de remoção é realizado por meio de edital próprio, com critérios preestabelecidos em resolução própria (Resolução CONSUP/IFCE Nº 36, de 15 de junho de 2021).

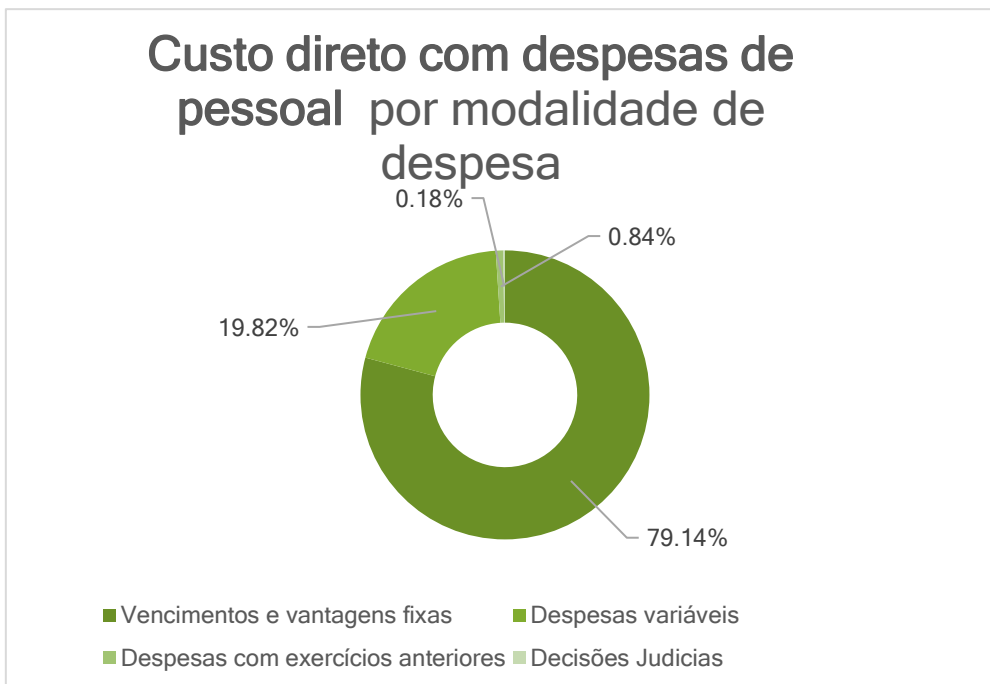
Após a homologação do referido processo de remoção, as vagas são destinadas para provimento efetivo por candidatos concursados. Eventualmente, considerando as necessidades e urgências dos *campi*, caso não existam classificados em concurso vigente no IFCE, os cargos vagos podem ser utilizados como contrapartida de redistribuição ou ainda serem providos por meio de aproveitamento de concurso de outras instituições federais de ensino, observados, nesse caso, a previsão do edital, a carreira dos servidores e ainda as orientações e os acórdãos sobre a matéria.

4.2.3.5 DETALHAMENTO E DESPESAS DE PESSOAL

Em 2021, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará teve um gasto médio de 524,6 milhões com pessoal ativo (vantagens fixas, gratificação natalina, contrato temporário, exercício anteriores, pessoal requisitado, decisão judicial e vantagens variáveis). Destes, cerca de 98,93% correspondem às despesas com remuneração e vantagens variadas, como retribuição por cargo em comissão e indenizações realizadas com os servidores de carreira vinculados ao órgão.



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

O impacto na folha de pagamento de 2021 se deve, em especial, às seguintes situações:

- Progressões e promoções de servidores;
- Posse de novos servidores;
- Pagamentos referentes a ações judiciais e exercícios anteriores.

4.2.3.6 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

De acordo com a Lei Nº 11.091/2005, que rege a carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, o desenvolvimento do servidor, na carreira, dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento, mediante, respectivamente, progressão por capacitação profissional ou progressão por mérito profissional.

A progressão por mérito profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado favorável na avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

Assim, no âmbito do IFCE, a progressão por mérito profissional se dá a partir da média das avaliações de desempenho, realizadas da seguinte forma: autoavaliação, avaliação da chefia imediata e avaliação entre pares.

A progressão por capacitação profissional é a mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses, conforme tabela a seguir.

NÍVEL DE CLASSIFICAÇÃO	NÍVEL DE CAPACITAÇÃO	CARGA HORÁRIA DE CAPACITAÇÃO
A	I	Exigência mínima do Cargo
	II	20 horas
	III	40 horas
	IV	60 horas
B	I	Exigência mínima do Cargo
	II	40 horas
	III	60 horas
	IV	90 horas
C	I	Exigência mínima do Cargo
	II	60 horas
	III	90 horas
	IV	120 horas
D	I	Exigência mínima do Cargo
	II	90 horas
	III	120 horas
	IV	150 horas
E	I	Exigência mínima do Cargo
	II	120 horas
	III	150 horas
	IV	Aperfeiçoamento ou curso de capacitação igual ou superior a 180 horas

No ano de 2021, 1039 dos 1600 servidores técnico-administrativos do IFCE progrediram na carreira, sendo 20% das progressões por capacitação e 66% por mérito.

Em relação à carreira do cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), esta é regida pela Lei Nº 12.772/2012, a qual dispõe que o desenvolvimento na carreira ocorre mediante progressão funcional e promoção. Para a progressão, o servidor deve cumprir cumulativamente o interstício de 24 meses e ser aprovado em avaliação de desempenho individual.

A promoção na carreira também acontece no interstício de 24 meses, a contar do último nível de cada classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção, a saber:

- I. para a Classe D II: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- II. para a Classe D III: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- III. para a Classe D IV: ser aprovado em processo de avaliação de desempenho;
- IV. para a Classe Titular:
 - a) possuir o título de doutor;
 - b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e

c) lograr aprovação de memorial, que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou de defesa de tese acadêmica inédita.

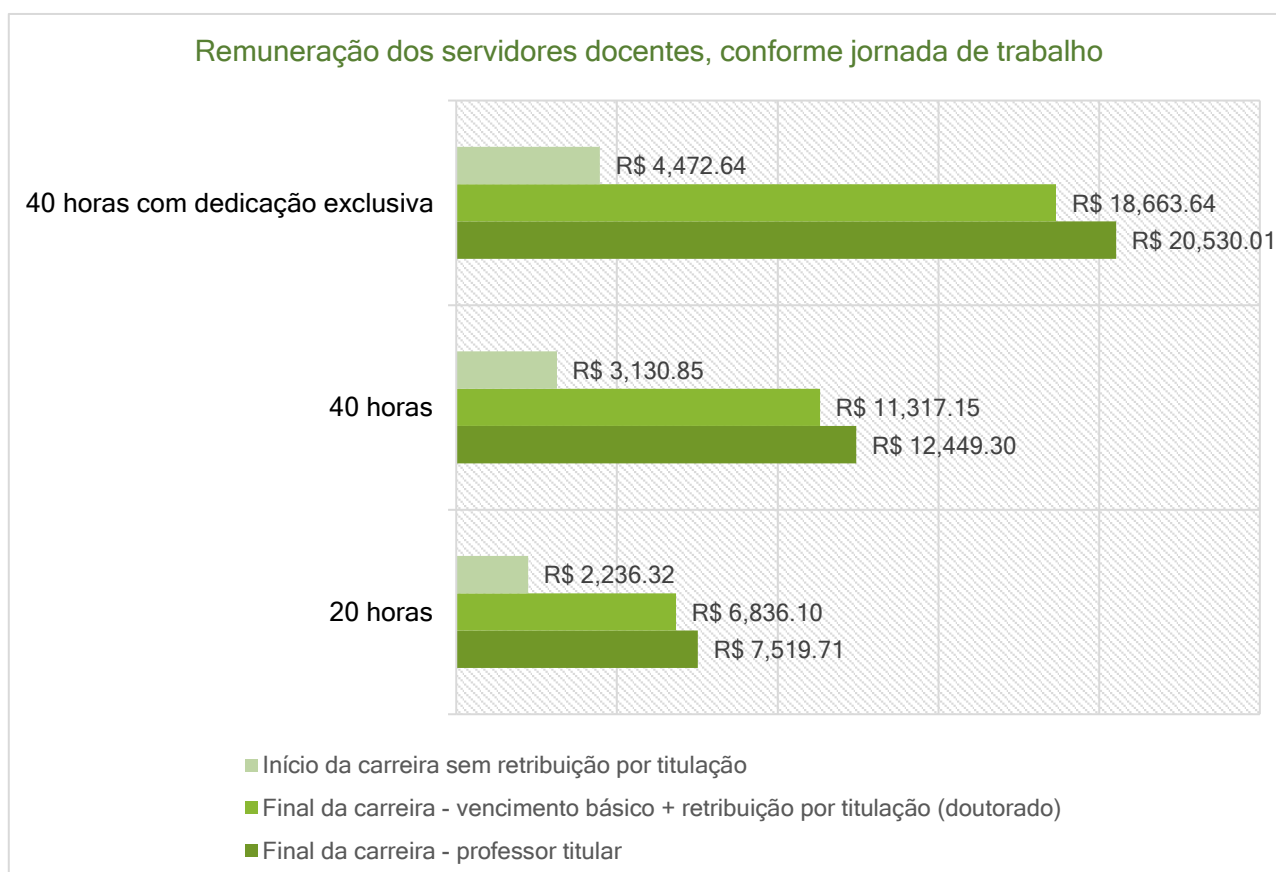
Aos servidores ocupantes de cargos da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, após o estágio probatório, é possibilitada a aceleração da promoção nos seguintes termos:

- I. de qualquer nível da Classe D I para o nível 1 da classe D II, pela apresentação de título de especialista; e
- II. de qualquer nível das Classes D I e D II para o nível 1 da classe D III, pela apresentação de título de mestre ou doutor.

Em 2021, 896 dos 1.969 servidores docentes progrediram na carreira, tendo sido 84,70% por progressão funcional, 7,5% por promoção funcional, 7,4% por aceleração da promoção e 0,4% promovido à classe titular.

4.2.3.7 REMUNERAÇÃO

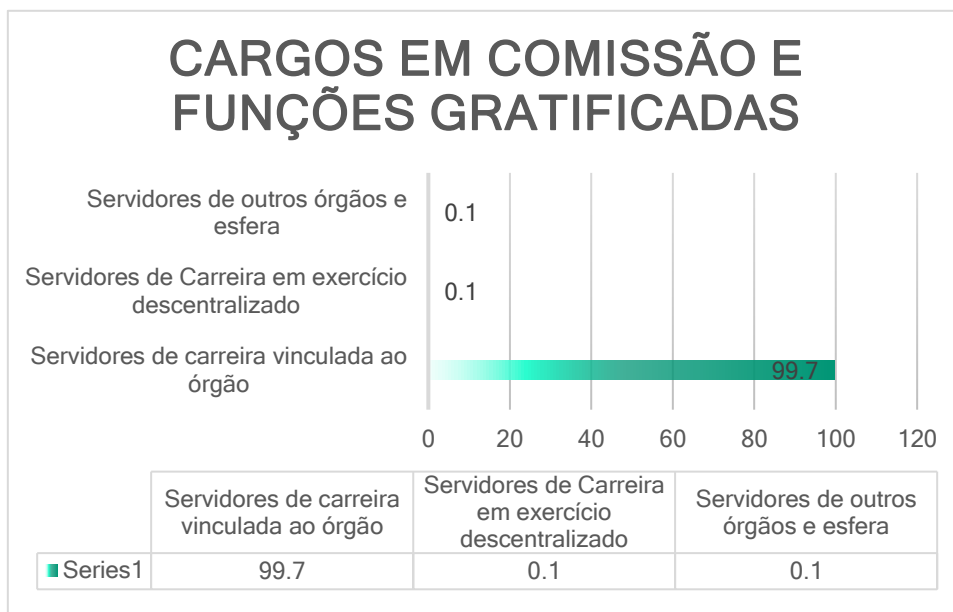
A remuneração dos servidores é definida por lei. No caso dos servidores docentes, desde 1º de agosto de 2019, a tabela dos vencimentos da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) obedece ao disposto na Lei N° 13.325/16, sendo apresentada de forma sintetizada no gráfico a seguir.



No caso dos servidores técnico-administrativos, os vencimentos seguem o disposto na Lei Nº 13.325, de 29 de julho de 2016, que contém a Tabela de Estrutura e de Vencimento Básico do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. A estrutura do vencimento básico do PCCTAE, a partir de 1º de janeiro de 2017, está disposta na tabela a seguir.

Níveis				A				B				C				D				E			
Classes de Capacitação		Valor		I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Piso A I	P01	R\$	1.326,72	1																			
	P02	R\$	1.378,46	2	1																		
	P03	R\$	1.432,22	3	2	1																	
	P04	R\$	1.488,08	4	3	2	1																
	P05	R\$	1.546,11	5	4	3	2																
Piso B I	P06	R\$	1.606,41	6	5	4	3	1															
	P07	R\$	1.669,06	7	6	5	4	2	1														
	P08	R\$	1.734,15	8	7	6	5	3	2	1													
	P09	R\$	1.801,79	9	8	7	6	4	3	2	1												
	P10	R\$	1.872,06	10	9	8	7	5	4	3	2												
Piso C I	P11	R\$	1.945,07	11	10	9	8	6	5	4	3	1											
	P12	R\$	2.020,92	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1										
	P13	R\$	2.099,74	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1									
	P14	R\$	2.181,63	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1								
	P15	R\$	2.266,71	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2								
	P16	R\$	2.355,12	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3								
Piso D I	P17	R\$	2.446,96		16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	1							
	P18	R\$	2.542,40			16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	2	1						
	P19	R\$	2.641,55				16	14	13	12	11	9	8	7	6	3	2	1					
	P20	R\$	2.744,57					15	14	13	12	10	9	8	7	4	3	2	1				
	P21	R\$	2.851,61					16	15	14	13	11	10	9	8	5	4	3	2				
	P22	R\$	2.962,82						16	15	14	12	11	10	9	6	5	4	3				
	P23	R\$	3.078,37							16	15	13	12	11	10	7	6	5	4				
	P24	R\$	3.198,43								16	14	13	12	11	8	7	6	5				
	P25	R\$	3.323,17									15	14	13	12	9	8	7	6				
	P26	R\$	3.452,77									16	15	14	13	10	9	8	7				
	P27	R\$	3.587,43										16	15	14	11	10	9	8				
	P28	R\$	3.727,34											16	15	12	11	10	9				
	P29	R\$	3.872,70												16	13	12	11	10				
	P30	R\$	4.023,74													14	13	12	11				
Piso E I	P31	R\$	4.180,66													15	14	13	12	1			
	P32	R\$	4.343,71													16	15	14	13	2	1		
	P33	R\$	4.513,12														16	15	14	3	2	1	
	P34	R\$	4.689,13															16	15	4	3	2	1
	P35	R\$	4.872,00																16	5	4	3	2
	P36	R\$	5.062,01																	6	5	4	3
	P37	R\$	5.259,43																	7	6	5	4
	P38	R\$	5.464,55																	8	7	6	5
	P39	R\$	5.677,66																	9	8	7	6
	P40	R\$	5.899,09																	10	9	8	7
	P41	R\$	6.129,16																	11	10	9	8
	P42	R\$	6.368,20																	12	11	10	9
	P43	R\$	6.616,56																	13	12	11	10
	P44	R\$	6.874,60																	14	13	12	11
	P45	R\$	7.142,71																	15	14	13	12
	P46	R\$	7.421,28																	16	15	14	13
	P47	R\$	7.710,71																		16	15	14
	P48	R\$	8.011,42																			16	15
	P49	R\$	8.323,87																				16

4.2.3.8 CARGOS GERENCIAIS OCUPADOS POR SERVIDORES EFETIVOS



Fonte: DW/SIAPE/EXTRATOR DE DADOS

De acordo com o gráfico, observa-se que os cargos em comissão, no âmbito do IFCE, são ocupados, prioritariamente, com servidores de carreira vinculados ao órgão. Para uma análise quantitativa, segue detalhamento da estrutura dos cargos em comissão e funções gratificadas da UPC:



4.2.3.9 CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

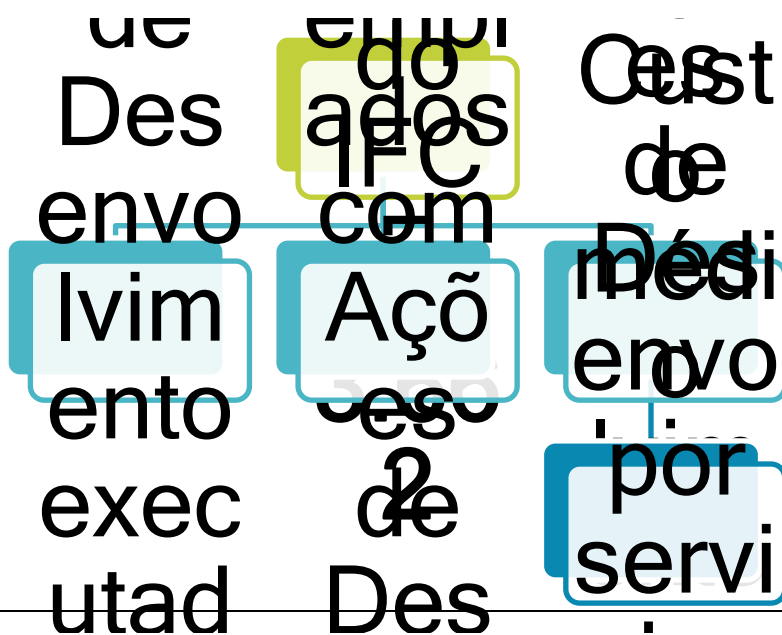
Para fins de possibilitar a capacitação e desenvolvimento dos servidores, o IFCE possui regulamentação própria, na qual se estabelece que a Política de Desenvolvimento dos Servidores do IFCE terá orçamento anual próprio, compatível com as ações a serem implementadas, garantindo-se, no mínimo, um por cento do orçamento de custeio das unidades estratégicas, aprovado pelo Colégio de Dirigentes.

Destaca-se, ainda, que a distribuição do montante alocado, anualmente, para capacitação e qualificação obedecerá ao previsto na Política de Desenvolvimento de Pessoal e, ainda, a sugestões das comissões representativas dos servidores: Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) e Comissão Interna de Supervisão-Plano de Cargo e Carreira do Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE), em conjunto com a PROGEP e com aprovação do Colégio de Dirigentes.

Além do percentual para o orçamento, a Política de Desenvolvimento de Pessoal do IFCE traz os seguintes objetivos:

- I. melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão;
- II. desenvolver permanentemente os servidores técnico-administrativos e docentes;
- III. adequar as competências requeridas dos servidores aos objetivos da instituição, tendo como referência o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI);
- IV. divulgar e gerenciar as ações de desenvolvimento de pessoas;
- V. racionalizar e garantir a efetividade dos gastos com ações de desenvolvimento; e
- VI. garantir as condições necessárias para participação dos servidores com deficiência ou mobilidade reduzida nas ações de desenvolvimento.

4.2.3.10 GASTOS COM CAPACITAÇÃO EM 2021



Fonte: Relatório de execução - Portal Sipec

A Política de Desenvolvimento dos Servidores do IFCE, regulamentada pela Resolução CONSUP Nº 37/2021, prevê orçamento anual compatível com as ações a serem implementadas, garantindo-se, no mínimo, um por cento do orçamento de custeio das unidades estratégicas, aprovado pelo Colégio de Dirigentes.

4.2.3.11 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

4.2.3.11.1 Desafios

- Capacitar e qualificar todos os servidores do IFCE nos próximos quatro anos, conforme previsto no PDI;
- desenhar e otimizar o fluxo de todos os processos da área de gestão de pessoas; e
- modernizar e automatizar todas as atividades repetitivas e rotineiras da gestão de pessoas, no sentido de dar mais celeridade na conclusão dos processos, evitar erros e aumentar a eficiência no atendimento das demandas dos usuários dos serviços públicos.

4.2.3.11.2 Ações futuras

- Fortalecer a Coordenadoria de Desenvolvimento e Avaliação da Progep para gerenciar (acompanhar, avaliar e supervisionar) todo o processo de capacitação do IFCE; e
- desenvolver sistemas informatizados para automatizar as rotinas e atividades da Progep.

4.2.4 Gestão de licitações e contratos

4.2.4.1 CONFORMIDADE LEGAL

Dentre as contratações efetuadas, os principais enquadramentos são:

- Contratações diretas: artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/1993;
- contratações de obras de engenharia: artigo 22 da Lei nº 8.666/1993;
- pregão eletrônico: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019;
- contratações de combate à pandemia: MP nº 1.047/2021 e Lei nº 14.217/2021.

4.2.4.2 PROCESSOS DE CONTRATAÇÕES

De acordo com o Painel de Compras do Ministério da Economia (<http://paineldecompras.economia.gov.br/>), em consulta em fevereiro de 2022, o IFCE teve 15 UASGs contratantes no ano de 2021. De acordo com consulta ao Tesouro Gerencial, em fevereiro

de 2022, o total de pagamentos referentes às contratações de bens e serviços relativas a custeio e investimentos, em 2021, foi de R\$ 46,6 milhões.



As despesas, em 2021, foram da ordem de R\$ 987 mil com investimentos e R\$ 45,5 milhões com funcionamento administrativo, de acordo com quadro resumido das principais despesas apresentado a seguir.

Locação de mão de obra	R\$ 35,2 milhões
Obras e instalações	R\$ 465,8 mil
Equipamentos e material permanente	R\$ 521,6 mil
Energia elétrica	R\$ 2,5 milhões
Água e esgoto	R\$ 423 mil
Material de consumo	R\$ 1,66 milhão
Material de distribuição gratuita	R\$ 771 mil

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 31/01/2022). Valores pagos.

4.2.4.3 CONTRATAÇÕES MAIS RELEVANTES

Em 2021, o Instituto Federal do Ceará realizou três contratações como instrumentos de combate à disseminação da Covid-19, além de contratações relevantes de obras e serviços de engenharia, conforme a seguir indicado:

Licitação	Unidade Gestora	Campus contemplado	Valor Total
Pregão Eletrônico nº 04/2021: Aquisição de insumos de combate à Covid-19.	Reitoria	Toda a rede IFCE	R\$ 2.076.204,91
Pregão Eletrônico nº 09/2021: Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios em formato de kits de distribuição.	Reitoria	Toda a rede IFCE	R\$ 6.592.820,06

Pregão Eletrônico nº 12/2021: Aquisição de insumos de combate à Covid-19.	Reitoria	Toda a rede IFCE	R\$ 798.682,39
Tomada de Preços 01/2021: Construção de muros.	Reitoria	Quixadá, Tianguá, Tabuleiro do Norte, Paracuru, Camocim e Ubajara.	R\$ 903.754,66
Tomada de Preços 03/2021: Contratação de obras de engenharia para reforma do auditório e refeitório.	Sobral	Umirim	R\$ 560.737,84

Fonte: Painel de Preços - Ministério da Economia.

Justificativas referentes às contratações:

- Promover a ampliação e modernização da infraestrutura do IFCE, em cumprimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, com destaque aos ambientes estruturantes para o funcionamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- buscar o desenvolvimento das regiões na qual a instituição está inserida;
- criar o maior valor possível para a sociedade e para os alunos com o montante de recursos disponíveis à instituição;
- viabilizar a continuidade das atividades remotas, em razão da segunda onda da pandemia, bem como a retomada das aulas presenciais, em especial àqueles alunos em situação de maior vulnerabilidade social e menor renda enquanto se encontraram em casa, diante do período de pandemia ocasionada pela Covid-19, destacando-se a distribuição de alimentos durante o período letivo;
- cuidados individuais e coletivos para prevenir e evitar a propagação da Covid-19 no âmbito das instalações do IFCE.

4.2.4.4 PRINCIPAIS TIPOS DE CONTRATAÇÕES DIRETAS

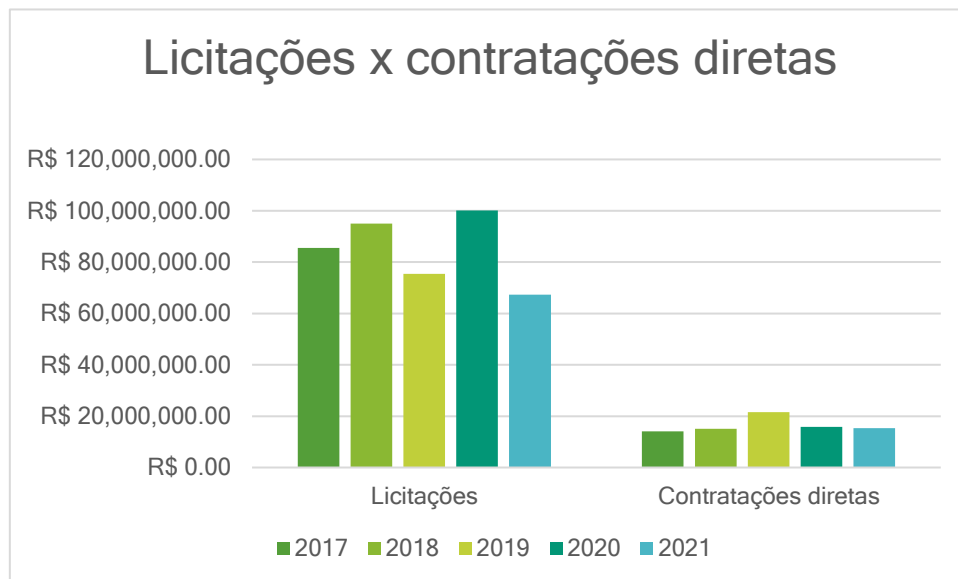
Em 2021, a realização de contratações por meio de dispensas e inexigibilidades de licitação foram voltadas principalmente para serviços, com destaque para energia elétrica, água e esgoto.

Finalidade	Objeto	Contratada	Valor	Base legal
Funcionamento administrativo	Distribuição de energia	Companhia Energética do Ceará	R\$ 2.801.176,58	Inciso XXII do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993.
Funcionamento administrativo	Fornecimento de água e esgoto	Companhia de Água e Esgoto do Ceará	R\$ 485.200,43	Artigo 25 da Lei nº 8.666/1993

Apoio administrativo e financeiro	Contratação de apoio para execução de projetos ensino, pesquisa e extensão	Fundações de Apoio do IFCE	R\$ 6.264.437,58	Inciso XIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993
-----------------------------------	--	----------------------------	------------------	---

Fonte: Tesouro Gerencial (18/02/2022) - Despesas empenhadas: Sistema Comprasnet Contratos (acesso em 26/01/2022) - Valores contratados

Do ponto de vista da despesa executada, o gráfico a seguir resume os valores associados a licitações e contratações diretas entre 2017 e 2021.



Fonte: Tesouro Gerencial (31/01/2022). Despesa executada

4.2.4.5 DESAFIOS, FRAQUEZAS E RISCOS NA GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Por sua característica de gestão descentralizada, o desafio do IFCE está na padronização dos processos para o alcance dos melhores bens e serviços com economia de escala. Para tanto, a instituição se vale de normativos que visam à padronização dos procedimentos. Assim, destacam-se os seguintes documentos publicados no ano de 2021: Instrução Normativa Nº 01/2021/PROAP, sobre a padronização da gestão da mão de obra de manutenção predial no âmbito do IFCE, conforme Portaria Nº 44/PROAP/REITORIA, de 24 de abril de 2020); Instrução Normativa Nº 02/2021/PROAP, sobre os procedimentos inerentes a alterações quantitativas dos contratos administrativos no âmbito do IFCE; Instrução Normativa Nº 04/2021/PROAP, sobre as licitações compartilhadas e sistêmicas no âmbito do IFCE, e Instrução Normativa Nº 05/2021/PROAP, sobre competência e periodicidade da alimentação das informações das licitações e contratos no portal do IFCE, em cumprimento ao Acórdão Nº 389/2020-TCU-Plenário.

Outro desafio são as constantes atualizações da legislação, situação que levou a instituição a ter fomentado várias capacitações técnicas. Nesta seara, o Plano de Desenvolvimento Institucional para o quinquênio 2019-2023 estabeleceu como objetivo estratégico o aperfeiçoamento

dos procedimentos visando à efetividade e à excelência dos processos internos, com o propósito de fomentar iniciativas voltadas para a disseminação de procedimentos que proporcionem a eficiência, eficácia e qualidade na gestão dos recursos e na prestação dos serviços oferecidos aos clientes internos e externos do IFCE. Para tanto, pretende-se:

- obter 25% de economicidade nas contratações;
- alcançar o índice de 70% de qualidade na execução dos contratos; e
- satisfazer 80% dos requisitantes de bens e serviços.

Registra-se a Centralização de Compras e Contratações Públicas do Instituto Federal do Ceará - IFCE, por meio da instituição de nove “Centrais de Compras” distribuídas dentro do estado do Ceará, que atendem às demandas de planejamento das contratações de bens e serviços de uso comum a partir do exercício de 2021. O redimensionamento das UASGs, quanto ao perfil de compras, atende à Portaria Nº 13.623, de 10 de dezembro de 2019, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, no entanto, não afasta a autonomia administrativa, patrimonial e financeira de quaisquer unidades administrativas, tão somente redimensiona os processos de licitação. A Centralização de Contratações Públicas do Instituto Federal do Ceará foi aprovada por meio da Nota Técnica SEI nº 36844/2020/ME, da Coordenação-Geral de Normas do Ministério da Economia.

4.2.4.6 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO REGIDAS PELA LEI 8.958/1994

Em 2021, o Instituto Federal do Ceará registrou 18 contratos administrativos para o desenvolvimento de projetos por fundações de apoio regidas pela Lei 8.958/1994, conforme tabela abaixo:

Unidade Gestora	Número Contrato	Fornecedor	Vig. Início	Vig. Fim	Valor Global	Objeto
158313 - CAMPUS FORTALEZ A	38/2021	27.652.712/0001 -41 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO DO IFCE - FAIFCE	25/11/2 021	25/11/2 022	R\$ 2.694.046, 00	APOIO À EXECUÇÃO DO PROJETO INTITULADO “OFERTA DE PROGRAMA DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR E DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS INOVADORES EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC), PARA ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E DE GRADUAÇÃO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E

						TECNOLÓGICA, EM NÍVEL NACIONAL, COM FOCO NO DESENVOLVIMENTO DE APLICATIVOS IOS E ANDROID” PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO NECESSÁRIOS À SUA REALIZAÇÃO”.
158314 - <i>CAMPUS</i> LIMOEIRO DO NORTE	15/2021	27.652.712/0001 -41 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO DO IFCE – FAIFCE	10/01/2 022	10/01/2 023	R\$ 74.999,40	GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO DENOMINADO “ESPAÇO 4.0 - AMBIENTE FAVORÁVEL PARA CAPACITAÇÃO DE JOVENS NO <i>CAMPUS</i> LIMOEIRO DO NORTE.
158316 - <i>CAMPUS</i> JUAZEIRO DO NORTE	14/2021	27.652.712/0001 -41 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO DO IFCE – FAIFCE	31/12/2 021	31/12/2 022	R\$ 230.000,00	GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO DENOMINADO INSTALADOR DE SISTEMAS FOTOVOLTAICOS NO <i>CAMPUS</i> JUAZEIRO DO NORTE.
158318 - <i>CAMPUS</i> CEDRO	11/2021	27.652.712/0001 -41 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO DO IFCE – FAIFCE	10/01/2 022	10/01/2 023	R\$ 74.999,20	GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO DENOMINADO ESPAÇO 4.0 - AMBIENTE FAVORÁVEL PARA CAPACITAÇÃO DE JOVENS NO <i>CAMPUS</i> CEDRO.

158320 - <i>CAMPUS</i> IGUATU	14/2021	27.652.712/0001 -41 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO DO IFCE – FAIFCE	10/01/2 022	10/02/2 023	R\$ 75.000,00	GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO DENOMINADO “ESPAÇO 4.0 - AMBIENTE FAVORÁVEL PARA CAPACITAÇÃO DE JOVENS NO <i>CAMPUS</i> IGUATU.
158321 - <i>CAMPUS</i> CRATO	09/2021	27.652.712/0001 -41 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO DO IFCE – FAIFCE	15/12/2 021	15/12/2 023	R\$ 360.000,00	GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PROJETO DE EXTENSÃO INTITULADO: RESIDÊNCIA PROFISSIONAL AGRÍCOLA PARA O FORTALECIMENTO DO AGRONEGÓCIO DO CARIRI CEARENSE, QUE VISA A ATENDER ESTUDANTES E RECÉM- EGRESSOS DE CURSOS DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AFINS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR.
158324 - <i>CAMPUS</i> CRATEUS	11/2021	27.652.712/0001 -41 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO DO IFCE – FAIFCE	01/02/2 022	01/02/2 023	R\$ 75.000,00	GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO DENOMINADO “ESPAÇO 4.0 - AMBIENTE FAVORÁVEL PARA CAPACITAÇÃO DE JOVENS NO <i>CAMPUS</i> CRATEÚS.
158952 - <i>CAMPUS</i> TAUÁ	07/2021	27.652.712/0001 -41 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO DO IFCE – FAIFCE	30/12/2 021	30/12/2 022	R\$ 75.000,00	GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO DENOMINADO “ESPAÇO 4.0 - AMBIENTE FAVORÁVEL PARA CAPACITAÇÃO DE JOVENS NO <i>CAMPUS</i> TAUÁ”.

158957 - CAMPUS UMIRIM	01/2021	27.652.712/0001 -41 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO DO IFCE – FAIFCE	01/02/2 021	01/02/2 023	R\$ 300.000,00	GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO SMARTDNOCS - SISTEMA DE MONITORAMENTO DO DNOCS.
158958 - CAMPUS ARACATI	11/2021	27.652.712/0001 -41 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO DO IFCE - FAIFCE	10/01/2 022	10/01/2 023	R\$ 75.000,00	GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO DENOMINADO “ESPAÇO 4.0 - AMBIENTE FAVORÁVEL PARA CAPACITAÇÃO DE JOVENS NO CAMPUS ARACATI.
158967 - CAMPUS HORIZONT E	05/2021	27.652.712/0001 -41 - FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, À PESQUISA E À EXTENSÃO DO IFCE – FAIFCE	10/01/2 022	10/02/2 023	R\$ 74.949,30	GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO DENOMINADO “ESPAÇO 4.0 - AMBIENTE FAVORÁVEL PARA CAPACITAÇÃO DE JOVENS NO CAMPUS HORIZONTE”.
158314 - CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE	01/2021	08.918.421/0001 -08 - FUNDACAO DE APOIO A SERVIÇOS TÉCNICOS, ENSINO E FOMENTO – ASTEF	22/02/2 021	22/02/2 022	R\$ 308.000,00	GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL AGRÍCOLA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS FEDERAIS QUE VISEM A ATENDER ESTUDANTES E RECÉM-EGRESSOS DE CURSOS DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AFINS, DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR.
158317 - CAMPUS SOBRAL	02/2021	08.918.421/0001 -08 - FUNDACAO DE APOIO A SERVIÇOS TÉCNICOS, ENSINO E FOMENTO - ASTEF	11/01/2 021	11/04/2 022	R\$ 88.660,76	GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL AGRÍCOLA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS FEDERAIS QUE VISEM A ATENDER ESTUDANTES

						E RECÉM-EGRESSOS DE CURSOS DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AFINS, DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR.
158320 - <i>CAMPUS</i> IGUATU	03/2021	08.918.421/0001 -08 - FUNDAÇÃO DE APOIO A SERVIÇOS TÉCNICOS, ENSINO E FOMENTO - ASTEF	26/01/2 021	26/01/2 022	R\$ 155.340,00	CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÃO DE APOIO PARA GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL AGRÍCOLA DO IFCE – <i>CAMPUS</i> IGUATU.
158956 - <i>CAMPUS</i> TIANGUÁ	03/2021	08.918.421/0001 -08 - FUNDAÇÃO DE APOIO A SERVIÇOS TÉCNICOS, ENSINO E FOMENTO - ASTEF	07/01/2 021	07/07/2 022	R\$ 149.463,00	GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL AGRÍCOLA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS FEDERAIS QUE VISEM A ATENDER ESTUDANTES E RECÉM-EGRESSOS DE CURSOS DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AFINS, DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR PARA O IFCE – <i>CAMPUS</i> TIANGUÁ.
158958 - <i>CAMPUS</i> ARACATI	01/2021	08.918.421/0001 -08 - FUNDAÇÃO DE APOIO A SERVIÇOS TÉCNICOS, ENSINO E FOMENTO - ASTEF	11/01/2 021	11/06/2 022	R\$ 132.000,00	GERENCIAR RECURSOS DO PROJETO DE RESIDÊNCIA PROFISSIONAL AGRÍCOLA DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS FEDERAIS QUE VISEM A ATENDER ESTUDANTES E RECÉM-EGRESSOS DO CURSO TÉCNICO EM AQUICULTURA E AFINS.

158968 - CAMPUS BOA VIAGEM	04/2021	08.918.421/0001 -08 - FUNDAÇÃO DE APOIO A SERVIÇOS TÉCNICOS, ENSINO E FOMENTO - ASTEF	03/05/2 021	03/05/2 022	R\$ 1.000.000, 00	GERENCIAR O RECURSO REFERENTE AO PRIMEIRO DESEMBOLSO DO PROJETO QUE TRATA DA CRIAÇÃO DO CENTRO DE INOVAÇÃO E DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS (CDTIS), NO IFCE CAMPUS BOA VIAGEM.
158321 - CAMPUS CRATO	10/2021	09.628.053/0001 -26 - FUNDAÇÃO DE CULTURA E APOIO AO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - FUNCEPE	16/12/2 021	16/12/2 023	R\$ 321.979,92	GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PROJETO DE EXTENSÃO INTITULADO: “MULHERES NO CAMPO: UM MODELO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO NO MEIO RURAL”, QUE VISA A ATENDER ESTUDANTES E RECÉM- EGRESSOS DE CURSOS DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AFINS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR.

Fonte: Sistema Comprasnet Contratos (acesso em 26/01/2022).

4.2.5 Gestão patrimonial e infraestrutura

4.2.5.1 CONFORMIDADE LEGAL

- Lei Nº 8.666/1993;
- Decreto Nº 9.373/2018;
- Instrução Normativa Nº 22/2017/SPU;
- Manual de Gestão de Materiais do IFCE (<https://ifce.edu.br/proap/manuais/manual-de-gestao-de-materiais.pdf>).

4.2.5.2 PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DE CAPITAL

Em 2021, foram projetadas obras e especificados equipamentos para atender às demandas relativas à ampliação e modernização da infraestrutura física do IFCE, conforme detalhamento a seguir.

Obras e instalações	R\$ 5,1 milhões
Equipamentos	R\$ 6,1 milhões

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 31/01/2022). Valores empenhados.

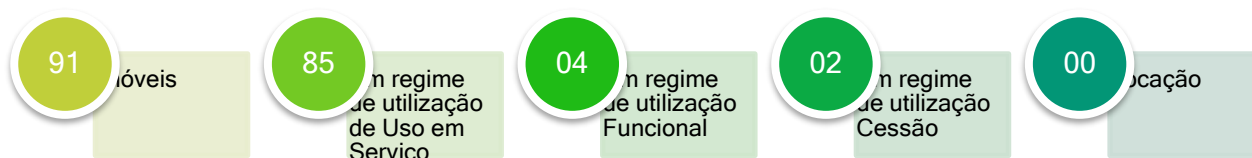
4.2.5.3 ADMINISTRAÇÃO PREDIAL

Os principais custos com serviços prediais em 2021, no IFCE, estão discriminados no quadro a seguir.

Energia e água	R\$ 2,5 milhões
Vigilância	R\$ 13 milhões
Limpeza	R\$ 10,3 milhões
Manutenção de bens móveis e imóveis	R\$ 3,2 milhões

Fonte: Tesouro Gerencial (acesso em 31/01/2022). Valores pagos.

4.2.5.4 GESTÃO DOS BENS IMÓVEIS



Fonte: Sistema SPIUNET (Acesso em fevereiro de 2022)

Em 2021, foi publicado o Manual de Avaliação dos Bens Imóveis do IFCE com a finalidade de servir como um referencial teórico e prático para a implantação de uma sistemática de avaliação de imóveis e a produção de laudos de avaliação, visando a tornar mais eficientes e eficazes as atividades de avaliação dos bens imóveis do IFCE. Tais avaliações seguem os critérios e diretrizes da NBR 14653 da ABNT.

Os bens imóveis do IFCE são avaliados pela Comissão Especial de Bens Imóveis - CEABI a cada 2 anos. Além disso, as avaliações são registradas no SPIUNet e no Sistema de Gerenciamento de Bens e Imóveis do IFCE - Sigebi, desenvolvido e utilizado no âmbito da instituição. Estão registrados no SPIUNet e Sigebi, 91 imóveis da instituição, que ocupam, no total, uma área de terreno de 4.549.516,73m², avaliada em R\$ 487.603.902,77. No entanto, em 2022, os valores serão atualizados por meio de nova avaliação da CEABI, prevista para iniciar no primeiro semestre.

O IFCE vem investindo na melhoria de suas instalações físicas para estudantes, servidores e visitantes. Os serviços de manutenção predial preventiva são constantes. A construção de novos espaços físicos ao longo dos últimos anos aumentou consideravelmente a área total construída na instituição, saltando de 246.073,04 m², ao final de 2018, para 304.150,41m², ao final de 2020. A

previsão é que, ao final de 2022, esta área aumente substancialmente, com a entrega das obras de infraestrutura (iniciadas em 2021) em andamento, como: quadras poliesportivas, laboratórios e blocos de salas de aula.

4.2.5.5 DESFAZIMENTO DE ATIVOS

Durante o exercício de 2021, oito *campi* do IFCE (Acará, Crato, Fortaleza, Maracanaú, Morada Nova, Tauá, Tianguá e Umirim) realizaram processo de desfazimento, totalizando a baixa de 12.281 bens permanentes, com valor total de R\$ 707.300,80, dos quais 12.274, que totalizaram o valor de R\$ 700.523,86, foram baixados por processo de desfazimento por doação e 7 bens semoventes, totalizando R\$ 6.776,94, foram baixados por morte do semovente.

4.2.5.6 PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS

- Conclusão da implantação do Siads (Sistema Integrado de Gestão Patrimonial);
- ações de regularização de pendências apresentadas nos inventários de bens permanentes e em decorrência da implantação do Siads;
- realização de novos processos de desfazimento para baixa de bens inservíveis para a Administração, otimizando espaços e melhorando a gestão de bens no IFCE;
- ampliação da infraestrutura (construção de refeitórios e bibliotecas);
- ampliação da infraestrutura (construção de blocos didáticos, bloco salas de aula, reforma em laboratórios e construção de quadras poliesportivas);
- ampliação da segurança patrimonial e pessoal (construção de muros fechando as unidades);
- modernização de estacionamento para veículos (áreas não pavimentadas);
- modernização do sistema de vigilância patrimonial (transição de vigilância presencial para eletrônica);
- modernização das edificações quanto à segurança e acessibilidade;
- regularização imobiliária de todos os bens imóveis do IFCE; e
- levantamento geral das necessidades de manutenção de todos os *campi* e demais unidades do IFCE.

4.2.6 Gestão da tecnologia da informação

O Modelo de Governança de Tecnologia da Informação do Instituto Federal do Ceará, alinhado ao Modelo de Governança Corporativo do MEC, tem como principal instância o Conselho Superior do IFCE e como órgão consultivo o Comitê de Tecnologia da Informação do IFCE - CGTIC.

Para assegurar a conformidade legal da gestão de tecnologia da informação, o Instituto Federal do Ceará observa e aplica as regras e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Economia, órgão central (SISP) e Governo Federal. Desta forma, o IFCE busca constantemente a melhor oferta de serviços e soluções de tecnologia da informação, buscando, assim, o melhor alinhamento entre TI e negócio.

Os recursos aplicados em tecnologia da informação foram divididos em material de TIC (consumo), locação de equipamentos de TIC, locação de *softwares*, manutenção corretiva de *software*, comunicação de dados, computação em nuvem, emissão de certificados digitais, aquisição de *software*, material de TIC (permanente), equipamentos de TIC - ativos de rede, computadores, servidores, impressoras.

Grupo de Natureza de Despesa	Despesas Empenhadas		Despesas Pagas	
	2020	2021	2020	2021
Investimento	6.592.296,34	3.343.631,28	87.302,33	323.783,61
Custeio	266.268,98	2.375.672,93	84.690,43	1.235.657,70
TOTAL	6.858.565,32	5.719.304,21	171.992,76	1.559.441,31

As contratações mais relevantes de TI, em 2021, foram aquelas que atendem, de forma sistêmica, às necessidades da instituição, como: aquisição de computadores *desktop* de alto desempenho (Processo SEI: 23255.002617/2021-14), contratação de serviços de suporte e manutenção dos equipamentos de *data center* (Processo SEI: 23255.002615/2021-17), contratação de licenças de uso de *softwares* de banco de dados (Processo SEI: 23255.006723/2020-88), contratação de computação em nuvem (Processo SEI: 23255.000003/2022-71), aquisição de insumos de TI (Processo SEI 23255.003375/2020-97), 1º Termo Aditivo ao Contrato 27/2020/Certificados Digitais (Processo 23255.008836/2019-84) e aquisição de dispositivos do tipo *tablet* (Processo SEI 23255.004988/2020-41).

4.2.6.1 PRINCIPAIS SISTEMAS E PROJETOS

O ano de 2021 continuou como um ano bem desafiador para as instituições, pois continuamos desenvolvendo os serviços e plataformas digitais de forma a mitigar os impactos da pandemia do novo coronavírus. No decorrer do ano de 2021, a Diretoria de Gestão em Tecnologia da Informação teve como principais projetos: 1) o Sistema SigProext, criado em 2020, consolida-se como importante ferramenta para acompanhamento das atividades de extensão e com constantes atualizações para captação e gestão de projetos de extensão; 2) o sistema eSolis, antes utilizado apenas para solicitação de recursos dos processos seletivos, foi ajustado de forma a receber os documentos dos alunos, viabilizando a pré-matrícula de forma totalmente *on-line*, e foi atualizado permitindo a realização do processo de heteroidentificação de forma telepresencial.

Também é importante destacar o sistema de votação *on-line* Helios Voting, utilizado no processo eleitoral virtual para a consulta ao cargo de Reitor e Diretor-Geral de alguns *campi*; a continuação da criação de *e-mails* a todos os alunos da instituição para atividades letivas *on-line*; o desenvolvimento, em 2020, da ferramenta FICemCasa, sistema criado para permitir o trâmite *on-line* da proposição, avaliação, matrícula de alunos e emissão de certificados de conclusão, os quais passaram a ter assinatura digital, de forma simples e rápida; a aquisição e distribuição, ainda em 2021, de *tablets* e chips com acesso à internet via 4G aos alunos; a modernização do sistema de cópias de segurança (*backups*), com vista a atender à maior quantidade de dados armazenados, iniciando-se o uso do serviço em nuvem, mudando inicialmente a plataforma da EaD (o Moodle) para funcionar em nuvem; os ajustes no *data center* para melhor estabilidade dos sistemas, gerando segurança no armazenamento dos dados institucionais e modificando o sistema de *nobreak*, garantindo maior autonomia, mesmo com problemas de falta de energia.

4.2.6.2 PRINCIPAIS METAS NÃO ATINGIDAS

A instituição atingiu a maior parte das metas previstas para o período apesar de a permanência da pandemia ter forçado muitas adaptações e mudanças de prioridades. As principais metas não atingidas são a criação e atualização de normativos internos, além das modificações nas comunicações e divulgação interna e externa das ações. Assim, os principais desafios e ações futuras dentro da TI estão relacionadas diretamente ao novo Plano Diretor da Instituição, como: criação da política para tratamento da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD; desenvolvimento e implantação do Sistema de Gestão de Processos Seletivos - GPSIF; normatização dos processos de contratações de TI e realização da Análise de Riscos do Processos de Contratações de TI.

4.2.6.3 SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A nova política de segurança da informação foi aprovada pelo Conselho Superior em 14 de janeiro de 2020 (Processo SEI: 23255.000176/2020-27), mediante a Resolução Nº 1, que, desde então, dispõe sobre as diretrizes básicas da Política de Segurança da Informação a ser cumprida no âmbito do IFCE, a qual se refere ao conjunto de normas e procedimentos de proteção que, quando aplicados aos ativos de informações, podem nortear o IFCE no que tange à garantia dos princípios de segurança da informação de confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e confidencialidade.

A instituição se preocupa com a segurança, tendo investido em solução de *backup*, além das avaliações de segurança dos dados e ações de monitoramento dos sistemas. No próximo exercício, serão realizadas mais ações nesse sentido, focando principalmente na LGPD, o que inclui a realização de capacitações e investimentos em soluções de segurança, além da migração dos serviços críticos de TI para infraestrutura de computação em nuvem, aumentando, assim, a disponibilidade deles, a segurança contra possíveis ataques e a segurança dos dados utilizados e mantidos pela instituição.

4.2.7 Sustentabilidade Ambiental

4.2.7.1 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE NAS CONTRATAÇÕES E AQUISIÇÕES

O IFCE vem realizando em seus *campi* ações sistêmicas que visam ao desenvolvimento nacional sustentável. Nesta seara, importa citar as intervenções da gestão em 2021:

4.2.7.1.1 Realização de licitações para aquisição de materiais e bens possuidores de características sustentáveis

A instituição, quando da elaboração de seus editais e contratos, utiliza-se dos modelos disponibilizados pela Advocacia-Geral da União - AGU, nos quais há a previsão de cumprimento, pelos licitantes e fornecedores, das obrigações de preservação ambiental e de boas práticas de sustentabilidade. No âmbito prático, o Instituto Federal do Ceará vem promovendo a aquisição de condicionadores de ar com tecnologia *inverter* (máquinas 40% mais eficientes que as tradicionais) e de *tonners* e cartuchos recarregáveis, bem como especificações de equipamentos e componentes mais eficientes empregados nas obras de ampliação e reforma, como lâmpadas em LED e material hidrossanitário voltado à economia de água.

4.2.7.1.2 Redução de resíduos poluentes

Publicada a Instrução Normativa Nº 02/2020, que dispõe sobre a implantação da separação e destinação dos resíduos sólidos recicláveis no âmbito do IFCE, de acordo com o Decreto Nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

4.2.7.1.3 Ações para a redução do consumo de recursos naturais

- Divulgação do Guia de Orientações para Economia de Água e Energia Elétrica (https://ifce.edu.br/proap/manuais/copy5_of_orientacoes_livreto_12jun2019__3_.pdf);
- adoção de equipamentos e componentes de maior eficiência energética;
- funcionamento e geração de sistema fotovoltaico de potência instalada de 2,2 MWp com previsão de economia de 20%;

5 Demonstrações Contábeis

5.1 Balanço patrimonial

O balanço patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a evolução dos bens, direitos (ativo) e obrigações (passivo) da entidade e a situação patrimonial, por meio de contas, comparando a períodos anteriores. Evidencia ainda, pelas contas de compensação (natureza de informação de controle), os atos potenciais ativos e passivos a executar, que podem afetar futuramente o patrimônio.

ATIVO			ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANÁLISE VERTICAL (AV)
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020		
ATIVO CIRCULANTE	94.845.796,03	105.263.451,17	-9,897%	12,092%
Caixa e Equivalentes de Caixa	62.322.868,55	56.681.742,10	9,952%	7,946%
Créditos a Curto Prazo	23.744.234,87	36.523.015,97	-34,988%	3,027%
Demais Créditos e Valores	23.744.234,87	36.523.015,97	-34,988%	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques	8.746.734,33	12.047.371,27	-27,397%	1,115%
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	31.958,28	11.321,83	182,271%	0,004%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	689.501.736,36	673.682.795,39	2,348%	87,908%
Ativo Realizável a Longo Prazo	634.895,54	620.998,71	2,238%	0,081%
Créditos a Longo Prazo	634.895,54	620.998,71	2,238%	-
Dívida Ativa Não Tributária	530.020,45	530.020,45	0,000%	-
Demais Créditos e Valores	104.875,09	90.978,26	15,275%	-
Estoques	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Participações Permanentes	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	-	-
Imobilizado	687.975.997,16	672.006.032,65	2,376%	87,713%
Bens Móveis	204.438.830,94	203.631.041,58	0,397%	-

Bens Móveis	229.204.694,81	213.058.313,86	7,578%	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-24.765.426,55	-9.426.834,96	162,712%	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-437,32	-437,32	0,000%	-
Bens Imóveis	483.537.166,22	468.374.991,07	3,237%	-
Bens Imóveis	488.326.811,28	472.992.347,63	3,242%	-
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.789.645,06	-4.617.356,56	3,731%	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-	-
Intangível	890.843,66	1.055.764,03	-15,621%	0,114%
Softwares	876.009,33	1.040.929,70	-15,844%	-
Softwares	1.149.750,65	1.041.271,65	10,418%	-
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-273.741,32	-341,95	79953,025%	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-	-	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.834,33	14.834,33	0,000%	-
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	14.834,33	14.834,33	0,000%	-
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-
Direitos de Uso de Imóveis	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	784.347.532,39	778.946.246,56	0,693%	100,000%

PASSIVO			ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANÁLISE VERTICAL (AV)
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020		
PASSIVO CIRCULANTE	175.634.655,40	132.419.307,25	32,64%	99,1543%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	100.984.910,88	67.904.347,72	48,72%	57,0109%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.866.766,69	1.401.638,40	247,22%	2,7475%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	2.930,33	-	-	0,0017%
Provisões a Curto Prazo	-	-	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	69.780.047,50	63.113.321,13	10,56%	39,3942%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.497.925,47	3.800.303,79	-60,58%	0,8457%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	1.494.542,34	3.796.920,66	-60,64%	0,8437%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-	-

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	2.903,13	2.903,13	0,00%	0,0016%
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-	-
Provisões a Longo Prazo	-	-	-	-
Demais Obrigações a Longo Prazo	480,00	480,00	0,00%	0,0003%
Resultado Diferido	-	-	-	-
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	177.132.580,87	136.219.611,04	30,03%	100,000%

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANÁLISE VERTICAL (AV)
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020		
Patrimônio Social e Capital Social	-	-	-	-
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-	-	-
Reservas de Capital	-	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-
Reservas de Lucros	-	-	-	-
Demais Reservas	-	-	-	-
Resultados Acumulados	607.214.951,52	642.726.635,52	-5,53%	100,00%
Resultado do Exercício	9.439.608,56	64.439.731,32	-85,35%	-
Resultados de Exercícios Anteriores	642.726.635,52	581.523.020,74	10,52%	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-44.951.292,56	-3.236.116,54	1289,05%	-
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	607.214.951,52	642.726.635,52	-5,53%	100,00%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	784.347.532,39	778.946.246,56	0,69%	-

Os ativos compreendem o somatório dos bens e direitos do IFCE, com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, enquanto os passivos compreendem os saldos das obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro.

O patrimônio líquido demonstra a situação patrimonial da entidade, sendo verificado pelo valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. É composto por resultados do exercício corrente e de anteriores, que são apurados pelo confronto das variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas.

5.1.1 Quadro de ativos e passivos financeiros e permanentes

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	62.328.366,95	56.687.240,50	PASSIVO FINANCEIRO	116.906.777,65	138.707.298,22
ATIVO PERMANENTE	722.019.165,44	722.259.006,06	PASSIVO PERMANENTE	113.397.843,76	74.684.687,86
			SALDO PATRIMONIAL	554.042.910,98	565.554.260,48

5.1.2 Quadro de compensações

QUADRO DE COMPENSAÇÕES		
ATIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	72.896.429,95	68.071.616,34
Atos Potenciais Ativos	72.896.429,95	68.071.616,34
Garantias e Contragarantias Recebidas	5.303.276,85	2.877.620,82
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	67.491.431,46	65.116.862,60
Direitos Contratuais	101.721,64	77.132,92
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-
TOTAL	72.896.429,95	68.071.616,34
PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	149.771.215,31	151.742.769,30
Atos Potenciais Passivos	149.771.215,31	151.742.769,30
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	3.378.121,63	3.378.121,63
Obrigações Contratuais	146.393.093,68	148.364.647,67
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	149.771.215,31	151.742.769,30

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-37.238.462,80
Recursos Vinculados	-17.339.947,90
Educação	-2.958.128,15
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-6.643,59
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-13.717.297,56
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-657.878,60
TOTAL	-54.578.410,70

5.2 Demonstração das variações patrimoniais

A demonstração das variações patrimoniais (DVP) evidencia as variações ocorridas no patrimônio da entidade e indica o resultado patrimonial do exercício. O resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre as variações decorrentes de transações que aumentam (VPA - variações patrimoniais aumentativas) ou diminuem (VPD - variações patrimoniais diminutivas) o patrimônio líquido e integrará o balanço patrimonial (BP) ao término do exercício.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ANÁLISE HORIZONTAL (AH)
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	950.606.188,23	886.453.220,15	7,24%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	-
Impostos	-	-	-
Taxas	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-
Contribuições	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	570.711,53	409.897,41	39,23%
Venda de Mercadorias	251.789,55	267.838,08	-5,99%
Vendas de Produtos	-	1.816,00	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	318.921,98	140.243,33	127,41%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-	-
Aportes do Banco Central	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-	-
Transferências e Delegações recebidas	940.363.608,35	857.162.105,28	9,71%
Transferências Intragovernamentais	926.457.645,56	853.184.294,38	8,59%
Transferências Intergovernamentais	-	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-	-
Transferências do Exterior	-	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	13.905.962,79	3.977.810,90	249,59%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	9.236.218,15	28.506.136,37	-67,60%
Reavaliação de Ativos	-	16.887.401,02	-
Ganhos com Alienação	-	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	153.943,67	123.935,90	24,21%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	9.082.274,48	11.494.799,45	-20,99%
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	435.650,20	375.081,09	16,15%

Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	435.650,20	375.081,09	16,15%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	941.166.579,67	822.013.488,83	14,50%
Pessoal e Encargos	642.641.107,75	566.368.658,97	13,47%
Remuneração a Pessoal	509.733.144,21	439.213.969,50	16,06%
Encargos Patronais	103.397.710,92	98.231.128,37	5,26%
Benefícios a Pessoal	29.510.252,62	28.922.936,56	2,03%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	624,54	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	80.798.691,93	78.252.836,68	3,25%
Aposentadorias e Reformas	66.003.905,85	64.103.665,02	2,96%
Pensões	14.575.141,74	13.431.834,87	8,51%
Benefícios de Prestação Continuada	-	-	-
Benefícios Eventuais	103.900,00	93.600,00	11,00%
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	115.744,34	623.736,79	-81,44%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	74.916.931,47	69.180.740,39	8,29%
Uso de Material de Consumo	11.696.039,28	9.122.120,09	28,22%
Serviços	59.413.794,18	59.301.695,39	0,19%
Depreciação, Amortização e Exaustão	3.807.098,01	756.924,91	402,97%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	42.756,22	2.817,58	1417,48%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-	-
Juros e Encargos de Mora	42.756,22	2.247,39	1802,48%
Variações Monetárias e Cambiais	-	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	570,19	-
Aportes ao Banco Central	-	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-	-
Transferências e Delegações concedidas	109.819.637,08	78.788.788,62	39,38%
Transferências Intragovernamentais	95.363.206,87	74.792.217,64	27,50%
Transferências Intergovernamentais	-	-	-
Transferências a Instituições Privadas	131.811,00	95.028,00	38,71%
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-	-
Transferências ao Exterior	-	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	14.324.619,21	3.901.542,98	267,15%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	14.936.067,36	11.909.493,11	25,41%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	2.955.904,14	-
Perdas com Alienação	-	-	-
Perdas Involuntárias	7.137,55	3.554,90	100,78%
Incorporação de Passivos	14.717.838,76	8.903.401,05	65,31%
Desincorporação de Ativos	211.091,05	46.633,02	352,66%
Tributárias	8.108,20	27.073,09	-70,05%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	646,10	9.376,24	-93,11%
Contribuições	7.462,10	17.696,85	-57,83%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-	-

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	18.003.279,66	17.483.080,39	2,98%
Premiações	28.799,98	11.633,00	147,57%
Resultado Negativo de Participações	-	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-	-
Incentivos	17.476.425,17	17.209.619,78	1,55%
Subvenções Econômicas	-	-	-
Participações e Contribuições	-	-	-
Constituição de Provisões	-	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	498.054,51	261.827,61	90,22%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	9.439.608,56	64.439.731,32	-85,35%

5.3 Balanço orçamentário

O balanço orçamentário demonstra as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas. As receitas são detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Por sua vez, as despesas são detalhadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.228.988,00	1.228.988,00	690.296,40	-538.691,60
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	226.304,00	226.304,00	113.036,98	-113.267,02
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	226.304,00	226.304,00	107.586,80	-118.717,20
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	5.450,18	5.450,18
Receita Agropecuária	281.428,00	281.428,00	251.789,55	-29.638,45
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	721.256,00	721.256,00	205.885,00	-515.371,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	721.256,00	721.256,00	205.885,00	-515.371,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-

Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	119.584,87	119.584,87
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	16.672,24	16.672,24
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	102.912,63	102.912,63
Bens, Direitos e Valores incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	396.901.748,00	396.901.748,00	-	-396.901.748,00
Operações de Crédito	396.901.748,00	396.901.748,00	-	-396.901.748,00
Operações de Crédito Internas	396.901.748,00	396.901.748,00	-	-396.901.748,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	398.130.736,00	398.130.736,00	690.296,40	-397.440.439,60
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	398.130.736,00	398.130.736,00	690.296,40	-397.440.439,60
DÉFICIT			810.559.951,85	810.559.951,85
TOTAL	398.130.736,00	398.130.736,00	811.250.248,25	413.119.512,25
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	22.058.302,00	-	-22.058.302,00
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	22.058.302,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	791.659.536,00	805.606.108,00	799.425.321,75	775.645.544,97	713.253.321,77	6.180.786,25
Pessoal e Encargos sociais	669.587.707,00	690.631.410,00	679.464.704,64	679.374.704,64	623.615.313,79	11.166.705,36
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-

Outras Despesas Correntes	122.071.829,00	114.974.698,00	119.960.617,11	96.270.840,33	89.638.007,98	-
DESPESAS DE CAPITAL	2.191.517,00	10.303.247,00	11.824.926,50	1.355.294,03	1.004.366,53	4.985.919,11
Investimentos	2.191.517,00	10.303.247,00	11.824.926,50	1.355.294,03	1.004.366,53	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	793.851.053,00	815.909.355,00	811.250.248,25	777.000.839,00	714.257.688,30	4.659.106,75
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	793.851.053,00	815.909.355,00	811.250.248,25	777.000.839,00	714.257.688,30	4.659.106,75
TOTAL	793.851.053,00	815.909.355,00	811.250.248,25	777.000.839,00	714.257.688,30	4.659.106,75

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2020)	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.462.588,28	26.570.332,29	21.363.408,50	21.097.430,92	5.845.417,01	7.090.072,64
Pessoal e Encargos sociais	-	80.000,00	74.960,08	74.960,08	-	5.039,92
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	7.462.588,28	26.490.332,29	21.288.448,42	21.022.470,84	5.845.417,01	7.085.032,72
DESPESAS DE CAPITAL	2.598.552,07	40.547.832,40	30.298.689,00	30.023.219,32	749.159,24	12.374.005,91
Investimentos	2.598.552,07	40.547.832,40	30.298.689,00	30.023.219,32	749.159,24	12.374.005,91
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	10.061.140,35	67.118.164,69	51.662.097,50	51.120.650,24	6.594.576,25	19.464.078,55

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (2020)	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	141.126,85	61.009.567,14	60.917.132,63	19.705,40	213.855,96
Pessoal e Encargos sociais	-	57.138.769,10	57.138.769,10	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	141.126,85	3.870.798,04	3.778.363,53	19.705,40	213.855,96
DESPESAS DE CAPITAL	-	322.906,68	322.906,68	-	-
Investimentos	-	322.906,68	322.906,68	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	141.126,85	61.332.473,82	61.240.039,31	19.705,40	213.855,96

5.4 Balanço Financeiro

O balanço financeiro (BF) evidencia as receitas e despesas orçamentárias e os recebimentos e pagamentos extraorçamentários. Computam-se nele os restos a pagar inscritos nos ingressos extraorçamentários e pagos nos dispêndios extraorçamentários. Há ainda a demonstração dos saldos de recursos financeiros em caixa do exercício anterior e o saldo a iniciar o exercício seguinte, possibilitando a apuração do resultado financeiro do exercício.

ESPECIFICAÇÃO	INGRESSOS		ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANÁLISE VERTICAL (AV)
	2021	2020		
Receitas Orçamentárias	690.296,40	611.025,77	12,973%	0,064%
Ordinárias	-	-	-	-
Vinculadas	693.245,20	641.714,48	8,030%	0,064%
Educação	102.819,98	201.042,34	-48,857%	-
Previdência Social (RPPS)	-	-	-	-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	590.425,22	440.672,14	33,983%	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-2.948,80	-30.688,71	-90,391%	-
Transferências Financeiras Recebidas	926.457.645,56	853.184.294,38	8,588%	85,590%
Resultantes da Execução Orçamentária	831.150.041,08	786.558.113,28	5,669%	76,786%
Repasso recebido	773.082.947,20	724.879.199,71	6,650%	-
Sub-repasso Recebido	58.067.093,88	61.678.913,57	-5,856%	-
Independentes da Execução Orçamentária	95.307.604,48	66.626.181,10	43,048%	8,805%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	93.419.013,97	64.845.216,92	44,065%	-
Demais Transferências Recebidas	2.607,41	-	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.885.983,10	1.780.964,18	5,897%	-
Aporte ao RPPS	-	-	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	98.600.978,19	147.445.098,75	-33,127%	9,109%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	62.743.150,70	60.904.449,53	3,019%	5,797%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	34.249.409,25	67.118.164,69	-48,971%	3,164%

Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.317.044,73	827.863,33	59,090%	0,122%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	291.373,51	18.594.621,20	-98,433%	0,027%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		257,75		
Arrecadação de Outra Unidade	291.373,51	173.382,54	68,052%	-
Valores para Compensação		18.458,19		
Demais Recebimentos		18.402.522,72		
Saldo do Exercício Anterior	56.681.742,10	56.464.165,33	0,385%	5,237%
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.681.742,10	56.464.165,33	0,385%	5,237%
TOTAL	1.082.430.662,25	1.057.704.584,23	2,338%	100,00%

DISPÊNDIOS			ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANÁLISE VERTICAL (AV)
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020		
Despesas Orçamentárias	811.250.248,25	817.540.012,54	-0,769%	74,947%
Ordinárias	743.312.975,15	363.928.132,05	104,247%	68,671%
Vinculadas	67.937.273,10	453.611.880,49	-85,023%	6,276%
Educação	2.533.808,22	3.006.808,42	-15,731%	
Seguridade Social (Exceto Previdência)	34.100.667,51	4.629.959,56	636,522%	
Previdência Social (RPPS)	29.166.568,97	52.179.125,01	-44,103%	
Dívida Pública		95.804.075,47		
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.136.228,40	297.991.912,03	-99,283%	
Transferências Financeiras Concedidas	95.363.206,87	93.212.905,89	2,307%	8,810%
Resultantes da Execução Orçamentária	58.403.749,22	61.678.913,57	-5,310%	5,396%
Sub-repasse Concedido	58.067.093,88	61.678.913,57	-5,856%	-
Repasse devolvido	336.655,34			
Independentes da Execução Orçamentária	36.959.457,65	31.533.992,32	17,205%	3,414%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	36.549.958,65	31.130.388,22	17,409%	-
Demais Transferências Concedidas	12.610,51	24.854,22	-49,262%	-
Movimento de Saldos Patrimoniais	396.888,49	378.749,88	4,789%	-
Aporte ao RPPS	-	-		
Aporte ao RGPS	-	-		
Pagamentos Extraorçamentários	113.494.338,58	90.269.923,70	25,728%	10,485%
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	61.240.039,31	54.523.869,60	12,318%	5,658%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	51.120.650,24	34.936.893,91	46,323%	4,723%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.133.649,03	808.902,44	40,147%	0,105%
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	257,75		
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		257,75		
Saldo para o Exercício Seguinte	62.322.868,55	56.681.742,10	9,952%	5,758%
Caixa e Equivalentes de Caixa	62.322.868,55	56.681.742,10	9,952%	5,758%
TOTAL	1.082.430.662,25	1.057.704.584,23	2,338%	100,000%

5.5 Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração do fluxo de caixa evidencia entradas e saídas de caixa em diferentes fluxos financeiros: operacional, investimento e financiamento, com objetivo de demonstrar ao usuário a forma de obtenção e destinação dos recursos financeiros nas atividades da entidade.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
---	--	--

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANÁLISE VERTICAL (AV)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	36.991.618,98	18.273.744,23		
INGRESSOS	928.756.360,20	873.217.804,68	6,360%	100,000%
Receita Tributária	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	113.036,98	44.394,78	154,618%	0,012%
Receita Agropecuária	251.789,55	267.838,08	-5,992%	0,027%
Receita Industrial	-	1.816,00		
Receita de Serviços	205.885,00	95.848,55	114,802%	0,022%
Remuneração das Disponibilidades	-	-		
Outras Receitas Derivadas e Originárias	119.584,87	201.128,36	-40,543%	0,013%
Transferências Recebidas	-	-	-	-
Intergovernamentais	-	-	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-	-
Dos Municípios	-	-	-	-
Intragovernamentais	-	-	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-	-	-
Outros Ingressos Operacionais	928.066.063,80	872.606.778,91	6,356%	99,926%
Ingressos Extraorçamentários	1.317.044,73	827.863,33	59,090%	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		257,75		-
Transferências Financeiras Recebidas	926.457.645,56	853.184.294,38	8,588%	-
Arrecadação de Outra Unidade	291.373,51	173.382,54	68,052%	-
Valores para Compensação		18.458,19		-
Demais Recebimentos		18.402.522,72		-
DESEMBOLSOS	-	-	4,307%	100,000%
Pessoal e Demais Despesas	-	-	4,461%	77,969%
Legislativo	-	-	-	-
Judiciário	-	-	-	-
Essencial à Justiça	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-
Defesa Nacional	-	-	-	-
Segurança Pública	-	-	-	-
Relações Exteriores	-	-	-	-
Assistência Social	-	-	-	-
Previdência Social	-80.831.472,96	-77.019.026,67	4,950%	-
Saúde	-	-2.900,00	-	-
Trabalho	-	-	-	-
Educação	-	-	-	-
Cultura	612.953.302,33	588.463.261,95	4,162%	-
Direitos da Cidadania	-	-	-	-
Urbanismo	-	-	-	-
Habitação	-	-	-	-
Saneamento	-	-	-	-
Gestão Ambiental	-	-	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-	-	-
Agricultura	-568.113,70	-	-	-
Organização Agrária	-525.975,56	-	-	-
Indústria	-	-	-	-
Comércio e Serviços	-	-	-	-
Comunicações	-	-	-	-
Energia	-	-	-	-
Transporte	-	-	-	-
Desporto e Lazer	-416.921,50	-119.249,16	249,622%	-

Encargos Especiais	-4.381,58	-4.162,18	5,271%	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-257,75	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-	-	-
Transferências Concedidas	-99.967.717,69	-95.313.394,41	4,883%	11,210%
Intergovernamentais	-	-	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-	-	-
A Municípios	-	-	-	-
Intragovernamentais	-99.835.906,69	-95.218.366,41	4,849%	
Outras Transferências Concedidas	-131.811,00	-95.028,00	38,708%	
Outros Desembolsos Operacionais	-96.496.855,90	-94.021.808,33	2,632%	10,821%
Dispêndios Extraorçamentários	-1.133.649,03	-808.902,44	40,147%	
Transferências Financeiras Concedidas	-95.363.206,87	-93.212.905,89	2,307%	

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANÁLISE VERTICAL (AV)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-31.350.492,53	-18.056.167,46		
INGRESSOS	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-31.350.492,53	-18.056.167,46	73,628%	100,000%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-31.122.589,03	-17.672.460,28	76,108%	99,273%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-227.903,50	-383.707,18	-40,605%	0,727%

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANÁLISE VERTICAL (AV)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-		
INGRESSOS	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-	-	-

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANÁLISE VERTICAL (AV)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.641.126,45	217.576,77	2492,706%	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	56.681.742,10	56.464.165,33	0,385%	-
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	62.322.868,55	56.681.742,10	9,952%	-

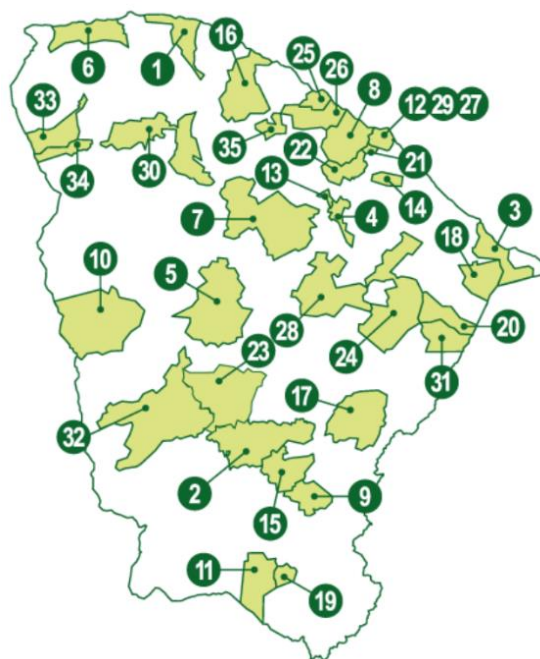
5.5.1 Notas explicativas

5.5.1.1 ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO ÓRGÃO

A estrutura do IFCE passou a ser composta, em 2018, por 30 *campi*, 2 *campi* avançados, 1 *campus* em fase de implantação, 1 polo de inovação e 1 reitoria, sendo todos uma autarquia federal pertencente à administração indireta do Ministério da Educação.

Tabela 1 - Lista das Unidades Gestoras vinculadas

UNIDADES	UG	CNPJ
01 - Acaraú	158322	10.744.098/0011-17
02 - Acopiara	158969	10.744.098/0032-41
03 - Aracati	158958	10.744.098/0021-99
04 - Baturité	158951	10.744.098/0014-60
05 - Boa Viagem	158968	10.744.098/0031-61
06 - Camocim	158961	10.744.098/0024-31
07 - Canindé	158323	10.744.098/0012-06
08 - Caucaia	158960	10.744.098/0023-50
09 - Cedro	158318	10.744.098/0007-30
10 - Crateús	158324	10.744.098/0013-89
11 - Crato	158321	10.744.098/0010-36
12 - Fortaleza	158313	10.744.098/0002-26
13 - Guaramiranga (Avançado)	158962	10.744.098/0025-12
14 - Horizonte	158967	10.744.098/0030-80
15 - Iguatu	158320	10.744.098/0008-11
16 - Itapipoca	158965	10.744.098/0028-65
17 - Jaguaribe	158955	10.744.098/0018-93
18 - Jaguaruana (Avançado)	158963	10.744.098/0026-01
19 - Juazeiro do Norte	158316	10.744.098/0005-79
20 - Limoeiro do Norte	158314	10.744.098/0003-07
21 - Maracanaú	158319	10.744.098/0009-00
22 - Maranguape	158973	10.744.098/0033-22
23 - Mombaça	000973	-
24 - Morada Nova	158954	10.744.098/0017-02
25 - Paracuru	158966	10.744.098/0029-46
26 - Pecém	158974	10.744.098/0034-03
27 - Polo de Inovação Fortaleza	158964	10.744.098/0027-84
28 - Quixadá	158315	10.744.098/0004-98
29 - Reitoria	158133	10.744.098/0001-45
30 - Sobral	158317	10.744.098/0006-50
31 - Tabuleiro do Norte	158953	10.744.098/0016-21
32 - Tauá	158952	10.744.098/0015-40
33 - Tianguá	158956	10.744.098/0019-74
34 - Ubajara	158959	10.744.098/0022-70
35 - Umirim	158957	10.744.098/0020-08



5.5.1.2 BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP do IFCE foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei Nº 4.320/1964, do Decreto-Lei Nº 200/1967, do Decreto Nº 93.872/1986, da Lei Nº 10.180/2001 e da Lei Complementar Nº 101/2000. Abrangem também as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As informações constantes nas DCASP foram extraídas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e tiveram como escopo os dados consolidados das contas contábeis das unidades que compõem o órgão 26405 - Instituto Federal do Ceará (IFCE), autarquia federal da administração indireta integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer aos diversos usuários informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, quais sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa em determinado período ou exercício financeiro.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis estão de acordo com o padrão da contabilidade aplicada ao setor público brasileiro e são compostas por:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. Balanço Financeiro (BF);
- V. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- VI. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto Nº 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas orçamentárias e extraorçamentárias sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no BF, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

5.5.1.3 RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Estão elencados abaixo os critérios e políticas contábeis aplicados ao IFCE, com base nos conceitos definidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e parâmetros do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

5.5.1.3.1 Moeda

A moeda utilizada pelo IFCE é o real.

5.5.1.3.2 Caixa e equivalentes de caixa (disponibilidades)

Incluem dinheiro em caixa, conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados ou avaliados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis, estes, contabilizados em contas de resultado.

5.5.1.3.3 Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com: créditos tributários, créditos não tributários, dívida ativa, transferências concedidas, empréstimos e financiamentos concedidos, adiantamentos e valores a compensar. São mensurados ou avaliados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros.

5.5.1.3.4 Estoques

Compreendem os materiais em almoxarifado (para consumo na prestação de serviço, distribuição, entre outros), mercadorias para revenda, produtos acabados e em elaboração. Na entrada, esses bens são mensurados ou avaliados pelo valor de aquisição, produção e construção ou valor realizável líquido, sendo considerado o menor valor. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, atualmente gerenciado no IFCE pelo Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP).

5.5.1.3.5 Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. As transferências externas desses ativos são realizadas pelo valor contábil líquido, com base nos registros contábeis e relatórios do sistema SUAP. Internamente, entre unidades gestoras do IFCE, são realizadas as transferências com o valor de aquisição e da respectiva depreciação acumulada em contas contábeis específicas.

5.5.1.3.6 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de

aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida). Os intangíveis de vida útil indefinida devem passar pelo teste de recuperabilidade (*impairment*).

5.5.1.3.7 Depreciação de bens móveis, imóveis e amortização de bens intangíveis

A base de cálculo para a depreciação e amortização é o custo do ativo, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e a dos bens móveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Os bens móveis do IFCE têm sua depreciação apurada no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), reconhecida contabilmente mediante o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), tendo como base:

- a) método das quotas constantes;
- b) utilização da tabela definida pela Coordenação-Geral de Contabilidade - CCONT/SUCON/STN/MF, integrante do Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30, com determinação da vida útil e valor residual dos bens agregados por conta contábil.

A depreciação dos bens imóveis do IFCE é apurada mensalmente através do Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial (SPIUnet), sob responsabilidade da Secretaria de Patrimônio da União (SPU) nos termos da Portaria Conjunta MF/MPOG Nº 703, de 10 de dezembro de 2014. Para fins contábeis, após mensuração e lançamento nos sistemas corporativos da SPU, os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais são:

- a) atualizados sistemicamente, a cada ano, na data-base de 31 de dezembro, independentemente da classificação;
- b) Reavaliados aqueles nos quais:
 - seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU;
 - haja alteração de área construída, independentemente do valor investido;
 - seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como: incêndio, desmoraonamento, desabamento, arruinamento, entre outros.

Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e comunicado à SPU.

A amortização dos bens intangíveis do IFCE com vida útil definida é apurada no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e reconhecida contabilmente por intermédio do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), tendo como base:

- a) estimativa de vida útil individualizada;
- b) método das quotas constantes.

A estimativa de vida útil, que determina o período de amortização do bem intangível, deve ser revisada ao final de cada exercício.

5.5.1.3.8 Passivos circulantes e não circulantes

As obrigações do IFCE são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

5.5.1.3.9 Ajustes de exercícios anteriores

A conta de Ajustes de Exercícios Anteriores tem a finalidade de registrar os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes. Tais ajustes compõem a linha de resultados acumulados no balanço patrimonial e recebem registros aumentativos e diminutivos que afetam diretamente o patrimônio líquido do órgão sem transitar pelas contas de resultado, uma vez que se referem a exercícios encerrados.

5.5.1.3.10 Restos a pagar

De acordo com a Lei Nº 4.320/1964, os restos a pagar correspondem às despesas empenhadas, mas que não foram pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro. No encerramento de cada exercício financeiro, essas despesas devem ser registradas contabilmente como obrigações a pagar do exercício seguinte e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, restos a pagar referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento. Segregam-se em “processados” quando em 31 de dezembro são empenhos liquidados a pagar (mas não pagos) e em “não processados” quando não houve a entrega ou realização do objeto de despesa empenhado.

5.5.1.4 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante é um grupo do ativo que demonstra as disponibilidades financeiras, os bens e direitos que serão convertidos em dinheiro, o estoque de materiais que serão consumidos, no curto prazo, na produção de serviços públicos prestados pela entidade ou ativos mantidos para venda no curso operacional. A análise horizontal indica diminuição do ativo circulante em 9,897% no exercício de 2021 comparado ao ano anterior.

ATIVO			ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANÁLISE VERTICAL (AV)
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020		

ATIVO CIRCULANTE	94.845.796,03	105.263.451,17	-9,897%	12,092%
Caixa e Equivalentes de Caixa	62.322.868,55	56.681.742,10	9,952%	7,946%
Créditos a Curto Prazo	23.744.234,87	36.523.015,97	-34,988%	3,027%
Demais Créditos e Valores	23.744.234,87	36.523.015,97	-34,988%	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-		-
Estoques	8.746.734,33	12.047.371,27	-27,397%	1,115%
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-		-
VPDs Pagas Antecipadamente	31.958,28	11.321,83	182,271%	0,004%

5.5.1.5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O subgrupo de “caixa e equivalentes de caixa” compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrição para uso imediato.

A entidade realiza suas movimentações financeiras pela liberação de limite-saque da Conta Única do Tesouro Nacional para entidades pertencentes ao orçamento fiscal e seguridade social - OFSS.

A tabela a seguir, demonstra a composição dos recursos de caixa e equivalentes de caixa, evidenciando o saldo de R\$ 62.322.868,55 em 31 de dezembro de 2021, o qual apresentou variação de 9,95% em comparação ao exercício anterior.

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ANÁLISE HORIZONTAL (AH)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	R\$ 62.322.868,55	R\$ 56.681.742,10	9,95%
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	R\$ 7.624,56	R\$ 7.624,56	0,00%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - OFSS	R\$ 3.740.504,56	R\$ 3.602.063,99	3,84%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento - Ordem de Pagamento - OFSS	R\$ 58.574.739,43	R\$ 53.072.053,55	10,37%

5.5.1.6 CRÉDITOS DE CURTO PRAZO

Os créditos de curto prazo compreendem os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, multas contratuais administrativas, créditos por dano ao patrimônio, direitos por adiantamentos concedidos, entre outros.

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ANÁLISE HORIZONTAL (AH)
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	R\$ 23.744.234,87	R\$ 36.523.015,97	-34,988%
Adiantamentos concedidos	R\$ 22.669.894,84	R\$ 35.439.237,72	-36,032%
13º salário - adiantamento	R\$ 0,00	R\$ 35.005.206,79	-
Adiantamento de férias	R\$ 21.686.706,45	R\$ 0,00	-
Salários e ordenados - pagamento antecipado	R\$ 981.808,57	R\$ 432.651,11	126,928%
Adiantamentos a fornecedores	R\$ 1.379,82	R\$ 1.379,82	0,000%

Créditos por danos ao patrimônio	R\$ 301.249,78	R\$ 301.249,78	0,000%
Cred a rec por dano ao patrimônio	R\$ 301.249,78	R\$ 301.249,78	0,000%
Outros créditos a rec e valores a curto prazo	R\$ 773.090,25	R\$ 782.528,47	-1,206%
Outros cred a rec e valores a curto prazo	R\$ 52.370,23	R\$ 39.874,70	31,337%
Valores a recup por indenização sinistros pg	R\$ 18.389,79	R\$ 18.389,79	0,000%
Vales, tickets e bilhetes	R\$ 3.203,20	R\$ 3.203,20	0,000%
Valores em transito realizaveis a curto prazo	R\$ 587,02	R\$ 12.783,31	-95,408%
Créditos a rec decor de infraç leg e contratuais	R\$ 24.691,82	R\$ 0,00	-
Créditos a rec por reemb salario maternidade pg	R\$ 5.498,40	R\$ 5.498,40	0,000%
Outros cred a rec e valores a cp - intra ofss	R\$ 720.720,02	R\$ 742.653,77	-2,953%
Adiantamento - termo execucao descentralizada	R\$ 720.720,02	R\$ 742.653,77	-2,953%

5.5.1.7 ESTOQUES

Os estoques compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades (MCASP 8ª edição). São utilizados na produção de serviços públicos ou distribuídos gratuitamente aos discentes em ações voltadas à assistência estudantil.

5.5.1.8 VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE

As variações patrimoniais diminutivas (VPDs) pagas antecipadamente constituem direitos da entidade sobre serviços que serão prestados futuramente, reduzidos à medida que o fornecedor os executa. A evolução de 182,27% em relação ao período anterior se deu devido a contratação de seguros e assinatura de periódicos no exercício.

ATIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ANÁLISE HORIZONTAL (AH)
ATIVO CIRCULANTE	R\$ 94.845.796,03	R\$ 105.263.451,17	-9,897%
VPDs PAGAS ANTECIPADAMENTE	R\$ 31.958,28	R\$ 11.321,83	182,27%

5.5.1.9 ATIVO NÃO CIRCULANTE

O ativo não circulante demonstra os ativos de menor grau de conversibilidade da entidade realizáveis a longo prazo e ativos permanentes utilizados na produção de bens ou serviços, tangíveis e intangíveis. Representa 87,90% do ativo total da entidade e apresentou um aumento de 2,348% comparado ao exercício anterior.

5.5.1.10 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O subgrupo “realizável a longo prazo” evidencia as contas de créditos a serem realizados em prazo superior a 12 meses, contados da data da demonstração contábil. O IFCE possui créditos relacionados a dívida ativa não tributária e ao registro de depósitos judiciais.

ATIVO			ANÁLISE HORIZONTAL (AH)
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	689.501.736,36	673.682.795,39	2,348%
Ativo Realizável a Longo Prazo	634.895,54	620.998,71	2,238%
Créditos a Longo Prazo	634.895,54	620.998,71	2,238%
Dívida Ativa Não Tributária	530.020,45	530.020,45	0,000%
Demais Créditos e Valores	104.875,09	90.978,26	15,275%

5.5.1.11 IMOBILIZADO

O imobilizado representa os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No ano de 2021, o IFCE apresentou um saldo de R\$ 687.975.997,16 de ativo imobilizado líquido (após depreciação), sendo composto por 29,72% de bens móveis e 70,28% de bens imóveis.

Houve uma notável variação na depreciação acumulada dos bens, correspondendo a um aumento de 162,71% em relação ao ano anterior. A causa dessa variação são os ajustes realizados no processo de implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS). Com isso, as unidades têm conciliado seus saldos com os relatórios apresentados pelo Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) e reconhecido a depreciação dos bens tanto do exercício corrente como de exercícios anteriores em que não houve o devido registro por inconsistências do SUAP.

ATIVO	2021	2020	ANÁLISE HORIZONTAL (AH)
Imobilizado	687.975.997,16	672.006.032,65	2,376%
Bens Móveis	204.438.830,94	203.631.041,58	0,397%
Bens Móveis	229.204.694,81	213.058.313,86	7,578%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-24.765.426,55	-9.426.834,96	162,712%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-437,32	-437,32	0,000%
Bens Imóveis	483.537.166,22	468.374.991,07	3,237%
Bens Imóveis	488.326.811,28	472.992.347,63	3,242%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-4.789.645,06	-4.617.356,56	3,731%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-

Os bens móveis da entidade totalizaram em 31/12/2021 o valor de R\$ 204.438.830,94 (valores líquidos). São compostos em sua maioria por máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas (37,98%), móveis e utensílios (28,53%), bens de informática (22,68%) e veículos (11,64%).

Bens Móveis - Composição	2021	Análise Vertical	2020	Análise Horizontal
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	77.651.547,19	37,983%	73.616.114,27	5,48%
Bens de Informática	46.370.525,25	22,682%	39.493.562,86	17,41%
Móveis e Utensílios	58.331.228,55	28,532%	54.721.243,50	6,60%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	20.675.340,99	10,113%	19.206.073,61	7,65%
Veículos	23.803.594,62	11,643%	23.626.478,57	0,75%
Peças e Conjuntos de Reposição	30.726,62	0,015%	27.206,62	12,94%
Bens Móveis em Andamento	3.816,50	0,002%	-	-
Bens Móveis em Almoxarifado	71.372,22	0,035%	71.372,22	0,00%
Armamentos	8.738,90	0,004%	8.738,90	0,00%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	518.007,94	0,253%	379.337,89	36,56%
Demais Bens Móveis	1.739.796,03	0,851%	1.908.185,42	-8,82%
Depreciação / Amortização Acumulada	-24.765.426,55	-12,114%	-9.426.834,96	162,71%
Redução ao Valor Recuperável	-437,32	-0,0002%	-437,32	0,00%
Total	204.438.830,94	100%	203.631.041,58	0,40%

Os bens móveis do IFCE estão assim distribuídos:

Bens Móveis		2021
UG Executora		Valor (em R\$)
158133	REITORIA	13.529.565,57
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	57.444.732,70
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	8.916.196,44
158315	CAMPUS QUIXADÁ/IFCE	7.902.309,53
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	11.485.748,03
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	10.355.669,87
158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	6.728.597,50
158319	CAMPUS MARACANAÚ/IFCE	17.882.587,34
158320	CAMPUS IGUATU/IFCE	11.004.031,65
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	14.684.973,92
158322	CAMPUS ACARAÚ/IFCE	5.524.451,43
158323	CAMPUS CANINDÉ/IFCE	6.095.936,58
158324	CAMPUS CRATEÚS/IFCE	5.759.476,28
158951	CAMPUS BATURITE/IFCE	2.100.596,86
158952	CAMPUS TAUÁ/IFCE	2.922.290,57
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	5.094.142,65
158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	3.594.949,73
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	2.834.958,60
158956	CAMPUS TIANGUÁ/IFCE	3.850.264,58
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	3.038.460,13
158958	CAMPUS ARACATI/IFCE	2.671.632,26
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	2.154.981,72
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	3.999.259,50
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	2.678.880,14
158962	CAMPUS GUARAMIRANGA/IFCE	34.425,53
158963	CAMPUS JAGUARUANA/IFCE	201.696,84
158965	CAMPUS ITAIPPOCA/IFCE	2.702.588,83

158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	2.437.059,93
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	2.675.441,45
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	3.852.645,44
158969	CAMPUS ACOPIARA/IFCE	2.492.787,92
158973	CAMPUS MARANGUAPE/IFCE	2.553.355,29
Total		229.204.694,81

Os bens imóveis do IFCE, em 31 de dezembro de 2021, totalizavam R\$ 483.537.166,22 (valor líquido) e estão distribuídos conforme tabelas abaixo:

Bens Imóveis - Composição	2021	2020
Bens de Uso Especial	403.037.382,89	402.511.789,51
Bens Imóveis em Andamento	79.301.278,34	65.126.958,05
Benfeitorias em Propriedade de Terceiros	13.861,58	13.861,58
Instalações	5.974.288,47	5.339.738,49
Deprec./Amort. Acumulada - Bens Imóveis	-4.789.645,06	-4.617.356,56
Total	483.537.166,22	468.374.991,07

Bens IFCE		2021
UG Executora		Valor (em R\$)
158133	REITORIA	100.282.113,35
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	86.428.764,99
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	18.881.967,78
158315	CAMPUS QUIXADÁ/IFCE	10.072.135,89
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	17.542.692,04
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	5.562.154,81
158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	8.352.052,97
158319	CAMPUS MARACANAÚ/IFCE	23.380.624,56
158320	CAMPUS IGUATU/IFCE	18.012.740,63
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	21.392.250,23
158322	CAMPUS ACARAÚ/IFCE	9.908.469,74
158323	CAMPUS CANINDÉ/IFCE	7.635.323,46
158324	CAMPUS CRATEÚS/IFCE	16.313.270,41
158951	CAMPUS BATURITÉ/IFCE	5.440.710,55
158952	CAMPUS TAUÁ/IFCE	6.817.104,38
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	9.189.948,34
158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	4.888.377,33
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	8.386.331,12
158956	CAMPUS TIANGUÁ/IFCE	13.136.265,26
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	8.244.818,13
158958	CAMPUS ARACATI/IFCE	24.847.999,87
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	7.427.280,43
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	11.454.260,83
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	5.705.392,22
158962	CAMPUS GUARAMIRANGA/IFCE	2.984.453,34

158963	CAMPUS JAGUARUANA/IFCE	2.961.718,38
158964	POLO DE INOVAÇÃO FORTALEZA/IFCE	97.154,00
158965	CAMPUS ITAÍPOCA/IFCE	1.996.702,00
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	13.213.975,07
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	7.981.553,86
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	9.565.073,46
158969	CAMPUS ACOPIARA/IFCE	126.045,79
158973	CAMPUS MARANGUAPE/IFCE	97.086,06
Total		488.326.811,28

5.5.1.12 INTANGÍVEL

Os bens intangíveis são ativos incorpóreos destinados à manutenção da atividade ou exercidos com essa finalidade. Enquadram-se nessa categoria os *softwares* adquiridos ou desenvolvidos no órgão utilizados na prestação dos serviços, marcas, direitos e patentes, além de direitos de uso.

O IFCE possui R\$ 890.843,66 em bens intangíveis após dedução da respectiva amortização acumulada, sendo composto por *softwares* e marcas, direitos e patentes industriais.

Intangível - Composição				
UG EXECUTORA		ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
158133	REITORIA	Software com Vida Útil Definida	508.092,35	512.450,35
		Software com Vida Útil Indefinida	30.469,67	19.219,67
		Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	14.199,00	14.199,00
		Amortização Acumulada	-	0,00
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	Software com Vida Útil Definida	295.373,22	237.415,22
		Marcas, Direitos, Patentes - Vida Útil Definida	635,33	635,33
		Amortização Acumulada	-3.789,90	
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	Software com Vida Útil Definida	2.990,00	
158315	CAMPUS QUIXADÁ/IFCE	Software com Vida Útil Definida	450,00	450,00
		Software com Vida Útil Indefinida	35.468,00	35.468,00
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	Software com Vida Útil Definida	128.344,00	128.344,00
		Software com Vida Útil Indefinida	2.487,18	2.487,18
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	Software com Vida Útil Definida	31.192,70	31.192,70
		Software com Vida Útil Indefinida	1.521,00	1.521,00
158319	CAMPUS MARACANAÚ/IFCE	Software com Vida Útil Definida	9.725,82	9.725,82
158321	CAMPUS CRATO/IFCE	Software com Vida Útil Definida	3.801,99	3.801,99
158322	CAMPUS ACARAÚ/IFCE	Software com Vida Útil Definida	18.500,74	18.500,74
158324	CAMPUS CRATEÚS/IFCE	Software com Vida Útil Indefinida	8.370,00	8.370,00
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	Software com Vida Útil Definida	470,00	470,00
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	Software com Vida Útil Indefinida	953,96	953,96
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	Software com Vida Útil Definida	27.385,00	22.015,00

		Software com Vida Útil Indefinida	40.211,43	4.942,43
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	Software com Vida Útil Definida	1.243,59	1.243,59
		Amortização Acumulada	-466,27	-341,95
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	Software com Vida Útil Definida	2.700,00	2.700,00
TOTAL			890.843,66	1.055.764,03

5.5.1.13 PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante são obrigações presentes com terceiros, com prazos estabelecidos ou esperados no curto prazo, e ainda retenções de valores de terceiros em que a entidade é fiel depositária.

Em 2021, as obrigações de curto prazo da entidade representaram 99,15% do passivo total da entidade, no valor de R\$ 175.634.655,40, apresentando variação positiva de 32,64% em relação a 2020.

PASSIVO			ANÁLISE HORIZONTAL (AH)
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	
PASSIVO CIRCULANTE	175.634.655,40	132.419.307,25	32,64%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	100.984.910,88	67.904.347,72	48,72%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.866.766,69	1.401.638,40	247,22%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-	-
Obrigações de Repartição a Outros Entes	2.930,33	-	-
Provisões a Curto Prazo	-	-	-
Demais Obrigações a Curto Prazo	69.780.047,50	63.113.321,13	10,56%

5.5.1.14 FORNECEDORES A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2021, o IFCE apresentou um saldo em aberto de R\$ 4.869.642,36 (curto prazo), relacionado a fornecedores e contas a pagar, um aumento de 246,71% em relação ao exercício anterior. Na tabela a seguir, relacionam-se as unidades gestoras executoras contratantes com seus respectivos valores de fornecedores na data-base de 31 de dezembro de 2021.

Fornecedores e Contas a Pagar - Por UG Contratante - Órgão			
Unidade Gestora		2021	2020
158133	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARA	126.747,52	75.663,46
158313	CAMPUS FORTALEZA/IFCE	3.177.662,97	216.921,54
158314	CAMPUS LIMOEIRO DO NORTE/IFCE	112.654,36	173.373,68
158315	CAMPUS QUIXADÁ/IFCE	76.865,31	22.038,81
158316	CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/IFCE	2.218,72	35.625,21
158317	CAMPUS SOBRAL/IFCE	14.578,32	51.701,64
158318	CAMPUS CEDRO/IFCE	-	1.590,42
158319	CAMPUS MARACANAÚ/IFCE	207.860,62	341.145,17
158320	CAMPUS IGUATU/IFCE	-	178.968,13

158321	CAMPUS CRATO/IFCE	280.638,76	38.502,72
158322	CAMPUS ACARAÚ/IFCE	32.215,41	4.357,77
158323	CAMPUS CANINDÉ/IFCE	34.908,73	71.436,57
158324	CAMPUS CRATEÚS/IFCE	3.123,31	-
158951	CAMPUS BATURITÉ/IFCE	20.347,70	-
158952	CAMPUS TAUÁ/IFCE	103.120,12	36.618,55
158953	CAMPUS TABULEIRO DO NORTE/IFCE	-	11.612,96
158954	CAMPUS MORADA NOVA/IFCE	229.603,63	-
158955	CAMPUS JAGUARIBE/IFCE	10.617,81	14.476,79
158956	CAMPUS TIANGUÁ/IFCE	58.400,53	-
158957	CAMPUS UMIRIM/IFCE	215.162,22	65.728,17
158959	CAMPUS UBAJARA/IFCE	22.335,94	-
158960	CAMPUS CAUCAIA/IFCE	21.872,53	1.941,00
158961	CAMPUS CAMOCIM/IFCE	33.759,63	9.756,69
158964	POLO DE INOVAÇÃO FORTALEZA/IFCE	20.377,84	19.340,64
158965	CAMPUS ITAPIOCA/IFCE	-	7.598,04
158966	CAMPUS PARACURU/IFCE	-	25.092,24
158967	CAMPUS HORIZONTE/IFCE	36.051,53	-
158968	CAMPUS BOA VIAGEM/IFCE	-	294,00
158969	CAMPUS ACOPIARA/IFCE	3.485,30	-
158973	CAMPUS MARANGUAPE/IFCE	25.033,55	757,33
TOTAL		4.869.642,36	1.404.541,53

5.5.1.15 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Em 31 de dezembro de 2021, o IFCE possuía um saldo de R\$ 146.393.093,68 referente a obrigações contratuais. Trata-se de parcelas de contratos que serão executadas ao longo do exercício corrente e exercícios futuros. A tabela a seguir apresenta essas obrigações segregando-as de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Obrigações Contratuais - Composição - Órgão		
Obrigações Contratuais	2021	2020
Aluguéis	10.672,45	10.672,45
Fornecimento de Bens	34.223.546,92	48.305.921,62
Seguros	215.044,90	973.962,21
Serviços	111.943.829,41	99.074.091,39
Total	146.393.093,68	148.364.647,67

As obrigações contratuais com serviços representam a maioria do total das obrigações assumidas pela entidade e apresentou variação positiva de 12,99% em relação ao ano anterior.

5.5.1.16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO PATRIMONIAL

O patrimônio líquido do órgão, ao término do exercício de 2021, apresentou o valor de R\$ 607.214.951,52, composto por resultados do exercício corrente e de anteriores.

O resultado patrimonial é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, apuradas na demonstração das variações patrimoniais (DVP). O resultado patrimonial, em 31 de dezembro de 2021, foi positivo no montante de R\$ 9.439.608,56, apresentando uma diminuição de 85,35% em relação ao resultado apresentado ao final do exercício anterior.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO			ANÁLISE HORIZONTAL (AH)
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	
Resultados Acumulados	607.214.951,52	642.726.635,52	-5,53%
Resultado do Exercício	9.439.608,56	64.439.731,32	-85,35%
Resultados de Exercícios Anteriores	642.726.635,52	581.523.020,74	10,52%
Ajustes de Exercícios Anteriores	-44.951.292,56	-3.236.116,54	1289,05%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	607.214.951,52	642.726.635,52	-5,53%

Destaca-se a variação positiva de 1289,05% dos ajustes de exercícios anteriores, ocasionados pelo reconhecimento da depreciação acumulada de bens móveis e consumo de materiais em estoque durante o processo de implantação do SIADS, não realizados em época própria por inconsistências no SUAP.

5.5.1.17 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

As variações patrimoniais aumentativas, em 31 de dezembro de 2021, totalizam R\$ 950.606.188,23, um aumento de 7,24% em relação ao ano anterior. São compostas majoritariamente por transferências e delegações recebidas, com R\$ 940.363.608,35 (98,92%), que consistem em repasses e sub-repasses de recursos financeiros concedidos ao IFCE e às suas unidades para a execução orçamentária e de restos a pagar.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2021	2020	ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANÁLISE VERTICAL (AV)
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	570.711,53	409.897,41	39,23%	0,06%
Transferências e Delegações recebidas	940.363.608,35	857.162.105,28	9,71%	98,92%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	9.236.218,15	28.506.136,37	-67,60%	0,97%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	435.650,20	375.081,09	16,15%	0,05%
TOTAL	950.606.188,23	886.453.220,15	7,24%	100,00%

5.5.1.18 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

As variações patrimoniais diminutivas, em 31 de dezembro de 2021, totalizaram R\$ 941.166.579,67, um aumento de 14,50% em relação ano anterior. As principais variações patrimoniais diminutivas, com base na tabela abaixo, são as despesas com pessoal e encargos (68,28%), transferências e delegações concedidas (11,67%), benefícios previdenciários e assistenciais (8,58%) e uso de bens, serviços e consumo de capital fixo (7,96%).

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2021	2020	ANÁLISE HORIZONTAL (AH)	ANÁLISE VERTICAL (AV)
Pessoal e Encargos	642.641.107,75	566.368.658,97	13,47%	68,281%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	80.798.691,93	78.252.836,68	3,25%	8,585%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	74.916.931,47	69.180.740,39	8,29%	7,960%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	42.756,22	2.817,58	1417,48%	0,005%
Transferências e Delegações concedidas	109.819.637,08	78.788.788,62	39,38%	11,668%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	14.936.067,36	11.909.493,11	25,41%	1,587%
Tributárias	8.108,20	27.073,09	-70,05%	0,001%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	18.003.279,66	17.483.080,39	2,98%	1,913%
TOTAL	941.166.579,67	822.013.488,83	14,50%	100,00%

O grupo pessoal e encargos representa 68,28% do total das variações patrimoniais diminutivas. Houve aumento de 13,47% em relação ao ano de 2020.

5.5.1.19 REMUNERAÇÃO COM PESSOAL

Os gastos com remuneração a pessoal, no exercício de 2021, totalizaram R\$ 509.733.144,21, sendo 38,40% relativos aos vencimentos e salários e 39,38% às gratificações. A seguir, a tabela detalha a composição dos gastos com remuneração a pessoal no exercício.

REMUNERAÇÃO COM PESSOAL - COMPOSIÇÃO	2021	Análise Vertical (AV)
3.1.1.1.1.00.00 REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - RPPS	R\$ 505.356.040,23	-
3.1.1.1.1.01.00 VENCIMENTOS E SALÁRIOS	R\$ 195.770.546,90	38,406%
3.1.1.1.1.02.00 ABONOS	R\$ 2.762.425,49	0,542%
3.1.1.1.1.03.00 ADICIONAIS	R\$ 676.504,41	0,133%
3.1.1.1.1.04.00 GRATIFICAÇÕES	R\$ 200.769.819,03	39,387%
3.1.1.1.1.05.00 FÉRIAS - RPPS	R\$ 42.117.719,75	8,263%
3.1.1.1.1.06.00 13º SALÁRIO - RPPS	R\$ 39.333.029,70	7,716%
3.1.1.1.1.09.00 SENTENÇAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO RPPS	R\$ 17.808.552,54	3,494%
3.1.1.1.1.99.00 OUTROS VENC.E VANTAG.FIXAS E VARIÁVEIS RPPS	R\$ 6.117.442,41	1,200%
3.1.1.2.1.00.00 REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - RGPS	R\$ 3.766.509,76	-
3.1.1.2.1.01.00 VENCIMENTOS E SALÁRIOS	R\$ 3.521.841,26	0,691%
3.1.1.2.1.05.00 FÉRIAS - RGPS	R\$ 232.004,91	0,046%
3.1.1.2.1.08.00 INDENIZAÇÕES - RGPS	R\$ 6.904,82	0,001%
3.1.1.2.1.99.00 OUTROS VENCIM.E VANTAGENS FIXAS E VARIÁVEIS	R\$ 5.758,77	0,001%
3.1.1.3.1.00.00 REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO MILITAR - RPPS	R\$ 610.594,22	-
3.1.1.3.1.09.00 SENTENÇAS JUDICIAIS - PESSOAL ATIVO MILITAR	R\$ 610.594,22	0,120%
TOTAL	R\$ 509.733.144,21	100,00%

5.5.1.20 EXECUÇÃO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

O IFCE apresentou o montante de R\$ 690.296,40 de receitas realizadas ao término do exercício de 2021, compostas unicamente na categoria receitas correntes.

CATEGORIA ECONÔMICA	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
RECEITAS CORRENTES	1.228.988,00	690.296,40
RECEITAS DE CAPITAL	396.901.748,00	-

TOTAL	398.130.736,00	690.296,40
--------------	-----------------------	-------------------

As receitas correntes, que são receitas auferidas com esforço próprio de arrecadação e afetam positivamente o patrimônio da entidade, estão distribuídas nas seguintes espécies:

Receitas orçamentárias por Natureza		2021 - Receitas Realizadas		Análise Vertical (AV)
Receita patrimonial	Aluguéis e arrendamentos-principal	98.946,31	113.036,98	16,38%
	Conc/perm/aut/cessão dir.uso imov.pub-princ.	8.640,49		
	Demais receitas patrimoniais-principal	5.450,18		
Receita agropecuária	Receita agropecuária-principal	251.789,55	251.789,55	36,48%
Receitas de serviços	Serv.administrat.e comerciais gerais-princ.	35.405,00	205.885,00	29,83%
	Inscr.em concursos e proc.seletivos-principal	150.300,00		
	Serviços de informação e tecnologia-principal	20.180,00		
Outras receitas correntes	Multas e juros previstos em contratos-princ.	16.672,24	119.584,87	17,32%
	Indeniz.p/danos causados ao patr.pub.-princ.	346,45		
	Restit.desp.primárias ex.anteriores-princ.	102.566,18		
TOTAL		690.296,40		100,00%

As receitas agropecuárias representaram a maior fatia das receitas correntes realizadas com 36,48%, resultantes dos produtos da atividade agropecuária dos *campi*. Em seguida, a receita de serviços com 29,83%, formada principalmente pelas receitas com inscrições em concursos e processos seletivos, e outras receitas correntes com 17,32%.

5.5.1.21 EXECUÇÃO DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

As despesas correntes, destinadas à manutenção das atividades do ente público e que afetam negativamente o patrimônio, representaram 98,74% da dotação do IFCE em 2021, enquanto as despesas de capital, destinadas à produção ou geração de novos bens ou serviços e integrarão o patrimônio público, representaram apenas 1,26%.

Foram empenhados (executados), quando houve comprometimento dos créditos orçamentários, um total de R\$ 799.425.321,75 (99,23% da dotação) referente às despesas correntes e R\$ 11.824.926,50 (114,77% da dotação) referentes às despesas de capital.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Análise vertical	DESPESAS EMPENHADAS	Análise vertical	Execução (%)
DESPESAS CORRENTES	805.606.108,00	98,74%	799.425.321,75	98,54%	99,23%
Pessoal e Encargos sociais	690.631.410,00	84,65%	679.464.704,64	83,76%	98,38%
Outras Despesas Correntes	114.974.698,00	14,09%	119.960.617,11	14,79%	104,34%
DESPESAS DE CAPITAL	10.303.247,00	1,26%	11.824.926,50	1,46%	114,77%
Investimentos	10.303.247,00	1,26%	11.824.926,50	1,46%	114,77%
TOTAL	815.909.355,00	100,00%	811.250.248,25	100,00%	99,43%

As principais despesas empenhadas foram as relacionadas a pessoal e encargos sociais, obrigatórias e vinculadas, com 98,38% executados em relação à dotação atualizada, representando 83,76% de todas as despesas empenhadas no período.

5.5.1.22 INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Conforme disposto no artigo 67 do Decreto Nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, os restos a pagar não processados se referem às despesas que, embora empenhadas, não foram liquidadas até 31 de dezembro, enquanto os restos a pagar processados dizem respeito às despesas que foram empenhadas e liquidadas até essa data, mas que ainda não foram pagas.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DESPESAS CORRENTES	799.425.321,75	775.645.544,97	713.253.321,77
Pessoal e Encargos sociais	679.464.704,64	679.374.704,64	623.615.313,79
Outras Despesas Correntes	119.960.617,11	96.270.840,33	89.638.007,98
DESPESAS DE CAPITAL	11.824.926,50	1.355.294,03	1.004.366,53
Investimentos	11.824.926,50	1.355.294,03	1.004.366,53
TOTAL	811.250.248,25	777.000.839,00	714.257.688,30

Ao final do exercício de 2021, o IFCE inscreveu em restos a pagar não processados o montante de R\$ 34.249.409,25 e em restos a pagar processados R\$ 62.743.150,70.

5.5.1.23 EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

Conforme anexos I e II do Balanço Orçamentário, no encerramento do exercício de 2020, o IFCE possuía em restos a pagar não processados o montante de R\$ 77.179.305,04, sendo R\$ 67.118.164,69 inscritos no final de 2020 e R\$ 10.061.140,35 reinscritos de exercícios anteriores. Os restos a pagar processados somaram R\$ 61.473.600,67, sendo R\$ 61.332.473,82 inscritos no exercício de 2020 e R\$ 141.126,85 reinscritos de exercícios anteriores.

Despesas orçamentárias	Inscritos em exercícios anteriores	Inscritos em 31/12/2020	Pagos em 2021		Cancelados em 2021		Saldo	
Restos a pagar não processados	10.061.140,35	67.118.164,69	51.120.650,24	66,24%	6.594.576,25	8,54%	19.464.078,55	25,22%
Restos a pagar processados (e não processados liquidados)	141.126,85	61.332.473,82	61.240.039,31	99,62%	19.705,40	0,03%	213.855,96	0,35%

Em 2021, o IFCE pagou 66,24% dos restos a pagar não processados e 99,62% dos restos a pagar processados de exercícios anteriores. Durante o exercício ocorreu o cancelamento de 8,57% dos restos a pagar. O saldo pendente ao final do ano de 2021 foi de 25,57% do total que havia sido inscrito, sendo R\$ 19.464.078,55 de restos a pagar não processados e R\$ 213.855,96 de restos a pagar processados.

5.5.1.24 RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é apurado como indicador de equilíbrio financeiro, verificado por meio de dois métodos: I) comparação do saldo em caixa entre o exercício atual e o anterior; II) as receitas

orçamentárias e demais ingressos do exercício deduzidos, as despesas orçamentárias e demais dispêndios do exercício vigente.

Apuração do Resultado Financeiro - Modo 1:

Apuração do Resultado Financeiro			
Caixa e Equivalentes de Caixa	2021	2020	AH
Saldo para o Exercício Seguinte	62.322.868,55	56.681.742,10	9,95%
(-) Saldo do Exercício Anterior	56.681.742,10	56.464.165,33	0,39%
(=) Resultado financeiro do período	5.641.126,45	217.576,77	2492,71%

Apuração do Resultado Financeiro - Modo 2:

Apuração do Resultado Financeiro			
R-D	2021	2020	AH
Receitas Orçamentárias	690.296,40	611.025,77	12,97%
(+) Transferências Financeiras Recebidas	926.457.645,56	853.184.294,38	8,59%
(+) Recebimentos Extraorçamentários	98.600.978,19	147.445.098,75	-33,13%
(-) Despesas Orçamentárias	811.250.248,25	817.540.012,54	-0,77%
(-) Transferências Financeiras Concedidas	95.363.206,87	93.212.905,89	2,31%
(-) Pagamentos Extraorçamentários	113.494.338,58	90.269.923,70	25,73%
(=) Resultado financeiro do período	5.641.126,45	217.576,77	2492,71%

O resultado financeiro do exercício de 2021 foi superavitário em R\$ 5.641.126,45, um aumento de 2492,71% em relação ao apurado no exercício anterior.